

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**  
**WASHINGTON TADEU SANTOS QUEIROZ**

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTO ANDRÉ: SENTIDOS E  
SIGNIFICADOS NO DIÁLOGO ENTRE CULTURA E SOCIEDADE**

**SÃO PAULO**

**2021**

**WASHINGTON TADEU SANTOS QUEIROZ**

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTO ANDRÉ: SENTIDOS E  
SIGNIFICADOS NO DIÁLOGO ENTRE CULTURA E SOCIEDADE**

Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Educação, Arte e História da Cultura.

**Orientador: Profa. Dra. Rosângela Patriota**

**SÃO PAULO**

**2021**

Q3p

Queiroz, Washington Tadeu Santos.

Patrimônio cultural de Santo André: sentidos e significados no diálogo entre cultura e sociedade / Washington Tadeu Santos Queiroz.

123 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

Orientadora: Rosângela Patriota Ramos.

Referências bibliográficas: f. 99-103

1. Patrimônio. 2. Santo André. 3. História. 4. Estrada de ferro. 5. Sentidos e significados. I. Ramos, Rosângela Patriota, *orientadora*. II. Título.

CDD 711.4

Bibliotecária Responsável: Andrea Alves de Andrade - CRB 8/9204

## Folha de Identificação da Agência de Financiamento

**Autor:** Washington Tadeu Santos Queiroz

**Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Arte e História da Cultura**

**Título do Trabalho:** PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTO ANDRÉ: SENTIDOS E SIGNIFICADOS NO DIÁLOGO ENTRE CULTURA E SOCIEDADE

O presente trabalho foi realizado com o apoio de <sup>1</sup>:

- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- Instituto Presbiteriano Mackenzie/Isenção integral de Mensalidades e Taxas
- MACKPESQUISA - Fundo Mackenzie de Pesquisa
- Empresa/Indústria:
- Outro:

<sup>1</sup> Observação: caso tenha usufruído mais de um apoio ou benefício, selecione-os.

**WASHINGTON TADEU SANTOS QUEIROZ**

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTO ANDRÉ: SENTIDOS E  
SIGNIFICADOS NO DIÁLOGO ENTRE CULTURA E SOCIEDADE**

Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Educação, Arte e História da Cultura.

**Aprovada em 13 de Agosto de 2021**

**Banca Examinadora**

---



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Patriota Ramos  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana Maria Pires Barbato Schwartz  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thaís Leão Vieira  
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

*Dedico este trabalho à minha amada MÃE,  
Nai, que desde sempre me ensinou a  
importância da educação.*

## **AGRADECIMENTOS**

Obrigado àqueles que de alguma forma contribuíram para esta conquista e em especial:

À minha orientadora Profa. Dra. Rosângela Patriota, que depositou em mim sua confiança, acreditando em minha capacidade de concluir esta dissertação em meio a tantos compromissos de trabalho e adversidades do cotidiano. Sua sabedoria, conhecimentos e suas críticas sempre construtivas me ajudaram na construção do saber e na qualidade deste trabalho.

À Universidade Presbiteriana Mackenzie e ao PPGEAHC - Programa de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura por toda infraestrutura disponibilizada e apoio financeiro fornecido.

À CAPES pela bolsa de mestrado concedida, que foi de suma relevância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores do programa, que contribuíram grandemente para meu desenvolvimento acadêmico e aos colegas de classe que fraternalmente nos unimos durante o curso.

Aos meus pais, pela educação e amor que me foi dado.

À minha esposa Carla e filha Sofia, por todo apoio, força e compreensão diante das longas horas de ausência. Sem vocês a execução deste trabalho não teria ocorrido.

Obrigado!

## RESUMO

O trabalho visa abordar a representatividade dos bens culturais de Santo André, oficialmente tombados pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, buscando compreender em que medida este patrimônio dialoga com a história da cidade. Para tanto, esta pesquisa remeteu-se à história de Santo André, focando principalmente entre as décadas de 1920 a 1960, momento que compreende o aumento populacional e a consolidação das indústrias - período em que a cidade começa adquirir características próprias, cuja identidade industrial começa a ser forjada. Deste modo, buscou-se entender a dinâmica de tombamentos, ponderando o contexto em que o órgão de proteção foi concebido, de modo a desvelar a ausência de representação dos bens culturais relacionados a história cidade. Nesse sentido, para obter-se um grau comparativo entre os bens tombados e a história do município, foi apresentado um panorama do desenvolvimento industrial e urbano que influenciou o ordenamento social local, especialmente nas proximidades da estrada de ferro *São Paulo Railway Company*, com o surgimento de vários bairros, assim como o surgimento de referenciais simbólicos do período de maior desenvolvimento econômico-social da cidade, que negligenciados pelo instituto do tombamento, produziu vácuos entre o processo de formação da cidade e seus bens culturais patrimonializados

Palavras-Chave: *Patrimônio, Santo André, História, estrada de ferro Sentidos e Significados*



## **ABSTRACT**

The work aims to address the representativeness of cultural heritages of Santo André city officially listed by COMDEPHAAPASA - Municipal Council for the Defense of Historic, Artistic, Architectural-Urbanistic and Landscape Heritage of Santo André, seeking to understand to what extent this heritage dialogues with the city's history. Therefore, this research referred to the history of Santo André, focusing mainly between the 1920s and 1960s, a moment that includes the population increase and the consolidation of industries - a period in which the city begins to acquire its own characteristics, whose industrial identity begins to be forged. For this purpose, the study sought to understand the dynamics of registrations, considering the context in which the protection agency was created, in order to understand the logic that governed the processes of registrations in the city. In this sense, to obtain a comparative degree between the listed properties and the history of the municipality, an examination was carried out, which presented an overview of industrial and urban development that influenced the local social order, especially in the vicinity of the railroad São Paulo Railway Company, with the emergence of several neighborhoods, as well as the advent of symbolic landmarks of a representative collectivity of a period.

**Keywords:** Heritage, Santo André, HistoryRailroad, Senses and Meanings

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.1 - Número de patrimônios tombados por décadas .....</b>	<b>40</b>
<b>Figura 2.1 – Fotografia da Figueira .....</b>	<b>62</b>
<b>Figura 2.2 – Fotografia da Casa do Olhar .....</b>	<b>62</b>
<b>Figura 2.3 – Fotografia da Residência de Dona Paulina Isabel de Queiroz.....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 2.4 – Fotografia do Haras Jaçatuba .....</b>	<b>64</b>
<b>Figura 2.5 – Fotografia do Cineteatro Carlos Gomes .....</b>	<b>65</b>
<b>Figura 2.6 – Fotografia do I Grupo Escolar de São Bernardo – Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa .....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 2.7 – Fotografia do Associação dos Ex-combatentes do Brasil – Museu Militar dos Expedicionários do ABCDMRR .....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 2.8 – Fotografia da Pintura de Gianni Parziale, Igreja Maria Imaculada .</b>	<b>67</b>
<b>Figura 2.9 – Fotografia da ETA Guarará, Estação de tratamento de água.....</b>	<b>68</b>
<b>Figura 2.10 – Fotografia da Mansão Tognato.....</b>	<b>68</b>
<b>Figura 2.11 – Fotografia da Vila de Paranapiacaba .....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 2.12 - Casa de Culto <i>Dâmbala Kuere-Rho Bessein</i> .....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 2.13 – Fotografia da Fruta Cambuci .....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 3.1 - Estação São Bernardo (atual Santo André): (a) foto de 1867 e (b) apresenta o desenvolvimento urbano nas proximidades da linha de trem em 1940 .....</b>	<b>73</b>
<b>Figura 3.2 - Tecelagem Kowarick &amp; C, fotos tiradas em 1920: (a) Fábrica de Casemiras Kowarick e (b) Operários na parte externa da Fábrica Kowarick.....</b>	<b>76</b>
<b>Figura 3.3 - Vista panorâmica de Santo André em 1940 .....</b>	<b>78</b>
<b>Figura 3.4 - Momentos do desenvolvimento urbanístico do bairro Santa Terezinha: (a) Vista panorâmica do primeiro traçado do bairro, 1925 e (b) Vista Aérea do Bairro de Santa Terezinha na década de 1950 .....</b>	<b>83</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.1 - Bens tombados pelo IPHAN até o ano de 2016.....</b>	<b>39</b>
<b>Tabela 1.2 - Tombamentos por momentos institucionais .....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 1.3 - Tombamento por Estado .....</b>	<b>42</b>
<b>Tabela 1.4 - Bens tombados por região .....</b>	<b>42</b>
<b>Tabela 1.5 - Bens imóveis .....</b>	<b>43</b>
<b>Tabela 2.1 - Bens Tombados pelo COMDEPHAAPASA.....</b>	<b>60</b>
<b>Tabela 2.2 - Bens Registrados pelo COMDEPHAAPASA .....</b>	<b>61</b>
<b>Tabela 3.1 - Evolução populacional nos municípios da região do ABC-1960/2012</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 3.2 – Empresas estabelecidas em Santo André entre 1913 à 1954.....</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 3.3 - Alterações na indústria de Santo André.....</b>	<b>88</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABCDMRR - Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra
- CDPH - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico
- COMDEPHAAPASA - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André
- COMPAHC-SBC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo
- CONDEP - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Artístico e Paisagístico
- CONDEPAD - Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Documental, Artístico e Cultural de Diadema
- CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
- CONPRESCS - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental
- CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
- CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
- DC - Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo
- DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
- ETA - Estação de Tratamento de Águas
- FCP - Fundação Casas Populares
- GIPEM - Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
- ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- IMN - Inspetorias dos Monumentos Nacionais.
- INCE - Instituto Nacional do Cinema Educativo
- INL - Instituto Nacional do Livro
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
- MNBA - Museu Nacional de Belas Artes

- PMSA - Prefeitura Municipal de Santo André
- PPC - Plano de Preservação do Patrimônio Cultural
- PT - Partido dos Trabalhadores
- RFFSA - Rede Ferroviária Federal S/A
- SMC - Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo
- SNT - Serviço Nacional de Teatro
- SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- SPR - São Paulo *Railway Company Limited*
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1 PATRIMÔNIO CULTURAL .....</b>	<b>20</b>
1.1 Influência Modernista e Estado Novo na Criação do IPHAN .....	28
1.2 Mario de Andrade .....	34
1.3 Períodos do IPHAN.....	36
1.4 Atuação do IPHAM (1937/2016).....	38
<b>2 ORIGEM DOS CONSELHOS DE DEFESA DO PATRIMONIO DE SÃO PAULO E SANTO ANDRÉ .....</b>	<b>44</b>
2.1 CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.....	44
2.2 COMDEPHAAPASA.....	49
2.3 Breve Histórico do Município .....	52
2.4 Atuação do COMDEPHAAPASA .....	56
2.4.1 Relação de Bens Tombados .....	59
<b>3 ESTRUTURA DA CIDADE ALICERÇADA NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E FERROVIÁRIO .....</b>	<b>72</b>
3.1 Formação de Bairros Operários .....	80
3.1.1 Bairro de Santa Terezinha: Síntese de um Processo .....	81
3.2 Patrimônios Vazios de Significados Coletivos e Ausências de Marcos Simbólicos .....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO</b>	
<b>INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS .....</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

Quando se pensa em Patrimônio Cultural, as primeiras imagens que vem à cabeça são as dos grandes monumentos ou as belíssimas obras arquitetônicas que invariavelmente chamam à atenção pelas dimensões e locais privilegiados que ocupam, gerando um falso entendimento que o Patrimônio para ser representativo, necessita estar vinculado aos grandes feitos heroicos. Esta equivocada visão até os dias de hoje prevalece cristalizada em nossa sociedade, muito por conta da maneira como os patrimônios estão dispostos e apresentados ao cidadão comum - limitando o indivíduo à simplesmente contemplar o bem cultural, não havendo, portanto, estímulos à reflexão.

O Patrimônio Cultural é de fundamental importância para o desenvolvimento de todas as sociedades, pois o que se entende por Patrimônio Cultural está intrinsecamente ligado às memórias coletivas e individuais de um grupo, auxiliando assim, a delimitar o entendimento do que é identidade cultural e seu papel para a manutenção de uma memória social local (NORA, 1983). Entretanto, esta concepção encontra-se muito distante do que se observa na prática cotidiana, na qual a maior parte do patrimônio oficialmente reconhecido, não representa com honestidade a coletividade, quer seja local ou regional.

Observando o cenário nacional, desde a década de 1920, data da criação do primeiro órgão de proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural do Brasil – as Inspetorias dos Monumentos Nacionais (IMN), de curta duração e ações restritas apenas a cidade de Ouro Preto-MG, assim como seu sucessor, SPHAN (1937) que privilegiavam as grandes construções. Essa perspectiva em relação ao instituto do tombamento, alinhava-se com o objetivo do Governo em criar uma narrativa que julgava ser a mais adequada à realidade nacional, portanto, as celebrações do passado e a “produção” das memórias deveriam convergir com as ideias defendidas pelo poder estabelecido naquele momento (RUBIM, 2007).

Esta compreensão em torno do Patrimônio Cultural prevaleceu no Brasil por mais de 50 anos, tempo necessário para cristalizar o entendimento equivocado, forjado durante o Estado Novo e reverberado pela elite intelectual. Contudo, tal percepção a partir da Nova Constituição de 1988, começa a ganhar novos contornos, especialmente por conta de ações apresentadas pelo IPHAN no início da década de 1990 – período que o termo adquire novos sentidos e significados, importantes para o fomento de debates a respeito de sua função social.

Deste modo, os conselhos regionais de proteção do patrimônio adquiriram bastante relevância, pois a proximidade com as comunidades locais permitia maior interação com os bens de referências culturais da região, circunstância que convergiu com as novas percepções em torno do tema, uma vez que, neste novo contexto, foram empregadas ao Patrimônio Cultural novas funções: educativa, cultural, histórica, identitário, entre outros.

Tomando como premissa o artigo 216 da Constituição Federal, no qual estabelece e amplia consideravelmente a relação e o caráter dos bens passíveis de serem patrimonializados, esse estudo analisou os bens tombados em Santo André, objetivando entender se havia diálogo entre os bens culturais tombados pelo CONDEPHAPAASA com a história da cidade. Neste sentido, este estudo pretendeu responder as seguintes indagações: em que medida o Patrimônio Cultural de São André dialoga com a história da cidade? A história de Santo André está simbolicamente representada em Patrimônios oficiais?

Para refletir a respeito destas questões, esta pesquisa apoiou-se nos referenciais teóricos de Pierre Nora, Françoise Choay, Lemos, Poulot, Le Goff, dentre outros, que auxiliaram à compreensão dos conceitos de memória, identidade e patrimônio, ferramentas essenciais para análise dos temas que se apresentaram. Este trabalho é de caráter bibliográfico e documental - análise dos documentos referentes aos processos de tombamento; análise de decretos, leis e análise de imagens. No que tange a bibliografia, inúmeros trabalhos dedicados a Região do ABC foram estudados, de maneira que valiosas informações foram obtidas.

Este trabalho está dividido em três Capítulos, nos quais buscou-se amparar de subsídios teórico, metodológico e historiográfico. O Capítulo 1 desta dissertação exibiu discussões acerca de como questões teóricas-conceituais a respeito do patrimônio cultural se apresentam, objetivando estabelecer o conceito que melhor sustentaria as argumentações diante da problemática estabelecida. De modo que, para o desenvolvimento desta pesquisa, o entendimento de Poulot (2009) acerca do patrimônio norteou as discussões centrais deste trabalho, pois segundo o autor, o Patrimônio Cultural não é a fiel imagem do passado, nem uma cultura, tão pouco a cristalização de uma memória, é sobretudo constituição de uma imagem produzida por esses elementos repletos de implicações políticas concernentes no processo, ainda que contrariando a verdade histórica (POLOUT, 2009).



No Capítulo 2 discorreu sucintamente sobre os antecedentes históricos da criação do IPHAN, de modo a entender de que maneira o tema patrimônio era percebido pelo Governo e pela elite intelectual – nesta perspectiva, o Governo foi representado pelo Estado Novo e pelos órgãos de proteção e fiscalização e, a elite letrada, representada por integrantes do movimento modernista e arquitetos de vanguarda.

As diferentes fases do IPHAN foram analisadas, desde sua fundação em 1937 até o início dos anos 2000. Ainda neste Capítulo, um importante documento que demonstrava a atuação do IPHAM foi estudado, contextualizando os dados e quantificando os registros e tombamentos de acordo com cada fase específica do órgão.

O Capítulo 2 foi dedicado à discussão sobre a formação do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo e o COMDEPHAAPASA - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-urbanístico e Paisagístico de Santo André. Nesta parte do estudo, foi analisado o contexto no qual, ambos os conselhos foram concebidos e exposta a atuação do Conselho Municipal de Santo André, nesta ocasião foram apontados os alcances e limites deste órgão no que concerne o trabalho e estudos de tombamento na cidade.

No terceiro Capítulo iniciou-se as ponderações à respeito da formação territorial e administrativa de Santo André, perfazendo seu histórico a partir do início do século XX, período em que toda região do Grande ABC denominava-se São Bernardo, passando pela fragmentação política, desenvolvimento urbano à concepção das primeiras fábricas. Neste momento da pesquisa, foi realizada uma análise do desenvolvimento populacional da cidade, correlacionando-o com a expansão industrial da região, dinâmica que influenciou o ordenamento urbanístico da cidade, uma vez que inúmeros bairros foram criados neste período.

Através dos dados, imagens e antecedentes históricos que foram apresentados no Capítulo 3, pôde-se examinar e refletir com acentuada clareza, a representatividade do Patrimônio oficial de Santo André em relação aos grupos sociais que fizeram a história do município, assim como ter imagem da importância das dinâmicas produzidas pelas indústrias.

## 1 PATRIMÔNIO CULTURAL

No mundo contemporâneo em que transformações ocorrem de modo acelerado, conceitos são revistos e ressignificados ao sabor das mudanças. Para o conceito de patrimônio cultural o oposto não ocorreu.

Carlos Lemos em seu trabalho “*O que é patrimônio histórico*” (1987), inicia seu percurso destacando a recente relevância dada a este tema pelos principais meios de comunicação, apontando o caráter semântico empregado ao conceito de “Patrimônio cultural”. O autor através de um breve levantamento histórico busca situar o leitor em relação a sua compreensão de patrimônio, no entanto, seu claro objeto de debate consiste na categorização do Patrimônio.

Lemos sustenta que o Patrimônio pode ser dividido em três importantes categorias: natureza, relacionada ao meio ambiente e todas suas riquezas; as técnicas e aos modos de fazer, – que pertencem aos elementos não tangíveis; à última categoria é dedicada maior atenção, Lemos entende ser a mais importante, pois engloba o objeto em si com as habilidades do saber fazer relacionando-o com o meio ambiente no qual está inserido, entendido pelo autor como artefato (LEMOS, 1987).

No que se refere a importância de se preservar o Patrimônio Cultural, Lemos destaca que essas ações devem ser abrangentes, abarcando os mais diversos componentes relacionados aos recursos materiais e todos os demais elementos intangíveis que são ligados aos conhecimentos técnicos (LEMOS, 1987).

No livro “*Patrimônio Histórico e Cultural*” (2006) de autoria de Pedro Paulo Funari e Sandra C. A. Pelegrini, os autores apresentam de maneira breve, porém, bastante completa o histórico do Patrimônio Cultural, num contexto internacional ao longo dos últimos séculos.

De acordo com os autores a palavra patrimônio remonta de sua origem Latina, que se referia entre os romanos antigos aos pertences do pai de família. Deste modo, o termo adquiriu características privadas e aristocráticas, revelando uma transmissão de bens no contexto da elite patriarcal romana (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

A partir da Idade Média com o avanço do cristianismo, ao termo foi adicionadas características simbólicas e coletivas identificadas com a religiosidade. Esta identificação com o sagrado e os inúmeros elementos que se ligavam a ele, contribuiu de certa forma, para a valorização não só dos objetos e lugares, mas também dos ritos coletivos (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

Funari e Pelegrini destacam que o contexto do Renascimento foi um dos principais momentos de valorização do patrimônio, dada a valorização e a tentativa de resgate de importantes elementos da Antiguidade Greco-romana. De acordo com os autores, esta valorização do antigo chegava por meio da apreciação das obras literárias e pelo ato de colecionar vestígios e objetos da antiguidade, tese defendida por estudiosos que enfatiza “que o patrimônio moderno deriva, de uma maneira ou de outra, do Antiquariado” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.13).

O conceito moderno de patrimônio, por sua vez, desenvolveu-se na França, tendo como pano de fundo o movimento revolucionário de 1789. A formação dos Estados nacionais contribuiu sobremaneira para o surgimento de uma base de cultura nacionalista voltada para a materialidade de um patrimônio nacional. Sobre isso, Funari e Pelegrini apontam que:

Assim começa a surgir o conceito de patrimônio que temos hoje, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.17).

Hobsbawn (1990) destaca a impossibilidade de referir-se às questões teóricas relativas aos patrimônios históricos, sem antes refletir sobre a questão nacional, isto porque é necessário reconhecer que o conceito de nação em muito se difere do conceito de Estado nacional. Num mesmo Estado pode haver inúmeras nações, isto porque nações, ao contrário dos Estados, não nascem de atos de desejos de um grupo, mas sim de um longo processo histórico, frequentemente, de longa duração.

Considerando a necessidade de produzir uma unidade de sentimentos, considerando do contexto histórico da Europa ocidental do século XIX, diversos estudiosos assinalam o fortalecimento dos Estados nacionais (principalmente França e Inglaterra) e os debates em torno deste tema, fundamentais para definição e preservação de bens imóveis, que posteriormente agregariam seus patrimônios históricos e artísticos nacionais (POMIAN, 1997).

Françoise Choay assegura que as discussões sobre a necessidade de preservação iniciaram-se imediatamente após a Revolução Francesa, momento no qual o Estado passou a preservar, por meio de uma legislação específica, bens imóveis e objetos com o propósito de perpetuar esse novo momento, e contrapô-lo aos períodos anteriores do Antigo regime. Segundo Choay, outra motivação se deve em consequência das muitas

destruições, surgindo assim a necessidade de criação de políticas de preservação que visavam produzir memórias voltadas ao Antigo Regime, salvaguardando da extinção elementos que representavam a ostentação em que vivia os representantes da nobreza e, conseqüentemente, evidenciar o tratamento injusto dispensado à população francesa antes do período revolucionário (CHOAY, 2014).

Desta forma, o empenho dos governos em consolidar certos elementos identitários, é fruto de uma preocupação em construir Estados nacionais a partir de traços característicos comuns as identidades nacionais. É, portanto, nesta conjuntura que há necessidade de eleger bens a serem preservados que potencialmente poderiam auxiliar no processo de construção de uma memória nacional.

É justamente, neste processo de construção das nações, que certas tradições são selecionadas para exaltação em detrimento de tantas outras manifestações de cultura igualmente relevantes. Neste ponto, símbolos nacionais como a bandeira, hino, praças e monumentos arquitetônicos, ou seja, “lugares de memória” são eleitos, e que a partir de então passam a ser preservados (NORA, 1993).

O conceito de Patrimônio e as subjacentes inquietações a este assunto, evoluíram consideravelmente desde o surgimento dos Estados Nacionais. Segundo Claudia Helena Henriques (2003), citando Gregory J. Ashworth (2000) em seu trabalho, a autora destaca que é aceitável reconhecer três fases evolutivas no que concerne a temática do patrimônio: a primeira etapa está fortemente ligada a preservação das edificações e artefatos do passado, no qual a idade, beleza e monumentalidade estavam na centralidade do discurso. A segunda etapa por sua vez, ocorre em meados da década de 1960, no qual é possível perceber significativas alterações de paradigmas, dispensando neste contexto, maior atenção na reutilização do bem e no espaço no qual este patrimônio está inserido. Provavelmente normas de conselhos internacionais contribuíram para essa mudança mentalidade, pois a Carta de Veneza de 1964 trouxe consigo inúmeros pontos, atribuindo ao bem patrimonializado novas perspectivas e potencialidades. A derradeira etapa ocorre entre as décadas de 1980 e 1990, neste período aos bens patrimoniais é dedicado um novo olhar, neste cenário de mudança, a concepção dinâmica e ativa dos bens se sobrepõe a passividade anterior. Agora o patrimônio é atribuído inúmeras finalidades, passando pelo pedagógico, econômico e turístico (FERREIRA, 2011).

Desde a sua percepção no final do século XVIII na França, e até os dias de hoje, inúmeras foram as interpretações deste termo, tornando sua compreensão complexa e um campo fértil para as mais diversas discussões.

O debate sobre Patrimônio cultural está longe de ser um axioma indiscutível, cuja simples definição semântica por si só já o explica. Muito pelo contrário, as reflexões a respeito do que se entende contemporaneamente por patrimônio cultural, passa por diversos outros conceitos igualmente complexos. Isto se deve ao fato de que para considerarmos ou reconhecermos um bem como patrimônio, necessariamente deve-se entender em que medida este conceito se associa a outros: a memória (e sua função no que se refere a manutenção das afetividades e sentimento de orgulho e pertença); a Cultura e sua complexa abrangência; e por fim, a História com seu papel de legitimar e tornar oficial, eventos relevantes à trajetória de determinado grupo social.

Compreender a abrangência do conceito de patrimônio, não é tarefa das mais fáceis. Quando se fala de Patrimônio cultural para além da compreensão semântica do termo, em grande medida as discussões apresentam-se carregadas de senso comum, onde certos clichês invariavelmente se apresentam. Nestas discussões, a defesa da memória de algo significativo e necessidade de resguardá-las permeiam o discurso, acompanhado de representações sobre como este conceito opera na construção afirmativa de identidades.

A análise semântica da palavra “patrimônio” mostra que sua origem deriva de dois vocábulos greco-romanos: “Pater” e “Monos”. O significado da palavra “pater” está relacionado a chefe de família ou antepassados, podendo ter seu entendimento expandido para heranças, bens e posses; a palavra “monos”, por sua vez, tem sua origem nas leis, usos e costumes vinculados à origem de um grupo social específico ou familiar - deste modo, o conceito de patrimônio liga-se intrinsecamente a noção de herança, pertencimento, legado e memória, de certa maneira também ligando-o a grupos aristocráticos.

A decomposição do conceito de patrimônio cultural pode nos conduzir ao maior conhecimento etológico ou histórico das palavras cultura e patrimônio. Entretanto, para análise que esta pesquisa se propõe, a compreensão deste conceito deve superar seus limites etimológicos, sobretudo porque o entendimento de patrimônio cultural adquiriu maior amplitude de significados.

Para iniciar a discussão a respeito da complexidade deste tema, Dominique Poulot (2009), traz importantes reflexões ao asseverar que os processos que conduzem a patrimonialização de um bem estão carregados de diversas reivindicações escamoteadas de neutralidade no que tange aos inúmeros desafios posto pela cultura.

De acordo com autor, existe uma grande crise entre patrimônio e as Ciências sociais, pois cada qual fragmentou o entendimento de patrimônios de acordo com seus interesses e ferramentas estudo:

A arqueologia orientou aos poucos, seu interesse pelos vestígios e não mais para os monumentos, a História investiu-se no arquivo e no documento, a antropologia deu preferência ao terreno e a suas práticas; sobretudo, a evolução recente da ciência social tende a transformar o patrimônio em um índice historiográfico (POULOT, 2009, p.234).

Como afirma Poulot, a diversificação de interesse e autonomia das áreas de humanidades configura uma importante dificuldade em se estabelecer o que de fato é um patrimônio cultural. Embora o estudo do patrimônio em diferentes primas contribua para a ampliação do campo de pesquisa, esta situação desvela de certa maneira o enredamento deste conceito - pois um patrimônio pode ser objeto de estudo das mais variadas disciplinas - não possuindo, porém, o mesmo grau de importância de acordo com a área do conhecimento. Observa-se nas palavras do autor, que os vários interesses em torno do patrimônio provocam certa fragmentação do seu entendimento, dada a multiplicidade de sentidos e definições que podem ser atribuídos ao conceito.

A motivação desta primeira parte da pesquisa vem da necessidade de estabelecer com clareza os limites do conceito de patrimônio cultural, ou honestamente delinear seus contornos. Nesse sentido (GONÇALVES, 2009) aborda o patrimônio como uma categoria de pensamento, para o autor uma das dificuldades quando se discute o patrimônio consiste no fato de que esta é uma palavra largamente utilizada para os mais diferentes temas de interesse:

“Patrimônio” está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos de dos patrimônios econômicos e financeiros de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limites para o processo de qualificação desta palavra (GONÇALVES, 2009, p. 25).

Desta forma, o autor afirma que embora o termo tenha adquirido maior popularidade no final do século XVII, por conta do processo de formação dos Estados

Nacionais, porém ainda mantendo-se em oculto seu caráter milenar. O autor sustenta que o termo “Patrimônio” estava tão presente no período clássico e Idade Média, quanto nas sociedades tribais (GONÇALVES, 2009).

Gonçalves (2009) argumenta que em razão de sua presença em diferentes tempos, o significado que se atribui ao “patrimônio” compete a uma categoria de pensamento “extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (GONÇALVES, 2009, p.26). Tratado a partir desta condição, o patrimônio deve ser compreendido como um frequente trabalho de resguardar o passado do futuro, atribuindo-o valor no domínio das relações sociais e simbólicas, e em torno bem ou do acontecimento em si.

O debate em torno dos aspectos conceituais do termo patrimônio suscita diversas abordagens, pois para alguns pesquisadores há um uso exagerado do termo, causando certo esvaziamento de seu sentido. Peixoto (2004) sustenta haver uma espécie de espetacularização em torno dos Patrimônios e que características metonímicas são conferidas aos bens, cujo argumento de preservação assenta-se sobre a premissa de preservação das identidades do cotidiano. De acordo com a tese defendida por Peixoto (2004), a lógica que conduz à política de patrimonialização não atende com eficiência a dinâmica cotidiana, característica da formação de identidades coletivas:

Mas o património não corresponde necessariamente à versão mais essencialista de uma identidade. Elementos da vida quotidiana, propositadamente concebidos para funcionarem como identificadores, não estão, muitas vezes, protegidos pela logística de conservação que define o espírito da indústria do património (PEIXOTO, 2004 p.185).

Deste modo, alterações que ocorrem nas cidades sem a participação das pessoas que fazem parte de seu cotidiano, reforça a ideia de que os patrimônios ou o processo de patrimonialização dos bens culturais acontecem à revelia das pessoas. Sobre este aspecto, Choay (2014) destaca o processo de revitalização de Paris, e percepções de frequentadores daqueles espaços públicos a respeito das mudanças em curso:

Não se pode negar que a maior parte dos românticos franceses tinha ficado traumatizada pelas reordenações dos “alargadores” e que tenha visto desaparecer com nostalgia as cidades antigas, de que celebrava o charme e a beleza. Em contrapartida, é para a história das mentalidades esse ponto é fundamental, é certo que para eles não se tratava de um patrimônio específico, suscetível

de ser preservado a maneira de um patrimônio histórico (CHOAY, 2014, p.191).

Ao analisar o evento ocorrido em Paris no século XIX Choay, de certa forma aponta os limites que um “patrimônio” pode alcançar, convergindo com o pensamento Peixoto (2004), no que tange a insuficiente absorção de elementos do cotidiano no processo de patrimonialização.

Neste contexto, considerando o monumento como objeto de análise, Choay (2014) entende que “o culto prestado hoje em dia ao patrimônio histórico exige, pois mais do que uma verificação de prazer. Exige um questionar [...]”. Tal afirmação nos permite indagar o alcance e a representatividade dos patrimônios. Principalmente por conta da heterogeneidade da vida coletiva.

Na tentativa de estabelecer minimamente os limites do termo patrimônio, desde suas várias perspectivas interdisciplinares expostas por Poulot (2009), a inclusão de patrimônio como categoria de pensamento citado por Gonçalves (2009), a função do patrimônio apresenta-se limitada, especialmente no que concerne a participação do indivíduo e representação das identidades sociais. Sobre isso, tanto o entendimento de Choay (2014) quanto Peixoto (2004), se complementam, pois para ambos a verdadeira identidade do patrimônio apresenta-se através de elementos da vida cotidiana:

Esses elementos são, no seu espírito, transitórios e só o risco do seu desaparecimento enquanto signos de uma identidade vivida e partilhada realça o seu estatuto patrimonial. Acresce que a relação entre o estatuto puramente identitário e o puramente patrimonial é com frequência conflitual, revelando-se esse conflito na concretização dos processos de patrimonialização (PEIXOTO, 2004, p.185).

Françoise Choay, por sua vez destaca que o meio urbano por sua característica de constante movimentação, o processo de patrimonialização gera alguns conflitos, principalmente na esfera das mentalidades, pois as transformações e os desaparecimentos provocam estranhamentos. Nesse sentido, Choay relata as ações de Hausmann frente à prefeitura de Paris durante o período de reforma urbana da cidade:

[...] deve-se-lhe, de fato, a conservação de numerosos edifícios que [...] estavam prometidos à demolição. Neste sentido este burguês era bem contemporâneo. [...] Contudo ele destruiu em



nome da higiene, da circulação, e mesmo da estética, partes consideráveis do antigo tecido de Paris (CHOAY, 2014, p. 189).

Tal situação provocou sensações ambíguas e sentimentos contraditórios aos frequentadores desta parte da cidade. Embora o cidadão de Paris estivesse em consonância com seu tempo, pois a maioria que defendia a manutenção dos monumentos do passado também estava de “acordo sobre a necessidade de uma modernização radical” – isto se deve ao fato de que as mudanças se processam mais rapidamente nas estruturas do que nas mentalidades, nas palavras de Le Goff (1968) as “a mentalidade é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão na história” (LE GOFF, 1990, p.72).

Ginzburg (2006) entende que mesmo ocorrendo grandes transformações estruturais, e a partir destas mudanças as mentalidades absorvam grandes influências, sempre os discursos narrativos derivados dessas novas mentalidades terão sido influenciados por elementos culturais anteriores. Pois, ao analisar as possíveis origens do discurso de Menocchio, o autor infere que “as raízes de suas afirmações e desejos estão fincadas muito longe, num estrato obscuro, quase indecifrável, de remotas tradições camponesas [...] o que emerge dos discursos de Menocchio não é mais uma "mentalidade" do que uma cultura” (Ginzburg, 2006, p.23).

Embora pareça contraditório utilizar o discurso de Menocchio para dar imagem as mudanças de mentalidade, os pontos que se colocam em análise nesta passagem, é o papel desempenhado pela cultura para a formação das mentalidades, e a trajetória intrínseca que tanto a mentalidade quanto a cultura percorrem ao longo da história. Neste caso, a mentalidade e identificação cultural se dão por meio do confronto ou consonância do indivíduo frente aos saberes e costumes da comunidade na qual está inserido.

Esta discussão foi analisada por Laraia (1997):

O homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam [...] Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA,1997, p. 46)

A ausência de envolvimento do indivíduo comum na escolha do bem que realmente representa sua identidade coletiva, provavelmente seja um dos motivos de inúmeros “Patrimônios” não fazerem parte do imaginário do cotidiano social. Os

patrimônios que se enquadram nesta categoria, foram estabelecidos como tal a partir de um entendimento que se processou em descompasso com entendimento social - seguindo o ritmo das transformações das estruturas de poder.

Convém observar, que a categoria de patrimônio que mais se aproxima do cotidiano das comunidades, sejam elas urbanas ou rurais, é o Patrimônio Imaterial. Nesse sentido, os elementos mais reconhecidos de uma comunidade são os aspectos relacionados aos seus modos e costumes, isto porque, quando se pensa em um elemento aglutinador, capaz de unir identitariamente os indivíduos de determinada região, os elementos materiais não se apresentam como principal componente de identificação.

Considerando os aspectos regionais, nota-se que os gostos culinários, as músicas e o sotaque se sobrepõem aos elementos materiais da vida cotidiana: os monumentos, a arquitetura e da paisagem natural. Por exemplo, para os nordestinos a comida, o forró e as expressões linguísticas são mais abrangentes se comparado ao alcance dos patrimônios materiais – o Pelourinho está restrito a Salvador (ou a Bahia), o *oxente* e o cuscuz perpassam os limites dos Estados nordestinos, estando presentes na totalidade da região.

Assim, as discussões em torno dos patrimônios imateriais, deveriam ter maior espaço, dada sua importância e efetiva participação cotidiana, seja em conformidade com questões relacionadas ao presente, seja na consolidação e preservação da memória coletiva de diversos grupos culturais.

### **1.1 Influência Modernista e Estado Novo na Criação do IPHAN**

No Brasil o primeiro movimento institucional em torno da uniformização e criação de uma legislação com aspectos protetivos e fiscalizatório dos “objetos histórico-artísticos”, ocorreu no final da década de 1920, com criação das Inspetorias dos Monumentos Nacionais. Em 1926 Minas Gerais foi o primeiro estado a executar este tipo de supervisão, seguidos por Bahia (1927) e Pernambuco em 1928. A importância da criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (IMN) se deve ao fato de, embora não fosse responsável pela conservação e restauro dos monumentos imóveis, sua atuação foi muito consistente.

“A despeito de sua curta existência, segundo os relatórios de Epaminondas de Macedo, a Inspetoria fez intervenções em cerca de 20 edificações em Ouro Preto, entre pontes, igrejas e chafarizes. Já na listagem publicada por Adolpho Dumans no

livro *A ideia de criação do Museu Histórico Nacional*, contam-se 33 monumentos contemplados pela ação da IMN, entre restauração total, parcial e realização de projeto para ação preservacionista” (IPHAN, 2021).

Por conta de sua atuação é aceitável afirmar que a IMN foi o primeiro instrumento nacional voltado a preservação do patrimônio cultural do Brasil. As Inspetorias dos Monumentos Nacionais tiveram suas atividades extintas em 1937 período no qual criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) atuou substancialmente na implantação do que se entende como as primeiras políticas públicas voltadas à área cultural do Brasil. Lia Calabre (2007, p.88-89) assevera que inúmeras medidas direcionadas a uma maior institucionalização do setor ocorreram no Brasil neste período. Neste contexto, o SPHAN apresenta-se como ponto inicial de um movimento mais elaborado, que tinha como objetivo inicial a preservação do patrimônio material edificado (CASTRIOTA, 2017, p.71).

Diante deste novo tratamento oferecido ao campo cultural, provavelmente por conta das alterações econômicas, políticas e sociais advindas com o fim da república velha, mudanças culturais significativas aconteceram. A burguesia ascendente buscava espaço frente às antigas oligarquias. E nos escritos de Rubim:

A revolução de 30 conforma mais uma transição pelo alto, com rupturas e continuidades controladas. O novo representa um pacto de compromisso entre estes novos atores e as velhas elites agrárias, no qual inovação e conservação lutam sem embates radicais (RUBIM, 2007, p.15).

Nesse cenário de transformação em que o país se encontrava, tanto políticos do Estado novo quanto a elite ilustrada, atuaram efetivamente no que se refere às ações e tentativas de criação de símbolos que pudessem representar o Patrimônio Nacional. Situação que concedeu aos intelectuais modernistas um papel fundamental no processo de produção de ideias e mecanismos de valorização objetivando salvaguardar o patrimônio cultural do Brasil. Na década de 1920 e 1930 a questão da identidade nacional era matéria frequente entre os grupos modernistas, que possuíam um discurso de intensa defesa da cultura popular e do folclore nacional, e buscando compreender o que seria a essência do povo brasileiro.

Segundo Rubim (2009), a “redescoberta” de Minas Gerais na figura da “excêntrica” cidade barroca de Ouro Preto, constituiu-se num achado da verdadeira identidade nacional. De tal forma que identificavam, por sua vez, aquele conjunto arquitetônico como representante exemplar de “uma possível civilização brasileira”, representante cultural de um Brasil interiorano.

É importante destacar que a produção intelectual dos grupos modernistas emparelhava-se perfeitamente com os interesses das elites burguesas e dos governantes, pois, no início do Estado Novo, interesses tradicionais e modernos acomodaram-se diante deste novo cenário de mudanças. Do mesmo modo, a estreita ligação entre os modernistas com as vanguardas europeias e a especial atenção que este grupo dispensava a tradição nacional, não provocava neste universo de interesses político-cultural uma ruptura abrupta com o passado (CASTRIOTA, 2017).

Como situa Barbalho (2007), durante o período do governo Vargas a necessidade de produzir uma narrativa que contemplasse a ideia de valorização nacionalista, tal imperativo foi determinante para a criação de inúmeros órgãos direcionados ao reconhecimento e desconstrução de uma nacionalidade, que até então não favorecia o ideal de nação getulista. É, portanto, a partir desta necessidade de governo que intelectuais se apresentam como condutores deste modelo pretendido pelo Estado Novo.

O objetivo de Vargas era modificar antigos pensamentos até então enraizados, - que em muitos aspectos maculavam a figura povo em sua originalidade. Deste modo, e contrapondo a “ideologia da mestiçagem”, o governo promove uma mudança de imagem do brasileiro, produzindo arranjos e “apologia que se sustenta na positividade da mistura entre as três raças. Assim, a população mestiça é valorizada e incorporada à nacionalidade” (BARBALHO, 2007, p.41).

Com o aparelho do Estado e os recursos necessários, o desejo de transformar o “popular em nacional” tornou-se possível através da criação de diversos órgãos que permitiam ao Estado grande controle ideológico sob a produção cultural. Sob essa nova ótica surgiram entre os anos de 1930/40 inúmeras instituições culturais: o Serviço Nacional de Teatro (SNT), o Instituto Nacional do Livro (INL), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e o departamento que era responsável pela coordenação e exercia poder de censura em várias áreas – o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (BARBALHO, 2007, p. 42).

É importante destacar, que neste contexto de transformação e controle ideológico a criação desses órgãos torna-se fundamental, pois ações de viés pedagógico fortaleciam a ideia de harmonia entre as classes, e em certa medida valorizavam a mestiçagem do povo brasileiro. Isso ocorreu dada a necessidade do Estado Novo em criar narrativas na qual pudesse reafirmar a verdadeira nacionalidade brasileira, desvinculando-a do passado de dependência colonial, com isso atribuindo força e importância a grande parcela da população, cuja etnia é derivada da grande miscigenação.

É neste contexto que o trabalho dos intelectuais torna-se imprescindível para o projeto de governo varguista. A socióloga Maria Cecília Londres Fonseca (2009) assegura que:

Os intelectuais exerceram, portanto durante o Estado Novo, um papel político fundamental na construção da nação, e, no caso das instituições culturais atuavam como organizadores da cultura, como mediadores entre o Estado e a sociedade, entre a cultura e o povo. [...] Na medida em que o SPHAN foi um dos braços do ministério de Capanema, era inevitável algum grau de compromisso entre os intelectuais que atuavam na instituição e o regime (FONSECA, 2005, p.121).

No que diz respeito às colaborações dos intelectuais aos órgãos do governo assumindo funções políticas, no que tange esfera cultural, os nomes de Mario de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lucio Costa, Manuel Bandeira, entre outros, faz jus a destaque. Como salienta Marcia Chuva (2009a), quando menciona que uma das características mais definidas do Estado Novo, “foi sua capacidade de abarcar, em sua rede de relações, grupos de intelectuais, cujos projetos culturais continham profundas distinções ideológicas, embora muitos deles adviessem do modernismo”.

Sobre a diversidade dos indivíduos que faziam parte do grupo intelectual que atuava a serviço da construção do Estado nacionalista almejado por Vargas, a antropóloga Silva Barbosa Rubino (2002) aponta a atuação de elementos fora da esfera do movimento modernista. Segundo a autora, apesar de haver durante a formação ideológica-cultural do Estado Novo inúmeros representantes do movimento modernista ocupando cargos públicos, especialmente entre os anos de 1934/1945, - figuras renomadas como Carlos Drummond de Andrade e Candido Portinari, também dividiam espaço com intelectuais identificados com as ideias tradicionalistas. Deste modo, havia naquele contexto histórico de construção, espaço tanto para modernistas como para tradicionalistas.

Rubino (2002) destaca que a política de Vargas era “plena de conflitos e negociações, não houve exatamente o monopólio dos modernistas. Talvez tenha sido deles, contudo, o monopólio da versão dos fatos, das publicações, da ocupação do espaço cultural”. Entretanto, os postos públicos ocupados pelos modernistas foram imprescindíveis para o refinamento de conceitos, elaboração propostas e adoção de novas práticas, mais adequada aquele momento histórico, se comparada aos métodos da Primeira República.

Deste modo, é largamente sabido que muitos intelectuais e artistas modernistas fizeram parte do processo de constituição dos órgãos de preservação e salvaguarda do patrimônio histórico nacional. Dentre estes representantes, destaca-se a figura de Mario de Andrade, cuja participação e contribuição através de suas pesquisas, ainda hoje são objetos de estudo na área do patrimônio.

Antes de discutir as valiosas contribuições de Mário de Andrade para criação e consolidação dos órgãos de proteção do patrimônio, seja na elaboração de diretrizes, seja na implantação de novas práticas, é interessante observar o que diz Ligia Martins Costa - museóloga do IPHAN na década de 1950, período que corresponde, portanto, a praticamente a metade do mandato de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que havia assumido o comando do órgão em 1937, permanecendo no posto por trinta anos. Em entrevista/depoimento concedida a Revista do Patrimônio Nacional em 2005, ela expõe sua percepção a respeito do papel exercido por Mário de Andrade na Primeira Fase do IPHAN, denominada de Fase Heroica da instituição:

Percebi que vocês colocaram uma certa ênfase no Mário de Andrade. Acontece que minha geração não vê o Mario de Andrade como a geração de vocês. Quando entrei para o Patrimônio, não falávamos do Mário de Andrade como o autor do projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, pois o plano que ele fez, em 1936, a pedido do ministro Capanema, não foi realmente tão significativo para o Patrimônio (REVISTA DO PATRIMÔNIO, nº 31. 2005, p. 275).

É importante salientar que as palavras da Museóloga Ligia Martins Costa, corroboram com a ideia de que elementos antípodas ao movimento modernista tiveram relevante participação na criação do principal órgão de defesa do patrimônio nacional. Segundo a entrevistada, para a sua geração o indivíduo de maior relevância na constituição basilar do Sphan foi Rodrigo Melo Franco de Andrade - que fora responsável

por estudar toda legislação preexistente dentro e fora do país, incluindo o projeto criado por Mário de Andrade. De modo que, somente após este estudo, é que se produziu um esboço que resultou o decreto-lei nº 25 de 30/11/1937, dando origem ao IPHAN e ao Museu Nacional de Belas Artes (MNBA). Ainda na visão da Museóloga:

Não se trata de um projeto do Mário de Andrade. As ideias de Mário de Andrade sobre arte popular, sobre antropologia, foram um elemento enriquecedor para o projeto. Mas, tudo o mais veio do dr. Rodrigo e da equipe dele [...] Grande contribuição de do Mário de Andrade para o Patrimônio foi ter-nos trazido o Luiz Saia [...] (REVISTA DO PATRIMÔNIO, nº 31, p. 275).

Tal percepção apresentada por Ligia Costa e publicada em revista do próprio IPHAN em 2005 é completamente desconsiderada pela instituição, pois em uma das páginas de seu *site* oficial, na qual a biografia de Rodrigo Melo Franco de Andrade é apresentada, as informações ali expressas dão conta de que o principal responsável pelo projeto que deu origem ao IPHAN fora Mário de Andrade em 1936, e que a entrada de Rodrigo Melo Franco de Andrade na instituição ocorreu por conta de sua indicação e influência junto a Gustavo Capanema, então Ministro da Saúde e Educação.

Anos depois, em 1936, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, aprovou o projeto de Mario de Andrade, que propôs a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Mario, que até então dirigia o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, indicou o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade para a direção do Sphan. Ele assumiu a direção oficialmente em 1937 e durante 30 anos dedicou-se à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. A partir daí, a proteção dos bens patrimoniais do país passou a ser sua atividade principal, deixando em segundo plano a literatura, o jornalismo e a advocacia (IPHAN, 2020).

Esta discrepância entre o discurso oficial de uma instituição e as percepções criadas pelos indivíduos que fazem parte desta estrutura, nos chama a atenção, sobretudo, no que refere ao distanciamento entre as versões transmitidas entre os órgãos de governo e as versões produzidas por agentes comuns no cotidiano interno de trabalho. Sobre esta questão, Marcia Chuva (2009b) destaca que, a necessidade de criação de um símbolo que legitimasse a história do patrimônio cultural, fez-se imperioso na década de 1980, no

entanto, segundo a pesquisadora tal ação de produzir símbolos, escamoteou crises e conflitos historicamente identificados com o campo do patrimônio.

É diante deste cenário de efervescência e necessidade de consolidação de uma visão cultural hegemônica, identificada com a ideologia de nacionalismo, que as bases em torno da questão Patrimônio se estabeleceu no Brasil. A criação do SPHAN sob o comando e participação de diversos nomes identificados com o movimento modernista, torna-se um marco, sobretudo no que diz respeito aos novos olhares dispensado ao Brasil sertanejo, ampliando desta forma o leque cultural - negligenciado pelo Estado, depreciado pelas elites e tendo seu valor ignorado por boa parte do povo – principal responsável por sua produção e manutenção da memória coletiva.

## **1.2 Mário de Andrade**

Antes da existência do IPHAN, Mário de Andrade havia atuado em outro órgão de cultura, foi o primeiro diretor do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo (DC), instituído pelo prefeito Fábio Prado por meio do Ato nº 861, de 30 de maio de 1935. Posto que lhe proporcionou, de certa forma oportunidade de aplicar parte de suas ideias no campo da cultura popular, pois as iniciativas do DC apresentavam como meta “diminuir as assimetrias de acesso aos bens culturais, ainda restritos a uma pequena parcela da população, por meio da ampliação das ações de expansão cultural e de criação de novos públicos para o fazer cultural” (CANDIDO, 1977, p. 14).

O trabalho de Mário de Andrade frente ao Departamento de Cultura e recreação de São Paulo, “cumprir um papel fundador ao estabelecer os parâmetros para um conceito ampliado de cultura (para ele “arte”)”. É, portanto, diante deste inovador entendimento do universo cultural, que o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o convida a redigir um anteprojeto, cujas bases foram incorporadas a matriz do projeto definitivo que deu origem ao SPHAN (BOTELHO, 2007, p.112).

Seu anteprojeto produzido na década de 1936, apresentou-se como uma nova proposta, sugerindo um olhar menos etnocêntrico em relação às manifestações, modos de fazer e festas populares. Neste ponto, é importante entender que a estrutura sociocultural na qual o Brasil estava inserido naquele momento, era de um acentuado atraso se comparado aos países em que o Brasil mirava-se como exemplo de desenvolvimento político, social e artístico. A elite letrada até aquele momento compreendia que a verdadeira cultura derivava da magnitude dos grandes monumentos arquitetônicos ou nas sutilezas e nuances das belas artes.



Mário de Andrade foi Figura central na política cultural brasileira, sua ampla compreensão sobre o patrimônio cultural, teve seu “reconhecimento” internacional quase trinta anos depois, com a produção da “Carta de Veneza” (1964). A partir do conteúdo deste documento orientador, é possível identificar quão visionário foi o arcabouço produzido por Andrade em 1936, uma vez que, inúmeros elementos contidos no seu anteprojeto, principalmente, no que tange a valorização de modestas construções com intrínseco valor para a memória coletiva, - ponto marcante incorporado ao texto deste documento. Artigo I aprovado no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CARTA PATRIMONIAL DE VENEZA, 1964).

Embora, não se tratem de documentos jurídicos, a importância das Cartas Patrimoniais, consiste no fato de serem documentos produzidos pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgão vinculado a UNESCO com a intenção de fornecer embasamento teórico-crítico, objetivando a preservação dos bens culturais como documentos autênticos, que possam atuar como suporte de informação, além de servirem de base para os vários profissionais envolvidos no campo da preservação do patrimônio cultural (KÜHL, 2010, p. 288).

No Brasil, o reconhecimento jurídico do entendimento sofisticado de Mário de Andrade foi obtido através da promulgação da Constituição 1988, com a proteção dos bens imateriais, e a utilização do termo Patrimônio Cultural, precisamente disposto no artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art.: 216).

Diante do declarado no artigo 216 da Constituição de 1988, fica evidente o caráter genial do anteprojeto produzido por Mário De Andrade, pois neste artigo em que se trata de questões relacionadas ao patrimônio cultural, apresenta-se como um dos mais modernos do mundo. Esta afirmação se sustenta, tendo em vista, a ampliação de elementos passíveis de proteção, a partir desta garantia assegurada pelo Estado.

Ao contrário do que ocorria em períodos anteriores, em que a prerrogativa de escolha do que poderia ser constituído como patrimônio cultural era de responsabilidade exclusiva de técnicos especializados na área, com o novo artigo da Constituição, isto muda consideravelmente. Nesta ocasião, tanto o poder público quanto a sociedade civil adquiriram o direito, e, até de certa forma, o dever de promover a proteção do patrimônio cultural do Brasil.

Com o decreto N° 3.551, de 04 de agosto de 2000, novos elementos foram adequadamente inseridos, abarcando quase a totalidade dos elementos contidos no anteprojeto de Mário de Andrade apresentado a Gustavo Capanema em 1936. Neste sentido a imaterialidade da cultura – característica (presente) nas manifestações do povo desprovido recursos, foi enfim reconhecido.

Em virtude desta ampla proteção a diversidade de bens tombados (material) ou registrados (imaterial) aumentou consideravelmente. De acordo com os números fornecidos pelo IPHAN, o volume de abertura processos de estudo para tombamento contemplou desde festas populares, lugares á saberes e modos de fazer.

Recentemente o IPHAN produziu um balanço bastante detalhado a respeito dos oitenta anos de tombamentos realizados pelo órgão, compreendendo os anos de 1936 a 2016. Nesse estudo a instituição promove um estudo amplo, em que apresenta a tipologia dos bens tombados, dividindo-os por categoria, Estados e Regiões, desde sua criação.

### **1.3 Períodos do IPHAN**

Primeiro Período abrange os anos de 1937 a 1964, portanto, desde o início da ditadura do Estado Novo (1937-1945), e tem seu término com fenecer da República Nova

(1945- 1964). Correspondendo assim, a praticamente todo o mandato de Rodrigo Melo Franco de Andrade na chefia do IPHAN, este momento também é conhecido como a Fase Heroica da Instituição.

Vale salientar que este foi o período mais profícuo do órgão, fase em que o maior número de patrimônios foi tombado. Constituiu-se, portanto, no mandato de Rodrigo Melo Franco de Andrade uma estreita relação com o movimento modernista e em decorrência desta inerente afinidade é consolidada a ideia de que o estilo arquitetônico colonial, juntamente com as técnicas construtivas baseadas em “pedra e cal” era o principal representante do patrimônio edificado do Brasil.

Estes primeiros anos de IPHAN, caracterizou-se fortemente pelo interesse no barroco, seguido pelo neoclássico, e sua valorização institucional fora fruto de uma política de Estado empenhada em produzir uma narrativa histórica genuinamente nacional. Nas palavras de Hobsbawm essa interferência manipulada seria “uma tradição inventada”, uma vez que o IPHAN em sua fase heroica procurava estabelecer uma continuidade histórica com o passado:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente regulada por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar valores ou certos e normas de comportamentos através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM e RANGER, 2008, p. 9).

De acordo com Mariza Veloso Motta Santos (1996, p.78) os responsáveis pela produção de uma representação simbólica da cultura nacional foram intelectuais do movimento modernista orientados por Rodrigo M. F. de Andrade, no que se chamava à época de Academia SPHAN - através da qual ancoravam-se numa ideia de constituição e formação de discursos sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. No que tange as responsabilidades na construção de narrativas simbólicas da cultura brasileira, Santos (1996) assegura que para além da produção do discurso, estes intelectuais integrantes da Academia SHPAN pretendiam inscrevê-lo no mundo social “representado pelo mundo intelectual e político”, desta forma conseguiriam “legitimidade irrefutável, por que é pública” no registro da história.

Deste modo, a intrínseca relação entre os intelectuais modernistas e o presidente do SPHAN, na forma de Rodrigo M. F de Andrade, produziu uma ideia de preservação do patrimônio baseado apenas na compreensão subjetiva do que estas figuras

consideravam relevante. Fato que, de certa forma explica a predileção pelas obras arquitetônicas do barroco em detrimento de outras formas estéticas e manifestações culturais – a mentalidade da época considerava somente a qualidade do valor artístico e valor histórico do pretense bem a ser tombado.

O Segundo Período, por sua vez, compreende os anos de 1964 a 1985, do início ao fim da Ditadura Militar. Este período pode ser dividido em duas fases: A Primeira Fase entre os anos de 1967 a 1979, ocasião que obedece ao mandato de Renato Soeiro que trabalhou 41 anos no IPHAN dos quais 21 como chefe de divisão de conservação e Restauro e os últimos 12 como seu presidente. A Segunda Fase começa em 1979 e vai até o ano de 1985, tempo que corresponde aos mandatos de Aloísio Magalhães e de Marcos Villaça, e coincide com a denominada Fase Moderna do Iphan.

No início da década de 1970, o chamado tombamento conhecido como pedra e cal começa a receber críticas por conta de sua limitação, tanto temporal quanto cultural, evento que forçou o Iphan a uma renovação do seu conceito de patrimônio. Isto por sua vez, deu início ao que se habituou a denominar: fase moderna.

Nesta conjuntura de mudanças, a imagem de Aloísio Magalhães apresenta-se fundamental, pois progressivamente alterou toda uma lógica de pensamento. A nova política de patrimônio cultural adota por Magalhaes, versava mais com a antropologia, buscando com essa nova ferramenta dar visibilidade à diversidade cultural do Brasil e fundando vínculos com populações locais no cotidiano.

O Terceiro Período tem o seu início em 1985 e seu término em 2003, transcorrendo pela redemocratização do país à conclusão do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Novamente pode ser dividido em duas fases: A Primeira Fase de 1985 á 1995 caracterizou-se pelo momento de grande instabilidade administrativa, com a sucessão de oito presidentes. A Segunda Fase entre os anos de 1995 a 2003 correspondeu aos mandatos de apenas dois presidentes Glauco Campelo e Carlos Heck.

#### **1.4 Atuação do IPHAM (1937/2016)**

Neste ponto da pesquisa será apresentada a evolução do número de bens tombados pelo IPHAN desde sua criação até o ano de 2016. No ano de comemoração dos seus oitenta anos, o órgão produziu um excelente balanço no qual detalha seus esforços em proteger e salvaguardar as riquezas culturais brasileiras, que de acordo com seus estudos técnicos e critérios, faz jus a chancela de Patrimônio Cultural.

A utilização deste estudo permitirá a análise dos dados que contribuirá para o entendimento da dinâmica que rege os processos de tombamento no país, desta maneira, admitindo um olhar mais abrangente em torno desta questão do patrimônio em suas diversas vertentes e tipologias. A Tabela 1.1 aponta as categorias tipológicas dos bens tombados em todo o Brasil e baliza a situação em que o processo se encontra.

**Tabela 1.1 - Bens tombados pelo IPHAN até o ano de 2016**

<b>Tipologias</b>	<b>Bens Inscritos</b>	<b>Tombamentos Aprovados (aguardando inscrição)</b>	<b>Tombamentos Provisórios (aguardando apreciação)</b>	<b>Total Geral</b>
<b>Bem Paleontológico</b>	01	-	-	01
<b>Conjunto Arquitetônico</b>	70	04	02	76
<b>Conjunto Rural</b>	33	-	-	33
<b>Conjunto Urbano</b>	83	01	02	86
<b>Edificação</b>	413	30	05	448
<b>Edificação e Acervo</b>	385	05	05	395
<b>Jardim Histórico</b>	11	02	-	13
<b>Quilombo</b>	01	-	-	1
<b>Ruína</b>	26	03	-	29
<b>Sítio Arqueológico</b>	05	-	-	5
<b>Terreiro</b>	08	01	-	9
<b>Patrimônio Natural</b>	20	02	02	24
<b>Coleção ou Acervo</b>	26	01	02	29
<b>Bem Móvel ou Integrado</b>	56	-	07	63
<b>Infraestrutura ou Equipamento Urbano</b>	45	-	-	45
<b>Total Geral</b>	<b>1183</b>	<b>49</b>	<b>25</b>	<b>1257</b>

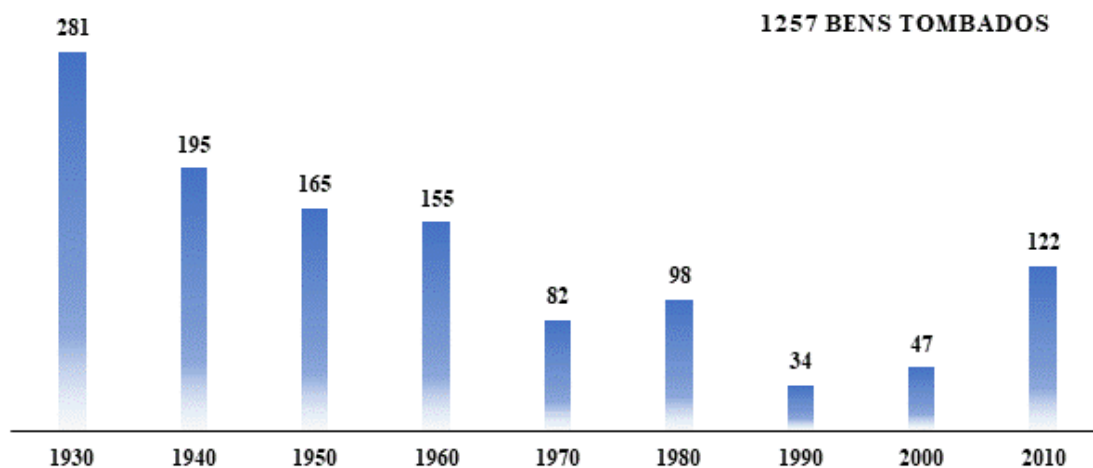
Fonte: Adaptado, IPHAN, 2016

Num total de mil duzentos e cinquenta e quatro bens tombados, mil e cinquenta pertenciam a tipologias com características vinculadas ao universo arquitetônico: Conjunto Arquitetônico (76), Conjunto Urbano (86), Edificações (448), Edificação e Acervo (395), Infraestrutura ou Equipamento Urbano (45). Esses valores correspondem a 83,5% de todos os bens reconhecidos pelo IPHAN como patrimônio cultural até o ano de 2016.

Uma das razões que podem explicar este grande predomínio de edificações tombadas, provavelmente seja a tradição sobrevivida do órgão, que privilegiava as construções que possuíssem características do período colonial ou do estilo barroco. Esta predileção institucional teve seu início na primeira fase do IPHAN ou fase heroica – passagem que ficou conhecida como a fase da “pedra e cal” em função do grande número construções de estilo colonial tombada pelo órgão.

A Primeira Fase do IPHAN, a partir de sua criação em 1937 até 1964, apresentava uma característica que a diferenciava sobremaneira das fases que a sucederam – este foi o período no qual o maior número de bens foi tombado no Brasil. O gráfico representado na Figura 1.1 demonstra o número de patrimônios tombados por décadas, dados de grande relevância para o entendimento deste singular período.

**Figura 1.1 - Número de patrimônios tombados por décadas**



Fonte: Adaptado IPHAN, 2016

A partir da leitura deste gráfico, é possível visualizar o grande número de bens tombados nas primeiras décadas de fundação do IPHAN. Durante os anos de 1930/1960 foram tombados seiscentos e quarenta e um bens, esse número equivale a 62% de todos os bens tombados pelo órgão até o ano de 2016.

Esse expressivo número de patrimônios içados à categoria de bens culturais, explica-se pela ininterruptão de um arquétipo de ideia consolidada a gestão do IPHAN. Por mais de trinta anos a liderança do órgão ficou sob a responsabilidade de Rodrigo de Melo, e sua manutenção no cargo por um período tão longo garantiu a continuidade de políticas de tombamento, preservação e salvaguarda.

Essa realidade, contudo, foi modificada com a ruptura democrática a partir do golpe civil-militar de 1964, acontecimento que mergulhou o país numa conjuntura de retrocesso e incertezas em todas as esferas. Na Tabela 1.2 é possível verificar alguns dados que de certa forma corrobora com esta afirmação.

Tabela 1.2 - Tombamentos por momentos institucionais

Presidente	Período	Política	Tombamentos	Média Ano
<b>Rodrigo Melo Franco de Andrade</b>	1937-1963	Estado Novo a Ditadura Militar	781	<b>25</b>
<b>Renato Soeiro</b>	1967-1979		107	
<b>Aloísio Magalhães</b>	1979-1982	Ditadura Militar	24	<b>8</b>
<b>Marcos Vinícius Vilaça</b>	1982-1985		40	
<b>Ângelo Oswaldo Silva Teles</b>	1985-1987			
<b>Ítalo Campofiorito</b>	1988-1989	Governo Sarney		
<b>Carlos Xavier</b>	1989-1990		32	<b>4,5</b>
<b>Lélia Contijo Soares</b>	1990	Governo Collor		
<b>Jayme Zettel</b>	1991			
<b>Francisco Manoel de Melo</b>	1992	Governo Itamar	04	<b>1</b>
<b>Glauco Campelo</b>	1993			
<b>Carlos Henrique Heck</b>	1994-1998	Governo FHC	60	<b>10</b>
<b>Maria Elisa</b>	1999-2003			
<b>Antônio Augusto Arantes</b>	2003-2004		09	
<b>Luiz Fernando de Almeida</b>	2004-2005	Governos Dilma e Lula		<b>14</b>
<b>Jurema Machado</b>	2006-2012		141	
	2013-2016		34	

Fonte: Adaptado IPHAN, 2016

Ao analisar a média anual de bens tombados, nota-se um acentuado declínio após a instauração da ditadura militar. A quantidade de bens tombados caiu de vinte e cinco para apenas oito, o que corresponde a um decréscimo de 32%. De modo que, somente a partir de meados da década de 1990, inicia-se uma nova trajetória de subida, todavia, muito distante do observado no período da política do Estado Novo.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi responsável por dez tombamentos em média por ano, enquanto os governos Lula e Dilma elevaram quatorze patrimônios por ano à categoria de Bens Culturais. A Tabela 1.3 revela o panorama da distribuição dos patrimônios tombados por Estado.

O dado que chama a atenção na Tabela 1.3 refere-se à discrepância de bens tombados nos Estados da região Norte e Centro-oeste se comparados aos Estados das demais regiões do país, Pode-se inferir a partir desses dados, que por conta do posicionamento adotado pelo IPHAN, privilegiando nas suas primeiras décadas as tipologias construtivas de estilo colonial, tenham de certa forma provocado esta grande diferença entre as regiões, uma vez que os Estados que concentram o maior número de construções do período colonial e de estilo barroca encontram-se no Sudeste e Nordeste. Já a Tabela 1.4 auxiliou o entendimento da distribuição dos bens tombados divididos entre as cinco regiões do país.

Tabela 1.3 - Tombamento por Estado

Estados	Bens Inscritos	Tombamentos Aprovados	Tombamentos Provisórios	Total
Acre	01	-	-	01
Alagoas	13	-	-	-
Amapá	02	-	-	-
Amazonas	04	02	-	-
Bahia	193	02	01	196
Ceará	22	-	-	22
Distrito Federal	05	23	-	28
Espírito Santo	14	-	-	14
Goiás	26	-	-	26
Maranhão	19	01	01	21
Minas Gerais	208	01	-	209
Mato Grosso	06	03	01	08
Mato Grosso do sul	05	01	-	06
Pará	26	02	02	30
Paraíba	24	-	01	25
Paraná	17	-	01	18
Pernambuco	84	02	02	88
Piauí	15	-	01	16
Rio Grande do Norte	15	-	-	15
Rio grande do Sul	25	-	-	25
Rio de Janeiro	232	05	-	246
Roraima	-	02	-	1
Santa Catarina	86	-	-	87
São Paulo	94	04	-	98
Sergipe	26	-	01	27
Tocantins	02	-	-	02
<b>Total Geral</b>	<b>1183</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>1257</b>

Fonte: IPHAN, 2016

Tabela 1.4 - Bens tombados por região

Região	Bens Inscritos	Aprovados (aguardando inscrição)	Provisórios (aguardando apreciação)	Total Geral
Centro-Oeste	42	27	01	70
Norte	38	07	02	47
Nordeste	410	07	08	423
Sul	145	-	03	148
Sudeste	548	10	11	569
<b>Total Geral</b>	<b>1183</b>	<b>49</b>	<b>26</b>	<b>1257</b>

Fontes: Adaptado IPHAN, 2016



Dentro deste balanço realizado pelo IPHAM, num contexto de mil duzentos e cinquenta e sete bens patrimonializados, a categoria dos Bens religiosos ocupa seguramente um lugar de destaque, pois as igrejas barrocas das cidades Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, São João Del Rei, Congonhas, dentre outras, foram os primeiros bens a cooptar a atenção dos primeiros técnicos do antigo SPHAN. As informações expressas na Tabela 1.5 contribuirão para o desvelamento do cenário no qual o patrimônio religioso está inserido.

**Tabela 1.5 - Bens imóveis**

<b>Décadas</b>	<b>Belas Artes</b>	<b>Histórico</b>	<b>Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.</b>
<b>1930</b>	152	44	-
<b>1940</b>	94	71	-
<b>1950</b>	41	15	01
<b>1960</b>	20	29	01
<b>1970</b>	06	10	-
<b>1980</b>	13	15	02
<b>1990</b>	03	03	-
<b>2000</b>	06	06	-
<b>2010</b>	10	13	01

Fontes: Adaptado IPHAN, 2016

Por meio do exame dos dados expostos na Tabela 1.5, percebeu-se o predomínio da religião católica, no que tange o tombamento de bens. Embora essa informação não faça parte da Tabela 1.5, o IPHAN destaca que dentre o acervo de bens móveis totalizando cem itens, existe apenas um Torah (1999) de origem judaica, e o acervo da Magia Negra (1938) que reúne uma coletânea de bens provenientes de terreiros de candomblés.

De acordo com as informações apresentadas por este estudo, é possível entender as diferentes fases e evoluções do órgão que serviu de modelo para a criação de diversos instrumentos de proteção ao patrimônio, tanto na esfera estadual quanto municipal, hoje presentes em todas as regiões do país. Neste sentido, esta pesquisa destaca a concepção do Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) pelo Estado de São de Paulo em 1968 e o Conselho municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA) de 1992.

## **2 ORIGEM DOS CONSELHOS DE DEFESA DO PATRIMONIO DE SÃO PAULO E SANTO ANDRÉ**

### **2.1 CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico**

A criação do Condephaat ocorre num momento em que o país passa por profundas alterações, tanto no campo político como cultural. Neste sentido, é de se imaginar que a concepção de órgãos voltados à valorização do patrimônio cultural, necessariamente sofria interferências do Governo após a consolidação do golpe de 1964.

Segundo, Rodrigues (2006) a criação do Condephaat advém do esforço de parte da burguesia tradicional paulista em garantir preservada a memória bandeirante, elemento fundante da identidade de São Paulo. Este movimento era reconhecido como um ato de proteção da História paulista, encabeçado pela elite intelectual, que dedicava especial atenção a proteção do patrimônio, que nas palavras de Rodrigues, “era um traço distintivo deste grupo em relação aos demais que compunham a sociedade” (RODRIGUES, 2006, p.27).

Deste modo, através da Lei 10247/68 de 1968 é criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), no governo de Roberto de Abreu Sodré, evento emergido de uma conjuntura de mudanças e autoritarismos subsequentes à 1964. É, portanto, neste contexto político que ocorre na administração de São Paulo uma reforma, cujo, alcance não só produziu as bases do Condephaat, e criou a Secretária de Cultura, Esporte e Turismo, assim como, institutos e ações direcionadas as práticas e valorização cultural de São Paulo, - nesta seara foram criadas a “Fundação Padre Anchieta, Festival de Inverno de Campos do Jordão, o Museu de Arte Sacra, os Museus da Imagem e do Som, a Casa Brasileira e do Paço das Artes” (RODRIGUES, 2006. p,28).

É importante destacar que embora o período em que o Condephaat foi criado caracterizava-se pelo autoritarismo, o principal conselho normativo que trata de questões relacionadas ao patrimônio cultural - o ICONOMOS apresentava a Carta de Veneza, na qual ampliava o olhar para o Patrimônio, reconhecendo elementos que até então eram completamente desconsiderados, uma vez que, não pertencia ao hall dos grandes monumentos de um passado heroico nostálgico.

Deste modo, a fundação do Condephaat ocorreu sob a égide da carta de 1964, que definia em seu artigo 1º

“A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (Carta de Veneza, 1964).

Entretanto, ainda continuava focalizando na monumentalidade dos bens que representavam a identidade e memória da elite paulista que havia naquele momento se empenhado na criação do órgão. A respeito deste assunto, Silvia Ferreira Santos Wolff destaca a atuação do Condephaat até a década de 1970 direcionada pela historiografia tradicional paulista e sua cultura material (WOLFF, 2018, p.49).

Segundo Wolff (2018), nos primeiros anos de criação do órgão o entendimento em relação ao patrimônio não havia se alterado de forma significativa. Os objetos de estudo do Condephaat não contemplavam os aspectos culturais, para os técnicos do órgão a preservação direcionava-se apenas aos bens reconhecidos como “patrimônio histórico e artístico”.

Destarte, na lista dos primeiros Bens tombados em São Paulo, o culto a memória da elite diretora, bem como o passado glorioso paulista se cristalizaram através da patrimonialização destes elementos:

“figuram velhos solares do Vale do Paraíba, como o Solar do Major Novaes, em Cruzeiro, e o Palacete Palmeira, em Pindamonhangaba; fortalezas no litoral, como a fortaleza de São João, em Bertioga; engenhos de açúcar ou suas ruínas, como o Engenho d’Água, em Ilhabela, ou o Engenho dos Erasmos, em Santos. Também os centros históricos de Cananeia e São Sebastião tiveram seus núcleos tombados logo no início da atuação (WOLFF, 2018, p. 49).

O tombamento destes bens históricos alinha-se a criação do Condephaat, no momento em que convergem interesses das antigas elites e poder público paulista. Segundo Crispim (2014), a busca por reafirmação por parte da elite e a busca “construir narrativas históricas pertinentes a seus interesses” alinhou-se aos interesses públicos que

objetivava criar um órgão de preservação que pudesse impulsionar o desenvolvimento turístico cultural (CRISPIN, 2014, p. 47).

Este cenário começa a se alterar a partir da segunda metade da década de 1970, anteriormente a seleção para o tombamento baseava exclusivamente no “glorioso passado edificado colonial ou do quadro da arquitetura moderna brasileira”, pensamento acaudilhado, principalmente por Lúcio Costa.

A partir da segunda metade do século XX, o conceito de patrimônio começa a mudar: “monumentos excepcionais e de destaque na paisagem – portanto edificações de porte” começam a dividir espaço com outra concepção de patrimônio. Este movimento é encabeçado por setores populares diante do desaparecimento de inúmeras construções que compunham o cotidiano urbano (WOLFF, 2018, p.50).

É, portanto, neste panorama que, tanto construções ligadas a industrialização quanto as edificações caracterizadas como ecléticas adquire maior visibilidade nos quadros do Condephaat, embora ainda sendo “enfaticamente desvalorizados pela crítica de arquitetura”. A defesa para a preservação de edifícios identificados com a coletividade, de certa forma, situa-se neste contexto:

“Os paulistas pediam, assim, que se preservassem edificações marcantes na sua história e na paisagem urbana, mais enfaticamente quando estavam ameaçados por demolições [...] a emblemática luta pela preservação da antiga Escola Normal Caetano de Campos, na Praça da República, na Capital. O prédio, símbolo maior do investimento republicano em educação, foi salvo da lógica desenvolvimentista e pouco conciliadora dos engenheiros do transporte metropolitano em 1976” (WOLFF, 2018, p. 51).

Vale ressaltar que essas mudanças ocorrem no mesmo período em que São Paulo lança novos olhares para o patrimônio cultural, visando o desenvolvimento turístico ao mesmo tempo em que a UNESCO em 1972, através da Conferência de Genebra e criado o Comitê intergovernamental para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Ato que reforçou o poder simbólico dos patrimônios alçados a categoria de “Patrimônio Mundial”, e impulsionou o desenvolvimento do turismo cultural.

Rodrigues (1996) destaca que, embora o passado hegemônico tenha se beneficiado com a valorização turística dos patrimônios e a partir daí reverberado sua História, esta “classificação” não resultaria numa “apropriação de um passado específico, mas como fonte de fruição de beleza e informação, muitas vezes com doses de nostalgia”.

Fato que talvez possa explicar a cristalização do entendimento do papel do patrimônio, pois para o senso comum ele dever ser grandioso e excepcional ao mesmo tempo em que revele a história de um passado glorioso ou trágico.

De acordo com esta visão, elementos importantes não se enquadram dentro desta percepção, de patrimônio e, é neste ponto que consiste uma das grandes dificuldades em acomodar a história dos subalternos por meio dos bens patrimonializados.

O II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, realizado em Salvador em 1971 nos ajuda a entender a lógica do instituto do patrimônio no Brasil. Neste evento, dentre as inúmeras recomendações destaca-se o teor das quais consideravam o apoio técnico e financeiro de Iphan para os estados e municípios, ação que facilitaria o estabelecimento de uma política organizada em torno do patrimônio, no sentido de vincular os Bens culturais patrimonializados à dinâmica turística dos estados e municípios.

De modo que, a lógica dominante desta época direcionava à valorização da monumentalidade, pois, alinhava-se tanto as necessidades dos governos, considerando o aspecto financeiro advindo do desenvolvimento do turismo cultural, quanto das elites que viam suas memórias cristalizadas nos bens culturais tombados. Este modelo de pensamento somente foi alterado no início da década de 1990, período no qual houve uma significativa mudança de perspectiva em relação a função social que se destinara aos bens patrimonializados da cidade.

No que se refere à mudança de mentalidade, pode-se destacar a chegada do Partido dos trabalhadores ao poder executivo da cidade de São Paulo na figura de Luiza Erundina no ano de 1989. Em um contexto de mudanças, no qual aspectos políticos e sociais ganharam significativa visibilidade em função da ascensão de um partido de esquerda no comando da mais importante capital do país, a questão cultural não foi tratada de forma secundária, - a este segmento foi dispensado recursos financeiros até então inéditos.

De acordo com Mirna Busse Pereira, em seu trabalho onde busca delinear os caminhos pelos quais a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo percorreu para a implantação da Política de Cidadania Social na gestão de Luiza Erundina, a autora aponta um significativo aumento nos recursos direcionados a Secretaria de Cultura. Segundo a historiadora os recursos financeiros direcionados a SMC não ultrapassavam 0,5% do orçamento do município, situação que começa ser alterada já no início do primeiro ano de mandato em 1989, período no qual a Secretaria passa a contar com “1,3% do montante

de recursos da prefeitura e nos dois anos subsequentes passaria a 1,6%, chegando a 1,8% ao final de 1992” (PEREIRA, 2006, p. 212).

Além do incremento de aporte financeiro, a prefeita petista nomeia Marilena Chauí como Secretária Municipal de Cultura, e a partir daí promovendo uma verdadeira revolução no campo cultural paulista. Frente a Secretaria de Cultura, Chauí expõe no seu discurso de posse, sua percepção a respeito da nova política de cidadania social, apresentando de forma sistemática a maneira pela qual a pasta deveria direcionar suas ações, com isso ampliando as noções de cultura (PEREIRA, 2006).

Segundo Pereira (2006), Marilena Chauí nortearia a nova gestão da política cultural seguindo o imediato entendimento do direito à cultura:

- o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes, seja pela invenção de novos significados culturais;
- o direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural;
- o direito de usufruir os bens da cultura, criando locais e condições de acesso aos bens culturais para a população;
- o direito de estar informado sobre os serviços culturais e sobre a possibilidade de deles participar ou deles usufruir;
- o direito à formação cultural e artística pública e gratuita nas Escolas e Oficinas de Cultura do Município;
- o direito à experimentação e à invenção do novo nas artes e nas humanidades;
- o direito a espaços para reflexão, debate e crítica;
- o direito à informação e à comunicação sobretudo quanto se faça nesta Secretaria” (PERREIRA, 2006, p. 207).

Nesse sentido, a visão progressista em torno do Patrimônio Cultural ganhou robustez, e um novo olhar em torno dos equipamentos culturais iniciou-se a partir desta gestão. Com isso, numerosas vistorias foram realizadas em vários prédios públicos a fim de identificar, e requalificar o patrimônio histórico de propriedade da municipalidade.

“A tarefa de restaurar o patrimônio histórico e cultural da cidade assumiu a dimensão de meta prioritária para a SMC. A reforma e o restauro de edifícios completamente deteriorados, bem como a recuperação de equipamentos danificados operaria como pré-condição ou condição básica para a implantação de seus projetos culturais e como forma de garantir o direito à cultura em seu sentido amplo (PEREIRA, 2006, p. 212).

Esta nova disposição em valorizar do patrimônio histórico encontrou espaço no crescimento das campanhas vitoriosas do PT, tanto no âmbito estadual quanto nacional. Como aponta pesquisa realizada pelo TSE/Perseu Abramo, o Partido dos Trabalhadores saiu de uma inexpressiva posição no cenário nacional para constituir-se como um dos principais partidos políticos do país, o fato que conduz está depreensão é o significativo aumento do número de prefeituras - saindo de 38 em 1988 para 187 prefeituras no início dos anos 2000.

De modo que, tendo como arquétipo a Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, prefeituras da Grande São Paulo iniciam a promoção de importantes eventos com o objetivo de discutir e criar diretrizes para preservação e proteção dos patrimônios culturais locais, como nos casos do Simpósio de Mogi das cruces e do Curso em Preservação da Memória Municipal, organizado pela prefeitura de Santo André. A cidade de Santo André já possui um órgão independente de discussão e estudo do patrimônio local, o GIPEM, que inicia a partir desta nova perspectiva um projeto visando a criação de um órgão que pudesse atuar mais efetivamente nas questões que envolviam o patrimônio histórico local, que futuramente viria a ser o COMDEPHAPASA.

## **2.2 COMDEPHAAPASA**

A criação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA) não ocorreu seguindo a lógica do desenvolvimento do turismo cultural da década de 1970. A concepção deste conselho, deu-se a partir da confluência de três situações: interesses particulares de diferentes segmentos, do gestor público e principalmente da mudança de mentalidade no que se refere ao entendimento do conceito de cultura na cidade de São Paulo.

Contudo, antes de discutir a criação do COMDEPHAAPA, é necessário que se faça uma contextualização do cenário político e das mudanças em curso no Estado de São Paulo.

Considerando estas transformações em relação as novas perspectivas em torno dos bens culturais, a cidade de Santo André, de certa forma segue o modelo proposto pela Secretaria Municipal de São Paulo, e a administração do patrimônio local não permaneceu à margem dessas mudanças. Vale destacar que neste momento que o

município estava sob o comando do petista Celso Daniel, 32º prefeito de cidade e o primeiro representante de esquerda, eleito em 1º de janeiro de 1989.

Diante disso, a gestão do município segue um viés mais progressista, diferindo-se das anteriores administrações, cujos mandatos eram ocupados por representantes identificados em sua grande maioria com a política tradicional e ao militarismo, após o Golpe de 1964. Nesta nova gestão, aspectos antes negligenciados foram incorporado ao cotidiano da administração pública, onde questões socioculturais ganharam maior relevância.

Neste ponto, é pertinente discutir o engajamento de certos agentes interessados preservação e valorização do patrimônio cultural local, bem como o interesse particular do prefeito Celso Daniel pelos assuntos relacionados é esta temática.

Segundo Armelini (2008), a preocupação em torno do patrimônio local em Santo André inicia-se a partir do ano de 1986, em um simpósio ocorrido em Mogi das Cruzes, no qual se debatia a importância de preservação da memória local, visando capacitar técnicos dos municípios da Grande São Paulo a cerca desta matéria.

Após esse evento, a Prefeitura de Santo André organizou o Curso de Preservação da Memória Municipal, tendo como participantes técnicos de inúmeras Prefeituras da região do Grande ABC. De modo que, a partir das discussões promovidas pelos encontros, objetivando a preservação do patrimônio local, surgiu a ideia de criar um grupo que pudesse atuar nesta área.

No ano seguinte criou-se o Grupo Independente de Pesquisadores da memória do Grande ABC (GIPEM), composto por “pesquisadores voluntários e pesquisadores acadêmicos que moravam e atuavam na Região do ABC”. Este grupo contava desde as primeiras reuniões com a participação do engenheiro Celso Daniel, que viria a ser o próximo prefeito de Santo André, fato que provavelmente tenha fortalecido as discussões acerca do patrimônio local (ARMELINI, 2008, p. 35).

No ano subsequente a formação do GIPEM, assume o cargo de prefeito, e no início de seu primeiro mandato em 1989, talvez influenciado pelas ações da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, inicia um movimento de valorização dos edifícios considerados históricos no município. Num primeiro momento foi dada especial atenção, aos prédios cujo valor caracterizava-se por ser exemplo de uma específica tipologia construtiva, ou por ser um representante das primeiras construções que testemunharam a consolidação da cidade, assim, preservando a memória de Santo André.



Neste contexto, a priori, este grupo focou em edificações localizadas na região central da cidade - a Residência Paulina Isabel de Queiroz e Residência Olga Guazelli, o Cineteatro Carlos Gomes e o Primeiro Grupo Escolar de Santo André. Talvez, o fato de terem amplos espaços, possuírem boa localização e serem patrimônio da prefeitura, explica a predileção inicial por esses imóveis, além do fato de poderem ser utilizados para atividades pedagógicas com o objetivo de aproximar a população e fortalecer os vínculos com a cidade.

No ano seguinte (1990) o trabalho desenvolvido pelo GIPEM e pelos técnicos da prefeitura, ganha respaldo institucional com a promulgação da Lei orgânica do Município, através do art. 265 no qual efetiva a criação do COMDEPHAAPA, e o estabelece como órgão responsável por garantir a preservação da História, memória, Cultura e Arte do município (Lei Orgânica do Município, Art. 265).

Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA) é órgão consultivo e deliberativo que está unido a Secretaria de Cultura e Turismo da Cidade de Santo André responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural – PPPC, de acordo com a Lei Municipal nº. 9.071 do Plano Diretor do Município, previsto na Lei Municipal nº. 8.696. Dentre as atribuições e competências deste conselho estão a identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural da cidade, tanto os bens de natureza material, quanto imaterial.

A composição deste conselho é formada por 12 membros com igual número de suplentes, possuindo equidade de representatividade, de modo que é composto por 6 representantes da administração municipal e 6 representantes da sociedade civil. A oficialização deste conselho ocorreu em 04 março de 1992, após o Decreto 12.946 regulamentar do regimento interno, e que orienta que mensalmente seja realizadas reuniões ordinárias no imóvel que abriga o auditório do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. No que se refere, aos profissionais, o COMDEPHAPASSA, possui um corpo técnico de base permanente ao qual lhe compete fornecer elementos para subsidiar as tomadas de decisão do Conselho, produzir o inventário do patrimônio cultural do Município, assim como vistoriar os bens culturais que estejam em processo de estudo de tombamento e aqueles já tombados ou registrados pelo órgão (PMSA, 2021a).

A atuação deste órgão foi de grande relevância para o município, pois por conta de suas ações, uma importante parte da história local não foi esquecida ou suprimida com o avanço da especulação imobiliária, - os casarões de tipologias ecléticas,

representantes da elite andreense, aras, chácaras e equipamentos públicos do início do século XX ainda resistem, - contudo, a parcialidade dos bens tombados demonstra interesse em resguardar apenas parte da história da cidade. De modo que, os elementos mais representativos da história local não são contemplados pelas ações de proteção deste órgão, neste caso, construções fabris, galpões industriais e espaços de sociabilidades voltados aos operários não tem representatividade igualada a sua importância para a concepção da identidade cultural do município, uma vez que a história de Santo André esta intrinsecamente ligada a ocupação do planalto paulista, assim como a instalação da estrada de ferro e o conseqüente desenvolvimento industrial paulista.

### **2.3 Breve Histórico do Município**

Santo André situa-se entre o planalto paulista e a escarpa da Serra do Mar, sua área corresponde a 174,38 quilômetros quadrados ou 0,07% do território do Estado de São Paulo. O município faz parte da Região Metropolitana de São Paulo, integrando a região do ABC juntamente com outras seis cidades vizinhas – São Bernardo, Diadema, Mauá, São Caetano, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Santo André encontra-se a 18 km da capital paulista. As mais importantes rotas que dão acesso à cidade são as Avenidas dos Estados, Avenida Industrial e Pereira Barreto. O anel Viário Metropolitano (Rodoanel) e a linha férrea administrada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM configuram como uma das principais vias de acesso a outras cidades da grande São Paulo.

De acordo com o último censo demográfico realizado em 2010 a cidade de Santo André reunia 676.407 habitantes, possuindo densidade demográfica de 3848,01 hab./km. Em 2017 estima-se que sua população atingiria o número de 715.231 habitantes, totalizando 1,61% da população total do estado (IBGE, 2020).

O IBGE em suas pesquisas domiciliares utiliza as categorias de classificação de cor/raça da população, onde o informante se autodeclara em relação a sua cor. De acordo com essa informação, 71,2% da população andreense se autodeclararam de cor branca, 4,1% preta, 23,1% parda, 1,4% amarela e um percentual de 0,1 % se autodeclararam como indígena.

A História de Santo André remete-se a segunda metade do século XVI, quando uma pequena vila foi formada por João Ramalho. A formação desta vila justificava-se pela necessidade de povoamento no planalto paulista, uma vez que, após a

fundação de São Vicente, a região onde localiza-se Santo André era de fundamental importância estratégica para o desenvolvimento do território paulista (TIZIO, 2009).

A geografia desta vila servia como entreposto entre a recém - fundada São Vicente e a vila de São Paulo de Piratininga. Em meados dos anos de 1550, tanto a Vila de Santo André como a vila de São Paulo de Piratininga sofriam com os intensos ataques indígenas. Por conta disso a administração local entendeu que a melhor maneira de garantir a segurança dos colonos e a manutenção da catequese, seria a Câmara Municipal de Santo André da Borda do campo mudar-se para o Pátio do Colégio.

“Piratininga localizava-se pouco mais de três léguas e não tinha licença; como Santo André já tinha foros de vila, Piratininga estava condenada a desaparecer. Mem de Sá, em visita a capitania de São Vicente, na qualidade de hospede dos jesuítas, ordenou a transferência dos andreenses para Piratininga” (TIZIO, 2009, p. 67).

Durante quase dois séculos a região de Santo André ficou no esquecimento, somente em 1735 com a frequente passagem de itinerantes que faziam a jornada pela serra do mar, é que uma capela foi edificada sob a evocação de Nossa Senhora de boa viagem, onde faziam suas paradas e orações. Ao redor da capela começaram a se concentrar numerosos habitantes e, em 1805, foi elevada a Curato (IBGE, 2020).

Pode-se afirmar que o desenvolvimento de Santo André deu-se a partir de sua elevação à categoria de freguesia, por ordem do Marques de Alegrete em 1812. Desta forma surgiu a freguesia de São Bernardo, cujo nome era em referência a uma fazenda próxima nas imediações do local da antiga vila de Santo André da Borda do Campo. No que tange ao desenvolvimento urbano e econômico, Santo André experimentou grande mudança com a implantação da estrada de ferro São Paulo *Railway*, em 1867.

A ferrovia como um todo trouxe vultoso desenvolvimento, pois constituía a principal rota de ligação entre o interior paulista produtor de café com o porto que escoava este produto para o exterior. Santo André por estar geograficamente situado entre São Paulo e o mar, observou o imenso aumento do fluxo de pessoas, mercadorias e a implantação de diversas indústrias.

Passareli (2005) destaca o significativo desenvolvimento da região, principalmente entre as atuais estações de trem São Caetano e Santo André, onde instalaram-se armazéns, oficinas e este movimento dando origem a formação dos

primeiros núcleos urbanos. É, justamente neste período que surge a nova Vila de Santo André, chamada de São Bernardo até o ano de 1889.

Neste contexto de desenvolvimento, no qual o incremento industrial apresentava-se favorável, muitos trabalhadores migraram para aquela região. Sendo este o fator primordial para o desenvolvimento local, e posteriormente sua elevação à Distrito e, por conseguinte Município em 1938. Tal expansão e dinamismo produziu entre as elites locais a necessidade da criação de um novo distrito mais autônomo.

Em virtude desta dinamização, na década de 1940 Santo André já havia se consolidado industrialmente, uma vez que ao longo da ferrovia se estabeleceram fabricas de significativa relevância em diferentes setores. Destaca-se neste contexto, as indústrias “Laminação Nacional de metais – Cujo grupo proprietário [...] chegou a ensaiar a produção de aviões na Companhia Aeronáutica Paulista”, além de empresas direcionadas aos mercados automobilístico (Firestone), químico (Eletrocloro) e alimentício, com a instalação de dois grandes moinhos de trigo (PMSA, 1991: p. 52).

De modo que, entre as décadas de 1920/1950, a partir do ritmo acelerado de desenvolvimento industrial, percebe-se na cidade de Santo André um grande aumento na densidade demográfica. O número de habitantes do município passou de sete mil para cento e quatro mil, alcançando na década de 1970 a marca de 553 mil habitantes (GAIARSA, 1991).

Essa pujança econômica começa a se alterar, a partir da década de 1980, período em que o ABC testemunhou a saída de diversas indústrias da região para outras cidades do interior que buscavam crescimento econômico oferecendo “grandes vantagens para instalação de parques industriais [...], como lotes a baixo custo, isenção temporária ou redução de impostos e mão de obra mais barata”. Outro fator determinante para a fuga das indústrias em Santo André foi a abertura da economia ao capital externo, inicialmente com Fernando Collor e intensificada no governo neoliberal do PSDB de Fernando Henrique Cardoso (ARMELINI, 2008, p. 10). Nesse novo cenário, tornou mais lucrativa para as grandes corporações e para o mercado consumidor optar por produtos de origem estrangeira, fato que comprometeu intensamente a indústria brasileira.

Deste modo com o êxodo das indústrias, toda região do ABC sofreu com a queda de arrecadação de impostos afetando todos os setores públicos. Armelini (2008) destaca que além dos prejuízos nas esferas sociais, a população de Santo André e ABC enfrentou a maior crise econômica de sua história, incluindo “uma espécie de crise de identidade”, pois o sucesso econômico da região sempre fora traço característico de sua

história, desde a formação dos primeiros agrupamentos urbanos (ARMELINI, 2008, p. 11).

Diante desta difícil situação, a solução encontrada pelas prefeituras dos ABC foi reestruturar a economia local a partir de ajuda mútua. Assim, de forma conjunta as sete cidades da região do grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra se uniram por meio de um consórcio intermunicipal.

O objetivo deste consórcio era promover ações voltadas aos desenvolvimentos de inúmeros programas “como erradicação do analfabetismo, projetos de reintegração social de meninas e meninos de rua e um plano de integração e de complementação de dos equipamentos públicos de saúde”. No bojo destes projetos, destacam-se as obras para a contenção das enchentes realizadas após a formação do Consórcio ABC, a parceria intermunicipal foi responsável pela construção de 15 piscinões, dirimindo, assim o problema das enchentes no ABC (ARMELINE, 2008, p. 11).

Dentro desta nova conjuntura socioeconômica, Santo André ao lado de outros municípios da região focaram nos setores de comércio e serviços como alternativa ao combate ao desemprego. Com isso, o Consórcio investiu na criação de polo tecnológico, requalificação profissional, buscando dinamizar a cadeia produtiva da região e assim, se equiparando em competitividade.

É importante mencionar que desde sua criação nos anos 1990, o Consórcio ABC sempre se mostrou atuante. Agora no ano de 2021, com a crise provocada pelo Covid-19, ações conjuntas são tomadas pelos sete municípios da região, no sentido de garantir a segurança econômica e social das cidades envolvidas.

Além destas ações protagonizadas pelo Consórcio, em 1990 foi constituída a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, na qual buscavam estabelecer metas para os sete eixos: educação e tecnologia, sustentabilidade das áreas de manancial, acesso a infraestrutura, diversificação das cadeias produtivas, ambiente urbano e qualidade de vida, identidade regional e estruturas institucionais e inclusão social.

No que se refere a proteção e preservação da história, identidade e memória local, a maioria das cidades do Grande ABC possuem seus próprios conselhos permanentes de preservação do patrimônio cultural. É importante ressaltar que parte destes conselhos foi criada entre o final da década de 1980 e início dos anos de 1990, período no qual se observa uma crescente preocupação com os bens culturais.

Dentre as sete cidades da região apenas uma não possui conselho permanente incumbido da tarefa de fiscalizar e proteger o patrimônio cultural do município: Rio Grande da Serra. As demais cidades através de leis municipais criaram seus órgãos, a fim de garantir a preservação da História local, como é o caso de Diadema, que em 11 de junho de 2013 criou o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Documental, Artístico e Cultural de Diadema (CONDEPAD); Ribeirão Pires com a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Artístico e Paisagístico, (CONDEP) de 22/05/1987; São Bernardo do Campo com a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo (COMPAHC-SBC) de 05 de junho de 1984 e está vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do município; São Caetano do Sul com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Caetano do Sul (CONPRESCS), órgão criado pela Lei 4.927 de 15 de setembro de 2010; Mauá com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Mauá, que ainda na década de 1987 já possuía um instituído com características semelhantes ao atual conselho - o Grupo de Defesa dos Bens Históricos de Mauá, sendo este substituído em 2001 a partir da Lei 3.387 que dispôs sobre a criação, organização e funcionamento do presente Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (CDPH); e Santo André com o a criação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA).

#### **2.4 Atuação do COMDEPHAAPASA**

Seguindo o movimento favorável para a valorização e proteção do patrimônio cultural, o COMDEPHAASA inicia uma série de estudos de tombamentos. Neste primeiro momento, não havia uma profissionalização específica do corpo técnico, tampouco profundidade nos estudos, fato que produzia frágeis argumentações e superficiais justificativas.

Em virtude deste amadorismo, as primeiras solicitações de análise de tombamento, direcionavam-se apenas para os imóveis, cuja propriedade pertencia a prefeitura de Santo André. O ano de 1992 apresenta dados muito importantes que nos ajuda a entender a dinâmica deste órgão nos seus primeiros anos.

Somente neste ano, em apenas quatro meses, entre 30 de junho a 29 de novembro, o órgão tombou sete imóveis, revelando assim, o desejo de legitimar o órgão recém-criado, e em certa medida protocolar os atos políticos em torno do patrimônio.

Diante dessa sinalização de urgência, o primeiro tombamento do órgão foi uma centenária Figueira, localizada parque Municipal Duque de Caxias, que hoje recebe o nome do ex-prefeito Celso Daniel. O segundo processo de tombamento, ocorreu dezesseis dias após a abertura do primeiro, a edificação objeto de análise foi a Residência de Bernardino Queiroz dos Santos – Casa do Olhar.

Ponto importante para a compressão de como operava o COMDEPHAAPASA nestes primeiros dias, é a velocidade em que os processos de tombamento foram executados. Na mesma data de abertura do processo referente a Residência de Bernardino de Queiroz Santos (14/07/1992), houve a abertura de mais quatro processos: A Residência de Dona Paulina de Queiroz, a Sede do Haras Jaçatuba, o Cineteatro Carlos Gomes e o Grupo Escolar de São Bernardo – atos que reforçam o entendimento de que estes primeiros tombamentos foram uma espécie de treinamento, considerando que nesta lista constava apenas bens imóveis de propriedade do município, - que por sua vez, já demonstrava interesse em preservar esses bens, através do instituto do tombamento.

Após as primeiras experiências de tombamento de imóveis públicos de propriedade da prefeitura, em outubro de 1992, surge a requisição de tombamento de um imóvel pertencente a outra estrutura de poder. Nesta ocasião é apresentada a sugestão de estudo de tombamento da Sede da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Museu Militar dos Expedicionários do ABCDMRR, cuja inscrição foi homologada um mês após o pedido em 23 de novembro de 1992.

Até o ano de 1996, apenas bens caracterizados como arquitetônicos e urbanísticos haviam sido tombados, entretanto, em 1993 houve a requisição pedido de abertura de estudo para tombamento de um conjunto de obras artísticas que compunha um painel de uma igreja local. Esta ocorrência gerou certo desconforto ao COMDEPHAAPASA, pois no órgão não havia profissionais qualificados para essa tarefa.

A solução encontrada foi buscar “apoio de uma equipe especializada para pesquisar e elucidar informações”, desta forma o órgão solicita à prefeitura a contratação de um grupo de técnicos capacitados na área para atuarem em conjunto com o conselho (ARMELINI, 2008, p. 52).

Os dois últimos processos de abertura de tombamento que marcam fim da primeira fase do COMDHEPAASA ocorreram nos anos de 1996 e 1999, - as solicitações de estudo da Vila de Paranapiacaba e Arredores e a Estação de Tratamento de Água Guarará, respectivamente. Embora, a data do pedido de abertura de estudo para tombamento de Paranapiacaba tenha se iniciado em 17/12/1996, o processo de homologação finalizou-se apenas em 07/07/2003, este longo período de estudo se deu em função da complexidade dos bens envolvidos nas análises do processo.

Paranapiacaba, está inserida numa região de proteção natural, e os equipamentos e prédios de valor históricos estão intrinsecamente ligados à área de ferrovia da extinta RFFSA, que no ano de 1992 foi incluída no Programa Nacional de Desestatização. Talvez, esse tenha sido um dos motivos que levou ao alongamento deste processo, pois somente em 2002 a Vila foi tombada pelo CONDEPHAAT e em 2008 pelo IPHAN.

A partir destas novas demandas, no que se refere as categorias de itens passíveis de tombamento, o conselho iniciou entre os anos de 1994/195 “intensas discussões sobre critérios e normas para instrução de processos e elaboração de pareceres técnicos” (ARMELINI, 2008, p. 53). Deste modo, a participação em cursos, e as visitas realizadas ao CONPRESP e Condephaat foram os alicerces fundamentais para referenciar a elaboração do regulamento do COMDEPHAAPA.

Em consequência destas novas demandas, o órgão passa a ter uma postura mais profissional e criteriosa em relação as práticas adotadas tanto para a pesquisa dos bens requisitados para tombamento, quanto para as ações voltadas à preservação dos patrimônios já instituídos. Um interessante episódio que confirma esta nova mudança de postura, foi a anuência do pedido de estudo para o tombamento da Casa de Culto *Dâmbala Kuere-Rho Bessein* no ano de 1995, todavia, sua homologação ocorreu somente 12 anos depois, em 26/08/2007 – o mais longo processo dentre os bens protegidos pelo conselho.

Esta Casa de Culto é o único representante do patrimônio de matriz afrodescendente da Cidade de Santo André, e o primeiro patrimônio a ser Registrado como um Bem imaterial do município. Diante desta singularidade, se comparado aos demais bens patrimonializado, esta pesquisa buscara focar na importância do reconhecimento e proteção imaterialidade, para aqueles elementos sociais desprovidos recursos, numa sociedade em que a velocidade dos apagamentos da memória se processa vertiginosamente.



Vale ressaltar que apesar dos avanços das propostas metodológicas e das novas diretrizes e procedimentos em relação aos bens patrimonializados, o órgão obteve insignificante sucesso, quando se lança olhares à representatividade das bases que referenciam as características históricas de Santo André.

A memória do trabalhador e o espaço de sociabilidade no qual este ocupava ainda permanecem ocultos na materialidade do patrimônio, o sentimento de pertencimento, que em teoria deveria fazer parte do involucro deste debate, não se apresenta de forma satisfatória. E este aspecto silencioso ganha ainda maior relevo, quando se trata de uma região fortemente identificada com o universo das indústrias e do operariado.

#### **2.4.1 Relação de Bens Tombados**

O perfil dos exemplares tombados em Santo André, possuem características bastante heterogêneas, principalmente se analisado de forma conjunta, pois estes bens não configuram um estilo arquitetônico específico ou uma tipologia construtiva peculiar. Considerando-se o contexto no qual a cidade se estabeleceu, - desde os primeiros ajuntamentos urbanos do século XVI, passando pelo incremento da estrada de ferro na década de 1867 até o início da industrialização da região, na primeira metade do século XX, - o conjunto dos bens tombados é carente de representação social.

Como objetivo de traçar um fio condutor que permita compreender as ações tomadas pelo COMDEPHAAPASA, neste ponto, a apresentação dos patrimônios mais relevantes permitirá elucidar tanto ações, quanto caminhos utilizados pelo órgão, no sentido de dar imagem a história que este conselho pretendeu forjar ao longo de sua existência. Contudo, a supressão dos demais itens protegidos não invalidou a discussão que esta pesquisa se propôs, isto porque, a repetição das características arquitetônicas e o contexto no qual estes patrimônios estão inseridos não acrescentariam novos elementos ao estudo.

Deste modo, a relação dos bens pertinentes a esta lista consta com 13 de um total de 23 patrimônios protegidos pelo conselho responsável. Destacando que o conjunto destes bens, não é capaz de sustentar de maneira satisfatória a concepção fundamental que caracteriza a identidade e a memória local, uma vez que, não conta nesta lista, espaços de sociabilidades, áreas ou prédios destinados a indústria ou cotidiano operário, - elementos essenciais que assentem a excepcionalidade desta região

As Tabelas 2.1 e 2.2 apresentam respectivamente, a totalidade dos Bens tombados e registrados pelo CONDEPHAASA, destacando que apenas treze dos bens culturais tombado terá seu processo concisamente exposto. De modo que, nesta apresentação consta somente informações e dados essenciais do processo: nome, número do processo, local e breve histórico.

**Tabela 2.1 - Bens Tombados pelo COMDEPHAAPASA**

(continua)

<b>Tombo No.</b>	<b>BEM</b>	<b>Processo No.</b>	<b>Data de Abertura</b>	<b>Data de Homologação/ Inscrição Livro Tombo</b>
01	<b>Figueira – “Ficus macrophylla defontaines ex persoon”</b>	29718/1992-3	29/06/1992	30/06/1992 /No. 01
02	<b>Residência de Bernardino Queiroz dos Santos – Casa do Olhar Luiz Sacilotto</b>	32757/1992-0	14/07/1992	11/11/1992. No. 02
03	<b>Residência de Dona Paulina Isabel de Queiroz – Casa da Palavra Mário Quintana</b>	32761/1992-9	14/07/1992	11/11/1992. No. 03
04	<b>Sede do Haras Jaçatuba – Escola Municipal de Iniciação Artística Aron Feldman</b>	32756/1992-2	14/07/1992	11/11/1992. No. 04
05	<b>Cineteatro Carlos Gomes</b>	32758/1992-9	-	11/11/1992. No. 05
06	<b>I Grupo Escolar de São Bernardo – Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa</b>	32760/1992-0	14/07/1992	23/12/1992. No. 06
07	<b>Associação dos Ex-combatentes do Brasil – Museu Militar dos Expedicionários do ABCDMRR</b>	53066/1992-0	27/10/1992	23/11/1992. No. 07
08	<b>Obras de Arte de Gianni Parziale na Igreja Maria Imaculada</b>	22941/1993-4	31/05/1993	03/09/1996. No. 08
09	<b>Estação de Tratamento de Água Guarará</b>	7476/1999-4	02/03/1999	17/07/2002. No. 09
10	<b>Vila de Paranapiacaba e Arredores</b>	56616/1996-5	17/12/1996	07/07/2003. No. 10
11	<b>Mansão Tognato</b>	35105/2006-2	18/09/2006	17/04/2007. No. 11
12	<b>Casa de Culto Dâmbala Kure-Rho Bessein</b>	1995/2007-5	18/01/2007	26/08/2007. No. 12
13	<b>Jardim japonês “Cidade de Takasaki”</b>	10952/2008-2	11/03/2008	04/09/2009. No. 13
14	<b>Vila Rosa</b>	41318/2008-3	17/09/2008	09/10/2009. No. 14
15	<b>Casa Amarela do Centro Universitário Fundação Santo André</b>	12182/1995-0	24/03/1995	12/05/2011. No. 15
16	<b>Imóvel localizado na Av. Dom Pedro II com Rua das Esmeraldas (D’Brécia)</b>	12541/2010-6	18/03/2010	12/05/2011. No. 16
17	<b>Imóvel na Rua Francisco Amaro</b>	47100/2009-2	19/11/2009	13/06/2012. No. 17
18	<b>Imóvel na Rua Porto Carrero, s/n</b>	32331/2010-5	19/11/2009	05/04/2014. No. 18

Tabela 2.1 - Bens Tombados pelo COMDEPHAAPASA

(conclusão)				
Tombo No.	BEM	Processo No.	Data de Abertura	Data de Homologação/ Inscrição Livro Tombo
19	Imóvel na Av. Queiroz dos Santos, nº 218 (prédio do Nosso Bar)	32335/2010-8	19/11/2009	22/05/2014. No. 19
20	Haras São Bernardo ou Parque Estadual Chácara da Baronesa	320/1995-5	04/01/1995	26/05/2014. No. 20
21	Capela Senhor Bom Jesus da Boa Viagem	35521/2010-7	12/08/2010	em processo de homologação
22	Nascentes do Rio Grande em Paranapiacaba	37855/2011-3	23/08/2011	em processo de homologação

Fonte: Adaptado, COMDEPHAAPASA 2020

Tabela 2.2 - Bens Registrados pelo COMDEPHAAPASA

Registro No.	BEM	Processo No.	Data de Abertura	Data de Homologação/Inscrição Livro de Registro
1	Casa de Culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein, pertencente ao culto afrodescendente da Nação Jej-Mahim	1995/2007-5	18/01/2007	12/12/2008. No. 01
2	Manifestações culturais oriundas da valorização, preservação, cultivo, saberes e fazeres das comunidades serranas relacionados ao Cambucí como Bem cultural de Santo André.	16175/2010-7	12/04/2010	No. 02

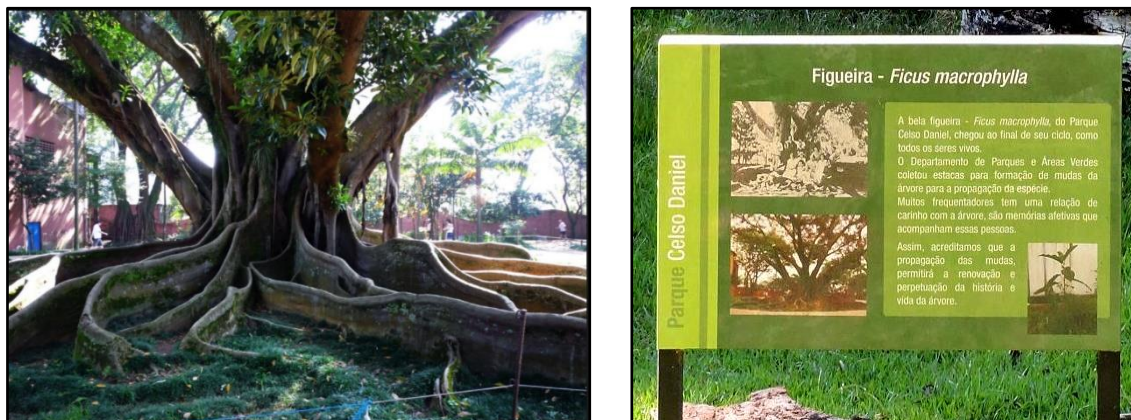
Fonte: Adaptado, COMDEPHAAPASA, 2020

### **Tombo No 01: Figueira – *Ficus macrophylla desfontaines ex person***

- Localização: Parque Celso Daniel, na Avenida D. Pedro I, Bairro Jardim, Santo André, SP (Figura 2.1).
- Número do processo: 29718/92-3, ato de homologação de 30/06/0992 em conformidade com a Lei Municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

A árvore despertava o interesse e chamava a atenção pela sua imponência, sendo o maior exemplar existente no Município. Possui altura aproximada de 20 metros, com diâmetro podendo chegar até 4 metros e o da sua copa alcançando 25 metros. Sua idade é imprecisa, mas calcula-se que tenha entre 80 e 200 anos.

**Figura 2.1 – Fotografia da Figueira**



Fonte: PMSA, 2021b

### **Tombo No 02: Residência de Bernardino Queiroz dos Santos – Casa do Olhar**

#### **Luiz Sacilotto**

- Localização: Rua Campos Salles, 414, Centro, Santo André, SP (Figura 2.2).
- Número do processo: 3275792-0, ato de homologação 11-11-1992, em conformidade com a Lei Municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

A construção deste imóvel é datado de meados da década de 1920, projetada como moradia de Bernardino Queiroz dos Santos e sua esposa, Paschoalina Guazelli. Após a morte de Paschoalina, o imóvel ficou como herança para Olga Guazelli, que viveu no local com o marido. Na década de 1950, a Prefeitura mostrou interesse em instalar no imóvel o Museu Histórico de Santo André. O prédio foi considerado de utilidade pública e desapropriado em 1968.

**Figura 2.2 – Fotografia da Casa do Olhar**



Fonte: PMSA, 2021b

A Casa do Olhar foi inaugurada em 13 de novembro de 1992. Em meados de 1993, o equipamento cultural foi desativado instalação do Departamento de Promoção Social, a reutilização do imóvel para atividades culturais voltou ao antigo endereço no final da década em 1998 (PMSA, 2021b).

**Tombo No 03: Residência de Dona Paulina Isabel de Queiroz – Casa da Palavra Mário Quintana**

- Localização: Praça do Carmo, 171, Centro, Santo André, SP (Figura 2.3).
- Número do processo: 32761/92-9, ato de homologação de 30/06/1992, de acordo com a Lei Municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

**Figura 2.3 – Fotografia da Residência de Dona Paulina Isabel de Queiroz**



Fonte: PMSA, 2021b

Imóvel construído em meados da década de 1920. Em 1930 foi arrendada pela Prefeitura de Santo André e partir de então passou a abrigar vários serviços públicos, incluído o gabinete do Prefeito. O patrimônio em 1971 foi desapropriado pelo poder público municipal e hoje o imóvel dá lugar a Casa da Palavra, espaço de trabalho de difusão e de formação cultural é voltado ao atendimento dos apreciadores e produtores da literatura, pesquisadores, pensadores, estudantes, artistas e poetas.

**Tombo No 04: Haras Jacatuba**

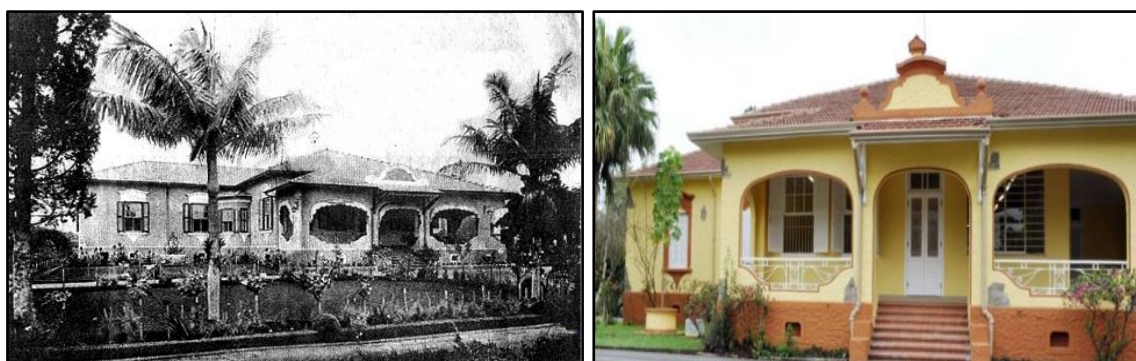
- Localização: Avenida Itamaraty, 536, Jacatuba, Santo André, SP (Figura 2.4).

- Número do processo: 29718/92-3, ato de homologação de 11/11/1992, de acordo com a Lei Municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

Por volta de 1918 o Haras instalado, sendo o segundo da cidade, permanecendo em atividade até meados da década de 1950. Neste espaço foram criados cavalos de corrida da raça puro sangue inglês, campeões de vários prêmios.

Este imóvel pertencia aos irmãos Antônio e Erasmo Assumpção, que possuíam outras áreas na cidade que fora posteriormente loteada e transformadas em bairros. Em 1979, a área foi desapropriada para nela ser implantado um parque, inaugurado em 27/4/1980. Foram tombados o parque e as duas edificações: a maior, de uso da família, onde hoje é a Escola Municipal de Iniciação Artística Aron Feldman e, a casa menor, reservada aos hóspedes.

**Figura 2.4 – Fotografia do Haras Jaçatuba**



Fonte: PMSA, 2021b

#### **Tombo No 05: Cineteatro Carlos Gomes**

- Localização: Rua Senador Fláquer, 110, Centro, Santo André, SP (Figura 2.5).
- Número do processo: 32758/92, ato de homologação de 11/11/1992, de acordo com a Lei Municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

Inaugurado em 1912 pelo italiano Vincenzo Arnaldi, o imóvel de estilo arquitetônico neoclássico, possuía capacidade para 800 espectadores. Em 1932, passou pela primeira reforma, quando foi construído o anexo para abrigar um rinque de patinação e acesso para automóveis. Em 1947, foi construída a marquise e modificada a fachada.

Ao longo dos anos outras reformas ocorreram, tanto interna quanto externamente. Em 1987 foi fechado cedendo para uma loja de tecidos, ocasião em que sua fachada foi descaracterizada, em seguida instalou-se no local um estacionamento. Desapropriado em 1991, permanece fechado desde então, em 2011, iniciou-se uma reforma no local que atualmente encontra-se em processo de elaboração de projetos e recursos para sua revitalização como espaço cultural.

**Figura 2.5 – Fotografia do Cineteatro Carlos Gomes**



Fonte: PMSA, 2021b

**Tombo No 06: I Grupo Escolar de São Bernardo – Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa**

- Localização: Rua Senador Flaquer, 470, Centro, Santo André, SP (Figura 2.6).
- Número do processo: 32760/92-0, ato de homologação de 23/11/1992, de acordo com a Lei Municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

Primeiro grupo escolar da Região do ABC foi inaugurado em 1914, funcionou como escola até 1978, quando a Prefeitura fez uma permuta com o Governo do Estado e o local passou a ser ocupado pelo serviço de promoção social da Prefeitura. No ano de 1990 foi instalado no edifício o Museu de Santo André.

Esta construção faz parte de um conjunto escolas construídas pelo Governo de São Paulo durante Primeira República (1889-1930), cuja tipologia construtiva e denominada Mogy Guassu, também está presente em Grupos Escolares de outras cidades paulistas como Ituverava, Pereiras, Itápolis, Orlândia, Itatinga e Mogi Guaçu. A disposição das salas em forma de U, interligadas por um alpendre, cria um agradável pátio

interno. Em 2010 o prédio foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT.

**Figura 2.6 – Fotografia do I Grupo Escolar de São Bernardo – Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa**



Fonte: PMSA, 2021b

**Tombo No 07: Associação dos Ex-combatentes do Brasil – Museu Militar dos Expedicionários do ABCDMRR**

- Localização: Avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira, 100, Vila Guiomar, Santo André, SP (Figura 2.7).
- Número do processo: 53066/1992, ato de homologação de 23/11/1992, de acordo com a Lei Municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

O terreno é de propriedade pública municipal e foi cedido em 1976 para a Associação construir sua sede social, inaugurada somente em 1988. Em 1992, foi inaugurado o museu que recebeu sua denominação em 1995. O objetivo é o de preservar a memória e a história militar, com acervo composto por objetos relativos às atividades bélicas de diversos momentos da história nacional das três Forças Armadas.

**Figura 2.7 – Fotografia do Associação dos Ex-combatentes do Brasil – Museu Militar dos Expedicionários do ABCDMRR**



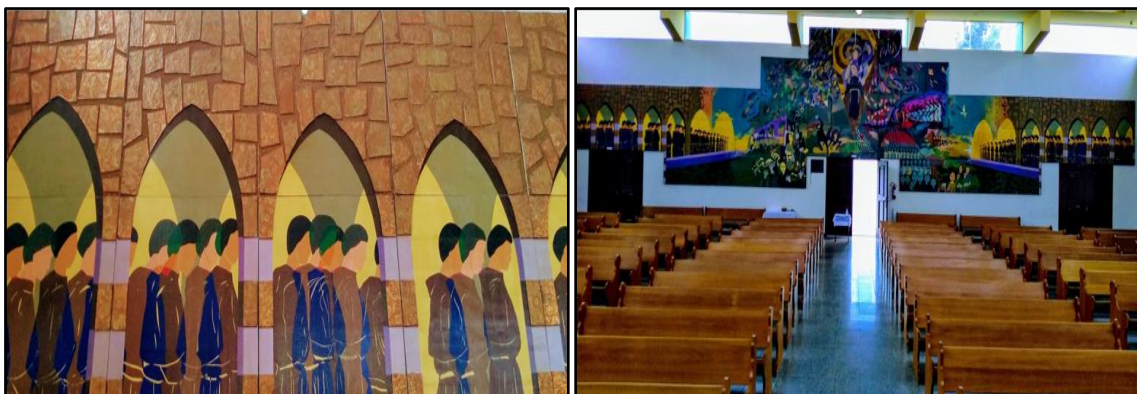
Fonte: PMSA, 2021b



### **Tombo No 08: Pintura de Gianni Parziale (Igreja Maria Imaculada)**

- Localização: Rua Fenícia, 771, Parque Novo Oratório, Santo André, SP (Figura 2.8).
- Número do processo: 2294793-4, ato de homologação de 03/09/1996, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

**Figura 2.8 – Fotografia da Pintura de Gianni Parziale, Igreja Maria Imaculada**



Fonte: Autoria própria

A obra “vida, martírio e glória de Maximiliano Kolbe, trabalho que foi realizado a pedido da Diocese de Santo André, em função da inauguração da capela ocorrida no ano de 1992. A pintura em destaque representa a vida e morte do frei franciscano, Maximiliano Maria Kolbe, fenecido nos campos de concentração de Auschwitz em 1941 e canonizado pelo seu compatriota o Papa João Paulo II em 1971. Esta obra é composta por 72 quadros de um metro quadrado, formando um painel de 25 metros.

### **Tombo No 09: ETA-Guarará – Estação de tratamento de água**

- Localização: Rua Paulo Novais, esquina com a rua Laudelino freire, Vila Vitória, Santo André, SP (Figura 2.9).
- Número do processo: 7476/99-4, ato de homologação de 03/09/1996, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

Estação de Tratamento de Águas (ETA) construída em 1943 que realizava a captação de água no córrego Guarará, hoje, a água é retirada na represa do Pedroso.

Atualmente a estação é responsável pelo tratamento de 5% da água consumida em Santo André, o que equivale a 51 mil pessoas atendidas.

**Figura 2.9 – Fotografia da ETA Guarará, Estação de tratamento de água**



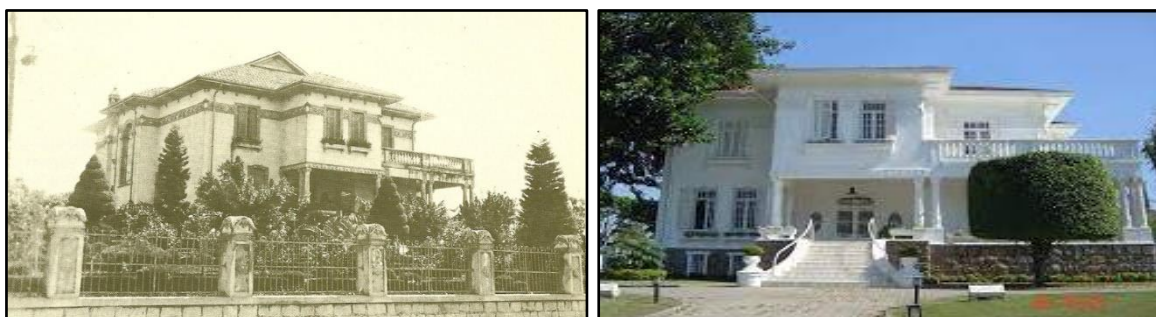
Fonte: PMSA, 2021b

### **Tombo No 10: Mansão Tognato**

- Localização: Rua D. Pedro II, 1313, Bairro Jardim, Santo André, SP (Figura 2.10).
- Número do processo: 35105/2006-2, ato de homologação de 03/09/1996, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

Habitação construída na década de 1930, para Giacinto Tognato, um dos proprietários da Fiação e Tecelagem Tognato. O edifício possui características ecléticas apresenta-se como exemplo da arquitetura da elite industrial de Santo André, que segue o modelo dos grandes palacetes típicos do começo do século XX da cidade de São Paulo.

**Figura 2.10 – Fotografia da Mansão Tognato**



Fonte: PMSA, 2021b

### **Tombo No 11: Vila de Paranapiacaba**

- Localização: Ao final da Rodovia SP-122, Vila de Paranapiacaba, Santo André, SP (Figura 2.11).
- Número do processo: 56616/96-5, ato de homologação de 03/09/1996, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

**Figura 2.11 – Fotografia da Vila de Paranapiacaba**



Fonte: PMSA, 2021b

A vila encontra-se a 35 km do centro da cidade, está situada no Alto da Serra do Mar, fazendo limite com as cidades de Rio Grande da Serra, Cubatão e Santos. Sua origem está vinculada ao governo imperial que através do decreto 2.061 de julho de 1860 aprovou os estatutos da estrada de Ferro Santos Jundiaí, a primeira linha férrea de São Paulo, auferindo o nome de São Paulo Railway Company Limited - SPR.

### **Tombo No 12: Casa de Culto *Dâmbala Kuere-Rho Bessein***

- Localização: Rua Dos Amoritas, 629, Praça União das Religiões, Jardim do Estádio, Santo André, SP (Figura 2.12).
- Número do processo: 1995/2007, ato de homologação de 03/09/1996, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

Templo de culto afrodescendente da Nação *Jeje-Mahim*, do grupo étnico *Ewe/Fon*, originário da atual República do Benin, na África. A Casa de culto está instalada em Santo André há trinta e seis anos e é uma das três únicas casas desse culto existentes no Brasil (as outras duas estão na Bahia) e a única no Estado de São Paulo. Em 12.12.2008 foi homologado o Registro da Casa de Culto *Dâmbala Kuere-Rho Bessein*, pertencente a esse culto.

Figura 2.12 - Casa de Culto *Dâmbala Kuere-Rho Bessein*



Fonte: PMSA, 2021b

**Bem Registrado No 02: Manifestações culturais oriundas da valorização, preservação, cultivo, saberes e fazeres das comunidades serranas relacionados ao Cambuci como Bem cultural de Santo André**

- Localização: Vila de Paranapiacaba, Santo André, SP.
- Número do processo: 16175/2010-7, ato de homologação de 12/04/2010, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAAPA e o tombamento de bens.

O Cambuci (Figura 2.13) é uma fruta bem brasileira, na verdade uma fruta paulista. No passado a sua ocorrência era tão grande na cidade de São Paulo que chegou a dar nome a um bairro. Hoje é uma espécie em perigo de extinção.

O Cambucizeiro advém da vertente da Serra do Mar de São Paulo a Minas Gerais. Floresce durante os meses de agosto a novembro e seus frutos amadurecem nos meses de janeiro a março. O Cambuci, como é conhecido popularmente é uma árvore típica da Floresta Atlântica, cuja altura varia de 3 a 5 metros. Seus frutos são de cor verde com polpa substancial e sabor doce-acidulado.

Os habitantes de Paranapiacaba utilizam o Cambuci para elaborar receitas típicas como geleias, sorvetes, sucos, licores, maceração em bebidas alcoólicas, mousse, sorvete, bolo, além do tradicional suco. É também consumida in natura, mesmo sendo acentuadamente ácida.

**Figura 2.13 – Fotografia da Fruta Cambuci**



**Fonte: PMSA, 2021b**

### **3 ESTRUTURA DA CIDADE ALICERÇADA NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E FERROVIÁRIO**

Para apreciar a discussão em torno da memória e identidade de Santo André, a análise que esta pesquisa se propõe, respeitou a premissa de que sua constituição como município, deu-se a partir do intenso processo de industrialização no qual a região do Grande ABC presenciou entre as décadas de 1920 e 1950, até os anos de 1980 - período em que toda região da Grande São Paulo passou por uma forte crise no setor produtivo.

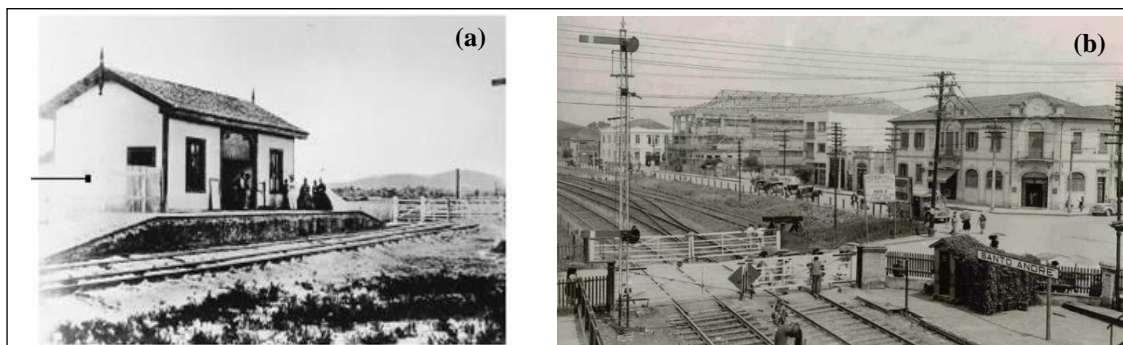
Neste sentido, este Capítulo apoiou-se na compreensão de que a história de Santo André, assim como sua identidade está intrinsecamente vinculada ao aparecimento da férrea inter-regional Santos-Jundiaí e, posteriormente, à instalação de inúmeras indústrias e comércios que se estabeleceram em suas proximidades.

É neste contexto de intensa industrialização que, em meados do século XX (a partir de 1945), inicia-se a fragmentação da região denominada Grande ABC: Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul em 1950; Mauá, Ribeirão Pires e Diadema em 1960 e Ribeirão Pires na década de 1970. Destarte todos estes municípios possuíam uma origem comum - o antigo município de São Bernardo até o ano de 1938, quando toda área correspondente a região do ABCD adveio a chamar-se Santo André (LANGENBUCH, 1971).

LANGENBUCH, (1971) assegura que este movimento de fragmentação foi um fenômeno que se estendeu por várias regiões próximas a capital paulista e que o desenvolvimento destas novas áreas ocorreu de diferentes maneiras, atribuindo estas distinções às circunstâncias de proximidade ou distanciamentos de cada localidade em relação a linha férrea. É o que demonstra a Figura 3.1 da Estação São Bernardo (1940).

O autor ainda destaca os interesses políticos por traz do empenho em emancipar determinadas regiões, aproveitando-se principalmente dos “subúrbios-estação” e de sua falta de identificação, no que se refere “a vinculação quer social, quer funcional” com a sede do município (LANGENBUCH, 1971).

**Figura 3.1 - Estação São Bernardo (atual Santo André): (a) foto de 1867 e (b) apresenta o desenvolvimento urbano nas proximidades da linha de trem em 1940**



Fonte: PMSA, 2021b

Não obstante, este processo de separação figura em muitos casos em melhorias direcionadas aos serviços e equipamentos públicos: iluminação, pavimentação das principais ruas, construção de instalações sanitárias públicas. Entretanto, para o citado autor, quando se trata de melhorias regionalmente localizadas, este desmembramento apresenta certas dificuldades, neste caso o autor menciona as obras de retificação do rio Tamanduateí, cuja extensão abrangia os municípios do ABC recentemente emancipados e São Paulo.

Contudo para obras de cunho regional, que interessem ao conjunto da Grande São Paulo, o fato tem sido nocivo. Veja-se, por exemplo, os problemas correlatos e dragagem do rio Tamanduateí, que em seu pouco extenso curso banha quatro municípios: Mauá, Santo André, São Caetano do Sul e São Paulo (LANGENBUCH, 1971, p. 233).

Observa-se que desde 1960 os efeitos “nocivos” advindos da acelerada urbanização se faz presente na região, pois provavelmente o já citado autor, referia-se as constantes enchentes que assolavam (e assolam até os dias de hoje) inúmeros bairros situados ao longo da várzea do Tamanduateí.

Diante deste cenário de desenvolvimento urbano e fragmentação administrativa, observados mais claramente no início dos anos 1950, esta região situada à sudeste da capital de São Paulo já era popularmente conhecida como Grande ABC. A formalização deste acrograma somente veio ocorrer através da Lei Complementar nº.14, de 08 de junho de 1973, norma federal que estabelecia as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Provavelmente essa ratificação legal se deu por conta do dinamismo desta região no contexto produtivo paulista e o crescimento populacional assistido neste momento, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, foi um reflexo desta conjuntura. De modo que, a análise da série histórica do Censo/IBGE, permite evidenciar o crescimento populacional de Santo André num espaço temporal de apenas dez anos – neste momento o número de habitantes das cidades quase que duplicou (IBGE, 1960).

A Tabela 3.1 apresenta o crescente populacional da região, destacando o elevado desenvolvimento demográfico de Santo André, que aparece com mais do dobro da população de São Bernardo do Campo, segunda cidade mais populosa da região, até a década de 1960. Vale notar que esta situação se inverte a partir dos anos 2000, ocasião em que São Bernardo do Campo ocupa a primeira posição como cidade mais populosa do ABC, possuindo 53.846 habitantes a mais que Santo André.

Nota-se na década de 1960 a expressiva cifra referente a população de Santo André, sobretudo, quando comparada as cidades mais populosas de São Paulo neste período. De acordo com o censo de 1960, Santo André figura como a terceira maior cidade do Estado, somente ficando atrás da capital e Santos, atingindo a segunda posição dos municípios mais populosos na década seguinte, com 418.826 a frente de Campinas, Santos e Osasco.

**Tabela 3.1 - Evolução populacional nos municípios da região do ABC-1960/2012**

<b>Municípios</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>
<b>São Bernardo</b>	82.411	201.662
<b>Santo André</b>	245.147	418.826
<b>Diadema</b>	12.308	78.914
<b>Mauá</b>	28.924	101.700
<b>São Caetano do Sul</b>	114.421	150.130
<b>Ribeirão Pires</b>	17.250	29.048
<b>Rio Grande da Serra</b>	3.955	8.397
<b>Região do ABC</b>	504.416	988.677

**Fonte: IBGE, 2020**

Para esclarecer a dinâmica do desenvolvimento urbano de Santo André, alguns importantes elementos presentes na conjuntura econômica do início do século XX devem ser considerados. A influência do café e toda atividade socioeconômica em torno dele merece uma observação atenta, pois com a chegada da linha férrea, esta região tornou-se



atrativa para a instalação de novas fábricas, provocando subsequentemente, um aumento no fluxo migratório de trabalhadores, principalmente do interior do Estado.

Para Cano (2007), a atividade do café estava no núcleo da acumulação de capital, especialmente nas três décadas anteriores à crise de 1930, pois os altos rendimentos gerados pelo café foi o principal elemento responsável por dar dinâmica a economia brasileira. Desta forma, os recursos advindos da exportação do café influenciaram de tal monta o cenário econômico, que ao longo do trajeto percorrido para sua exportação, inúmeras localidades se desenvolveram e em certa medida, atenuando sérios problemas de ordem social, aumentando a oferta de emprego e do ponto de vista fiscal, limitando o endividamento externo do Governo. Sobre este aspecto Cano destaca:

Isto se deveu, não só ao alto nível de renda por ele gerado, mas, principalmente, por ser elemento diretor e indutor da dinâmica da acumulação do complexo, determinando inclusive grande parte da capacidade para importar da economia brasileira no período (CANO, 2007, p. 234)

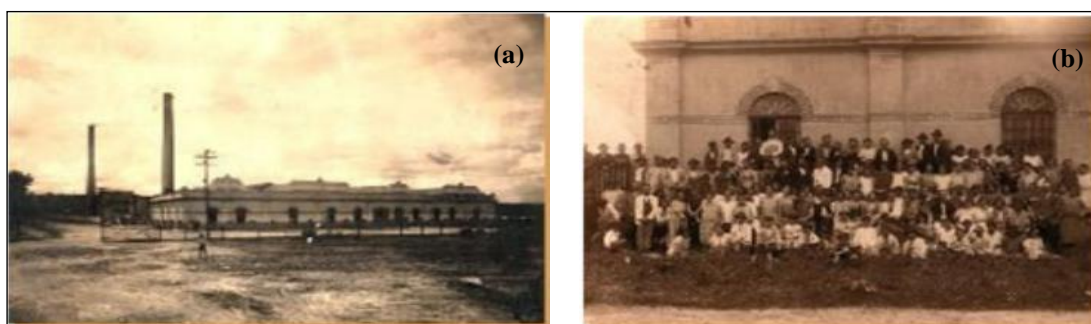
Cabe ressaltar que as contribuições provenientes do capital derivado do café encontram neste momento, ambiente propício para a instalação de uma rede de transportes, até então precária no Brasil. De tal modo, que importantes setores vinculados a infraestrutura e logística foram impactados, resolvendo pioneiramente sérios problemas de infraestrutura, como o dos transportes ferroviários, o do porto marítimo, o de comunicações e de urbanização, ao passo que criavam um acúmulo de economias que beneficiaram a formação industrial, reduzindo-lhes os gastos e os custos de produção (CANO, 2007, p.235).

Neste ponto, é importante retomar ao Capítulo II e mencionar a localização privilegiada de Santo André quando, tanto a economia cafeeira quanto o aumento da produção industrial, buscavam locais estratégicos no qual se pudessem produzir, armazenar e escoar com agilidade produtos - neste interim, as condições oferecidas por Santo André eram de fato adequadas para o desenvolvimento industrial e urbano. De tal forma que, a proximidade de São Paulo à estrada de ferro cortando o município, a oferta de terrenos baratos e farta mão-de-obra, contribuíram para as inúmeras instalações fabris na cidade, tornando Santo André já no começo do século XX, um importante polo industrial. Como cita LANGENBUCH:

O povoado da Estação São Bernardo já iniciou o século XX com dois estabelecimentos têxteis de certo vulto: “Bergman, Kowarick & C”, fundação em 1900 (Figura 2.14), produtor de casemira de lã, com 204 operários em 1909, e “Silva Seabra & C.” de fundação ainda anterior, que produzia brim e algodão, e empregava 500 operários no citado ano de 1909. Graças a essas indústrias, Estação São Bernardo, atual Santo André, já figurava como centro industrial suburbano de São Paulo no início do século atual. Deve ter sido o mais populoso “povoado estação”. Affonso de Freitas em 1906 lhe atribuiu 1.300 habitantes. Certamente industrialização e povoamento aglomerado tenham estado funcionalmente associados em Estação São Bernardo. De resto, o desenvolvimento precoce e primaz da localidade pode ser imputado como um dos principais fatores da impressionante industrialização e urbanização que a mesma iria desta época em diante. É sabido que a indústria atrai indústria, e tende a fixar o operário em suas imediações (LANGENBUCH, 1971, p.109).

Diante do revelado, nos primeiros anos da década de 1900, fica evidente a característica industrial de Santo André, pois dos seus 1300 habitantes, 704 estavam empregados nas duas principais fabricas, entretanto, possivelmente o número de operários ou trabalhadores vinculados as atividades industriais que residiam na cidade tenham sido bem superiores, uma vez que estes dados não mencionam outras unidades fabris, tampouco os trabalhadores que orbitavam este universo de trabalho.

**Figura 3.2 - Tecelagem Kowarick & C, fotos tiradas em 1920: (a) Fábrica de Casemiras Kowarick e (b) Operários na parte externa da Fábrica Kowarick**



Fonte: PMSA, 2021b

A Tabela 3.2 demonstra a evolução do parque industrial de Santo André, num período posterior à fundação das primeiras indústrias até o ano de 1957, ocasião em que ocorre a solidificação das grandes empresas, coincidindo com a segunda fase da industrial da cidade, caracterizada pela implantação da indústria pesada e incentivo do Governo Federal à construção de grandes rodovias.

**Tabela 3.2 – Empresas estabelecidas em Santo André entre 1913 à 1954**

Ano	Instalações industriais	Total por década
1913	Refinaria de óleo São Caetano	03
1919	Indústria Química Rhodia Brasileira Indústria Metalúrgica Ligerwood	
1923	Fichet E. S. Haumont Pirelli	03
1929	Indústria Têxtil Rhodia Brasileira	
1933	Laminação nacional de metais	
1936	Moinho Fanucci	04
1937	Fábrica de Fiação e tecelagem Tognato Moinho Santista	
1940	Fábrica de Pneus Firestone	
1945	Eletrocloro General Eletric Cofap	05
1948	Companhia Brasileira de Cartuchos	
1951	Elevadores Otis	02
1954	Refinaria de Petróleo União	

Fonte: Passarelli, 1994

A Tabela 3.2 deixa evidente que no início do século XX, o povoado de São Bernardo, Atual Santo André, por uma série de elementos facilitadores, reunia todas as condições para se fundamentar como uma autêntica cidade industrial. Cano (2007) afirma que a transferência do capital cafeeiro até a década de 1930 foi essencial para as atividades urbanas, entendimento igualmente apreciado por Conceição (2008), que assegura que os recursos financeiros provenientes do café, viabilizaram o aporte necessário para industrialização do ABC, especialmente nas três primeiras décadas do século XX.

Passarelli (1994), por sua vez, entende que com a nova política do governo federal, a partir instauração do Estado Novo em 1937, ocasionou o movimento de transferência do poder das oligarquias agrícolas cafeeiras para os grupos de capitais agrícolas e indústrias, situação que fortaleceu os setores industriais apoiados num primeiro momento aos recursos do Estado e, posteriormente, no capital estrangeiro.

Este entrosamento entre os aludidos pesquisadores no que refere a formação de Santo André encontra nas palavras de Silva (1941) elementos amplamente justificáveis que confirma as especificidades da região na qual a cidade se insere e que contribuíram para seu desenvolvimento urbano e econômico. Silva defende que o crescimento de Santo André decorreu da já mencionada localização e do sucesso do empresariado da capital paulista, que desejava expandir seus negócios e empreendimentos:

A 18 km de distância de São Paulo, a cidade de Santo André foi beneficiada pelo próprio desenvolvimento industrial da capital do Estado. As exigências do urbanismo e a alta de valor terrenos (...) levaram as indústrias a procurar espaço cada vez mais longe de São Paulo. Esse deslocamento pôde realizar-se no rumo de Santo André, onde os empresários encontraram terrenos bem localizados, com comunicação ferroviária (...) e a preços baixos que nas cercanias de São Paulo (SILVA, 1941, p. 209-210, apud FERREIRA, 2015)

Aproveitando-se destas estruturas, inúmeras foram as empresas que se estalaram em Santo André, promovendo por consequência um vultoso desenvolvimento econômico e forjando de certa forma uma identidade, própria a região desde o final do século XIX. Assim, as dinâmicas e tramas sociais que se estabeleceram em Santo André ao longo deste período, estão inseparavelmente associadas às fábricas e seus trabalhadores, como mostra a Figura 3.3, onde se vê a proximidade entre as fábricas e as residências.

**Figura 3.3 - Vista panorâmica de Santo André em 1940**



Fonte: PMSA, 2021b

Não é por acaso que a região do Grande ABC era nacionalmente conhecida como a seara dos empregos, pois o volume de indústrias instaladas na região era de tal monta que inúmeros bairros operários foram criados. Passarelli (2005), afirma que esta transformação urbanística ocorreu, em função das necessidades derivadas das instalações fabris, especialmente nas proximidades da linha férrea. Com isso, antigas chácaras deram

espaços à loteamentos residenciais e comerciais, seguindo a marcha do desenvolvimento tracionado pelo parque industrial que se consolidava. Para se ter imagem do que se processava na região no final da década de 1930, Klink (2009) traz um panorama das mais importantes instalações industriais estabelecidas no ABC em 1937, apontando o número de operários que trabalhavam em cada empresa:

Sendo os principais estabelecimentos industriais instalados no local, em 1937: Ind. Reunidas F. Matarazzo (Fios de seda) com 2111 funcionários; S/A Moinho Santista (Fiação) fundada em 1923, com 905 funcionários; Companhia Brasileira Sedas Rhodiaseta S/A (Fios de Seda), com 864 funcionários; General Motores do Brasil (montagem de carro), com 885 funcionários; Ind. Reunidas F. Matarazzo (louças) com 871 funcionários; Cia. Bras. de metais e Metalurgia (laminados), com 691; Pirelli S/A (fios de seda), com 681; S/A Boyes (tecido), com 586; Barros Loureiro e Irmão (louças), com 559; Indústria Aliberte Ltda (pente/botão), 488; Kowarick & Cia. (casemiras), 494; Cia. Bras. F. S. Hautmont (serralheria) 351; Cia. Bras. De Cartuchos (cartuchos), 239; Ind. Pelosini Ltda. (móveis e tecidos), 238; Justiça M. Luiza Ltda (fiação), 206; Cia Lidgerwood do Brasil (máquinas), 176; Atlantis Brasil Ltda. (químico), 145; Ind. Pelosini Ltda. (tecidos) 138; Ind. Paulista Argilex S/A (louças), 122; Cimento Roseo S/A (cimento), 116; perfazendo 10.836 empregos industriais (KLINK, 2011, p. 95, apud, FERREIRA, 2015, p.15).

Embora possa parecer redundante os dados supracitados (pois algumas empresas constam na Tabela 3.2), sua relevância consiste no fato de que essas informações mostram o volume de empresas constituídas em Santo André, desde o início do século, dado que comprova sua solidez e, sobretudo revela a imponente força aglutinadora de mão de obra exercidas por essas empresas. Outro ponto que merece destaque é a localização destas fabricas, pois, grande parte delas situavam ao longo da margem do Tamanduateí ao curso da estrada de ferro, entre a atual Santo André e São Caetano do Sul.

No ano de 1937 a população de Santo André era de 63.946 habitantes, porém há de se lembrar que ainda era denominada São Bernardo e seus limites territoriais abrangiam os sete municípios do ABCD. Deste modo, os dados populacionais correspondiam a soma de todos os moradores destas diferentes localidades, permitindo assim, inferir que a densidade demográfica nas proximidades das fabricas não era muito elevada, pois nas terras onde hoje situa-se Mauá, Ribeirão Pires, Paranapiacaba e São

Bernardo do Campo, já haviam núcleos de povoados relativamente desenvolvidos, cuja formação é anterior a esse processo de industrialização.

Este episódio admite a relevância da indústria na formação urbana de Santo André, sendo pertinente vincular o desenvolvimento da cidade, tanto a instalação da Estrada de Ferro São Paulo Railway, quanto ao surgimento das primeiras fábricas nas proximidades da estação de trem. A ação destes dois componentes, estrada de ferro e Fábricas durante as primeiras décadas do século XX, mostraram-se fundamentais e indissociáveis, pois ambas naquele período reuniam elementos apropriados ao desenvolvimento econômico de qualquer localidade, quer pela facilidade de transporte de mercadorias, quer pela força aglutinadora derivada da implantação das fábricas.

Com efeito, cabe ressaltar que para entender as dinâmicas socioculturais assistidas em Santo André durante todo o século XX, deve-se olhar com especial interesse aos movimentos ocorridos especialmente entre os anos de 1920 à 1960 – período de formação do parque industrial e do aumento da massa operária, assim como o desenvolvimento de uma identidade representativa capaz de dialogar com a história de seu passado.

### **3.1 Formação de Bairros Operários**

Com o aumento populacional, surgiu a necessidade de ampliar o número de moradias, especialmente para a classe proletária, principal responsável pelo desenvolvimento econômico da região. Tal situação permitiu que empresas do ramo da construção civil atuassem na cidade, loteando terrenos e investindo em infraestrutura, voltados tanto para os proprietários e gerentes das indústrias como para o trabalhador.

No início dos anos de 1920 o governo municipal concedia algumas facilidades, especialmente incentivos fiscais, como redução de impostos. É neste contexto que a primeira empresa do ramo imobiliária se estabelece na região: a “*Empreza Imobiliária de São Bernardo*” – responsável pelo primeiro loteamento da cidade destinado a construção de habitações burguesas e operárias, como cita Guide (2008).

De acordo com o memorial da Empreza Imobiliária de São Bernardo datado de 1926, a divisão entre bairros se dava da seguinte forma: os bairros de habitação burguesa eram reservados às pequenas propriedades de recreio ou vilegiatura e denominam-se de Bairro Jardim, Bairro Campestre e Utinga; os bairros de habitação proletária eram reservados às edificações populares para o operariado da Capital e dos “importantíssimos” centros industriais de São Bernardo e São Caetano e eram assim

chamados de Bairro Operário [...] e por fim, o bairro industrial localizado na longa faixa de extensão marginal à ferroviária da São Paulo Railway era destinado às edificações industriais e comerciais de usinas, armazéns, entrepostos, etc., que necessitavam de grandes áreas e desvios particulares das linhas da estrada de ferro. Segundo os proprietários da empresa, a implantação de tal loteamento “(...) estaria atendendo assim às inúmeras solicitações de clientela espontânea, que desde logo a procurou” (GUIDE, 2008, p. 32-33).

Nota-se que desde 1920, já havia em Santo André a preocupação com as moradias operárias, pois as empresas imobiliárias que se estabeleceram na região, dedicavam-se tanto a construção de casas burguesas, quanto a de casas operárias. Estas construções e loteamentos foram incentivados pela Lei Municipal nº 222, de 02 de agosto de 1922, concessão de benefícios que deu origem aos primeiros bairros planejados da cidade: os bairros Jardins, destinados às classes mais privilegiadas e aos ditos bairros operários, destinados aos trabalhadores vinculados às fábricas (GUIDE, 2008).

A constituição dos bairros operários em Santo André obedecia a lógica da proximidade com as fábricas e a estação, em seus arruamentos continham “ruas retas paralelas à linha do trem que eram cruzadas perpendicularmente pelas demais ruas, desenhando quadras com dimensão de 80 por 80 metros ou 80 por 160 metros”, já os lotes mais distantes da linha possuíam dimensões superiores, chegando a 2000 m<sup>2</sup>. (Guide, 2012, p. 33). Por conta da escassez de terras que obedeciam a premissa de estarem situadas nas proximidades de fábricas e linha férrea, outras áreas da cidade começaram a ser ocupadas, obedecendo, porém, a conexão com a linha de trem, como é o caso da criação do bairro de Santa Terezinha.

### **3.1.1 Bairro de Santa Terezinha: Síntese de um Processo**

O loteamento que deu origem ao bairro foi de responsabilidade da empresa *Sociedade Territorial de São Bernardo*, cujo projeto fora aprovado pela prefeitura no ano de 1924. O que chama a atenção para este loteamento é o fato de este bairro apresentar a síntese de todo o processo de industrialização ocorrido na cidade, pois nele estão presentes diversos elementos característicos deste momento: 1) proximidade com a linha de trem; 2) presença de indústrias; 3) desenvolvimento social e urbanístico.

O primeiro movimento de ocupação na região que hoje se encontra o bairro de Santa Terezinha, iniciou-se nos anos de 1920, em função da instalação da indústria

química Rhodia e, posteriormente, o matadouro da família Martinelli. Por conta do terreno alagadiço e distância da estação de trem, esta região não apresentava grandes atrativos. Os primeiros habitantes do local foram eslavos, húngaros e lituanos, segundo Iberê (2008, p.114), o número de moradores destas nacionalidades era tão relevante que um padre húngaro vinha mensalmente rezar missa na Igreja de Santa Teresinha.

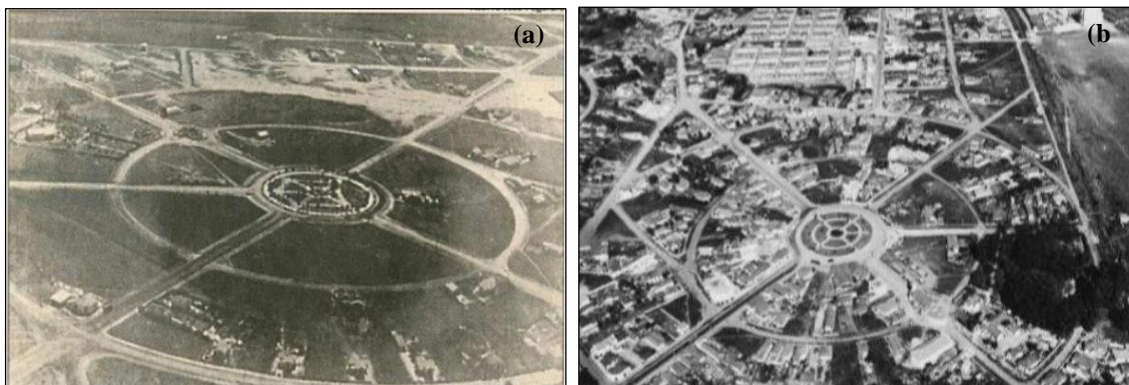
Por conta da escassez de terras na região central adjuntas a estação de trem, a empresa loteadora *Sociedade Territorial de São Bernardo* iniciou seu empreendimento, localizado no 2º subdistrito de Santo André, considerando exclusivamente os terrenos planos próximos à indústria Companhia Química Rhodia Brasileira, desconsiderando as frequentes enchentes daquela região. Tais ocorrências obrigaram a empresa a investir pesadamente em melhoramentos de infraestrutura, entretanto, estes esforços não foram suficientes para atrair o público desejado, pois a empresa loteadora buscava atrair um público de maior poder aquisitivo, uma vez que o loteamento, conforme descreve Guides (2008):

[...] apresentava um desenho arrojado para a época, marcado por suas ruas circulares e radiais concêntricas, entrecortadas por alamedas e praça central. Visava provavelmente atrair um público de maior poder aquisitivo visto que os lotes eram bem grandes e os terrenos planos e, ainda, havia certa quantidade de lotes reservados ao uso industrial, proporcionando proximidade da moradia com o local de trabalho para os gerentes e donos das possíveis indústrias que se instalariam na área (GUIDES, 2008, p.38).

As Figuras 3.4(a) e 3.4(b) exibem dois diferentes momentos do desenvolvimento urbanístico do bairro Santa Terezinha entre as décadas de 1920 e 1950 - A Figura 3.4(a) refere-se ao traçado original do bairro em 1925, enquanto a Figura 3.4(b) apresenta a vista aérea do bairro de Santa Terezinha na década de 1950, com um panorama da produção de seu espaço em três momentos. Em primeiro plano, o desenho urbano do loteamento feito na década de 1920 e as casas produzidas em grande parte pela Sociedade Territorial Estação de São Bernardo, durante a década de 1930. Ao fundo, conjunto produzido pela Fundação das Casas Populares, no final da década de 1940.



**Figura 3.4 - Momentos do desenvolvimento urbanístico do bairro Santa Terezinha: (a) Vista panorâmica do primeiro traçado do bairro, 1925 e (b) Vista Aérea do Bairro de Santa Terezinha na década de 1950**



Fonte: Gaiarsa, 1991; Guide, 2008

Dentre as obras realizadas por esta empresa, pode-se destacar: “a implantação de rede elétrica em todo o bairro, instalação de uma rede de auto-ônibus, retificação do Rio Tamandateí ao longo do loteamento e a construção de um trecho de três quilômetros da Avenida dos Estados”. Estas obras melhoram significativamente as condições de vida dos moradores do bairro, sobretudo nos períodos chuvosos, pois estes investimentos facilitaram o acesso do bairro a outros pontos da cidade (MARGUTTI, 2012, p. 38).

É importante ressaltar que, o que impulsionou os investimentos da empresa loteadora nesta região, foi a expectativa de atrair compradores, por conta da proximidade do novo bairro com a Rhodia, ou seja, a indústria indiretamente influenciou o ordenamento urbano, - neste caso, direcionado a outro segmento social, porém, igualmente ligado ao contexto industrial da época. Em vista disso, a ocupação desta região ficou por conta dos operários e funcionários da linha férrea das que puderam ao longo dos anos usufruírem de uma estrutura que a priori não os destinava.

O desenho urbanístico deste loteamento permitiu que importantes equipamentos públicos fossem montados. No bairro, encontram-se conjuntos habitacionais de vanguarda no país - a Fundação Casas Populares (FCP), cuja fundação é do final dos anos 40 e o conjunto Mansueto Cecchi construído no início dos anos de 1950 (em processo de estudo para tombamento), ambos importantes exemplo de uma forma de urbanizar característico de uma época.

No que se refere às vivências relacionadas ao cotidiano do trabalho, o que se destaca é o Moinho São Jorge, que possuía em suas instalações o maior e mais moderno moinho de trigo do Brasil. Projetado às margens do rio Tamandateí ao lado da linha

férrea, além de empregar moradores do bairro e região, possuía função social de entretenimento, visto que, em seu terraço havia um luxuoso espaço para festas conhecido como Palácio de Mármore, comumente frequentado pelos moradores tornando-o um importante local de sociabilidade, atualmente este espaço está em processo de estudo para tombamento pelo COMDEPHAAPASA.

O bairro ainda contava com importantes locais de sociabilidade, como dois cinemas, um teatro, praça, igreja e um clube de vila, para os quais um breve inventário de referências culturais encontra-se descrito no ANEXO.

Contudo, elementos materiais e imateriais, importantes para a manutenção da memória local encontram-se em perigo, em razão do avanço da especulação imobiliária estes espaços estão sendo substituídos cedendo lugar às grandes construções edificadas. Tal fenômeno descaracteriza o bairro e altera sua paisagem assim assolando os lugares de sociabilidade onde importantes interações socioculturais são exercidas.

Cabe ressaltar que neste bairro não existe nenhum bem cultural tombado, apenas parte da estrutura do Moinho São Jorge está em processo de estudo, entretanto a dificuldade de acesso dos técnicos as dependências do prédio dificultam a análise do local. De acordo com informações de funcionários do CONDEPHAAPASA, os proprietários do imóvel, simplesmente não autoriza a entrada da equipe técnica, e quando se consegue agendar uma reunião, o diretor do moinho não comparece. Segundo a diretoria executiva do conselho, este é o entrave que não permite a conclusão do estudo de tombamento.

### **3.2 Patrimônios Vazios de Significados Coletivos e Ausências de Marcos Simbólicos**

A discussão em torno da representatividade dos patrimônios apresenta inúmeros matizes que vão desde sua função como objeto de cristalização de uma memória hegemônica, (neste caso atuando em favor das elites e Estado), ao reconhecimento de representações de práticas cotidianas alusivas a uma comunidade ou grupo social em determinado período histórico.

Seja qual for o viés escolhido para a análise, é certo que ambos serão repletos de subjetividades e ramificações analíticas, tais quais as apresentadas no Capítulo 1, no qual Pollot (2009) cita a multiplicidade de entendimentos possíveis a este tema nas diversas áreas do conhecimento. Portanto, essa análise amparou-se ao entendimento de

que a cidade é o lugar no qual o suporte da memória social e coletiva se assenta, proporcionando vínculos entre os espaços sociais, indivíduos e suas vivências culturais.

Nesse sentido, a importância da memória deve ser respeitada pois, é justamente a memória o elemento responsável por construir o sentimento de pertença e identidade – artifícios indispensáveis à constituição de qualquer patrimônio cultural. Para Pollot (1989) a memória figura como um processo que ordena, produz sentidos, agindo como pontos de referências carregados de representações simbólicas para os mais diversos grupos. Assim, o referido autor enquadra a função da memória:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas [...], implica preliminarmente na análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência do passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 3-15)

No caso de Santo André, a tentativa “de reforçar sentimentos”, como cita o autor, não contemplou de modo satisfatório, as diferentes coletividades sociais, isto porque, os grupos (elite industrial, elite política) que mantem através instituto do patrimônio suas referências protegidas, não possuem quantitativos suficientes para produzir uma identidade local através da valorização de suas memórias. Com isso, o que se observa são bens representativos que não dialogam com fidelidade com as memórias e elementos fundantes da cidade: antigos galpões, fábricas, espaços de sociabilidade, casas operárias.

A maneira pela qual os imóveis foram tombados em Santo André seguiu o modelo fidedigno dos tombamentos realizados tanto pelo Iphan, quanto pelo CONDEPHAAT nos seus primeiros anos de fundação - período conhecido como “Pedra e Cal”, - dado ao gosto que se tinha há época de tombar quase que exclusivamente prédios de tipologia barroca. Embora São Paulo fosse carente deste tipo de construção, tombava as poucas estruturas representantes deste modelo construtivo que se tinha notícia, especialmente os casarões sede de fazendas de café e as casas bandeirantes –símbolo da

característica desbravadora de São Paulo que se ambicionava forjar no início do século XX.

Esse exemplo de tombamento difundido entre os principais órgãos de proteção, claramente privilegiava a narrativa dos grupos representantes do poder, conseqüentemente negligenciando partes fundamentais da coletividade social, ora completamente silenciada pela monumentalidade do bem e história heroica que se pretendia cristalizar.

A partir dos anos de 1980, embora a sociedade civil tenha se organizado em torno deste tema, cuja discussão começava a sair da esfera exclusiva do Estado e dos círculos intelectuais da área, Michel Foucault afirma que o poder exercido pelo Estado, inclusive quando reconhece a importância de determinado patrimônio para afirmação identitária de um grupo, está publicamente afirmando sua autoridade e exercendo seu controle social. Foucault assegura que:

a identidade é uma das grandes produções do poder, desse tipo de poder que conhecemos em nossa sociedade. Eu, acredito muito, com efeito, na importância constitutiva das formas jurídico-político-polícias de nossa sociedade. Será que o sujeito idêntico a si mesmo, com sua historicidade própria, sua gênese, suas continuidades, os efeitos de sua infância prolongados até o último dia de sua vida etc., não seria o produto de certo tipo de poder que se exerce sobre nós nas formas jurídicas e nas formas policiais recentes! É necessário lembrar que o poder não é um conjunto de mecanismos de negação, de recusa, de exclusão. Mas, efetivamente, ele produz. Possivelmente produz até os próprios indivíduos (FOUCAULT, 2006, p.84).

Em Santo André, a influência dos movimentos sociais não se operou, muito pelo contrário, o que se viu quando o órgão de proteção (COMDEPHAAPASA) iniciou seus trabalhos, fora a continuação do modelo praticado anteriormente pelos órgãos superiores de proteção (IPHAN e CONDEPHAAT), ou seja, tombar as estruturas arquitetônicas, cujo simbolismo remetia as consolidadas estruturas de poder. Fato que provoca estranheza, uma vez que, nos primeiros anos de funcionamento do COMDEPHAPASA, o modelo de atuação adotado pelo órgão, compartilhava do entendimento de patrimônio abraçado e defendido por Marilena Chauí frente a Secretaria de Cultura do Município de São Paulo.

O que se observou nos quatro primeiros anos de atuação do órgão (1992-1996), período que corresponde a dez tombamentos, foi a ratificação institucional do poder econômico e político estabelecidos no município, por meio da prática do tombamento. Dentre os tombamentos, os únicos que de alguma forma poderiam ter vínculo social mais amplo, considerando as memórias afetivas, seriam a Figueira, localizada no Parque Celso Daniel, inserido em um dos bairros mais nobres da cidade, e o Cineteatro Carlos Gomes, localizado na região central, - os demais consistiam em e burgueses (mansões e haras) e edifícios públicos (Grupo Escolar e Estação de Tratamento de Água).

Tais episódios demonstram a completa supressão dos elementos constitutivos base da formação da cidade: as instalações fabris e seus espaços de sociabilidade. A questão que se coloca neste contexto, não diz respeito ao mérito respectivo de cada bem patrimonializado e sim, a ausência de patrimônios alusivos a história do município, estreitamente ligada a industrialização e as estruturas materiais ligadas a este momento.

Neste ponto específico, a análise da conjuntura sociocultural do início dos anos de 1990, torna-se indispensável, pois neste período o Partido dos Trabalhadores (PT) assume o comando da cidade de São Paulo e adota um modelo progressista em suas políticas culturais, que privilegiava a coletividade subalterna, - arquétipo teoricamente acompanhado por Santo André, há época também governado pelo PT. Entretanto, o que se observa em relação aos processos de tombamentos da cidade foi a reprodução de ações do modelo tradicional de tombamento - e que embora compartilhassem do mesmo viés político, no que se refere ao patrimônio cultural isso não ocorreu, porque o COMDEPHAPASA não adotou efetivamente as medidas buscadas junto a Secretária Municipal de Cultura (SMC), através de visitas técnicas, participação de cursos de capacitação e treinamento de seus profissionais.

Diante desta problemática, revisitar o cenário político-econômico de Santo André nas décadas de 1980-1990 torna-se tarefa imperativa, uma vez que a adoção de políticas socioculturais de valorização da memória e do trabalhador, no campo do Patrimônio Cultural em Santo André não obteve sucesso. Entender essa dinâmica, permitirá compreender as motivações que levaram a cidade, a praticamente suprimir as heranças materiais do seu passado industrial.

Sobre a conjuntura socioeconômica de Santo André nas duas últimas décadas do século XX, cabe ressaltar que a desindustrialização figura como a principal responsável pela crise enfrentada pelo município, especialmente na década de 1990.

Ferreira (2015) destaca alguns fatores que influenciaram tanto a redução da força produtiva, quanto o arrefecimento do número de empregos:

o uso de tecnologias “poupadoras” de mão-de-obra, mudança na gestão empresarial, racionalização dos recursos existentes, redução da área produtiva, uso intensivo de subcontratação e terceirização de atividades industriais (FERREIRA, 2015, p.28).

O autor ainda adverte que a mudança de várias empresas para outras regiões e a interrupção de produção de inúmeras fábricas conduziram ao rebaixamento do nível de empregos a índices semelhantes aos anos de 1950, ao mesmo tempo em que grandes estabelecimentos comerciais ocupavam os espaços cedidos pelas fábricas recém-falidas ou transferidas para outras localidades. O interesse dos grandes empreendimentos comerciais em ocupar as antigas instalações industriais, consiste no fato de estas fábricas estarem localizadas em áreas privilegiadas da cidade, deste modo, atendendo aos interesses desta modalidade econômica. A Tabela 3.3 apresenta as alterações ocorridas na estrutura industrial de Santo André entre os anos de 1975 à 1991.

**Tabela 3.3 - Alterações na Indústria de Santo André**

<b>Empresa/Setor</b>	<b>Endereço</b>	<b>Ocupação do espaço da fábrica</b>
<b>Casa Publicadora Brasileira (Igreja Adventista) [Gráfica]</b>	Av: Pereira Barreto, 42	Transferiu-se. No lugar funciona o Shopping ABC
<b>Cima – Vendida em 1978 para o grupo Mahle (Autopeças)</b>	Rua: Arujá, 308	Demolida, no lugar foram construídos prédios residenciais.
<b>Coferraz (Metalurgia)</b>	Av: dos Estados, 5200	Fechou. Massa falida para pagar empregados e demais credores.
<b>International Havester (Chrysler-Volkswagen) [automotivo]</b>	Av: Pedro Américo, 23	Transferiu-se, no lugar funciona uma loja do Carrefour e uma loja da C&C
<b>Kauder Ind. Madeira [Madeira]</b>	Rua: Santo Carolina, 65-133	Faliu. No imóvel funciona uma loja da Copafar
<b>Laminação Baukus. Vendida para o Grupo Mangels. [autopeças]</b>	Av: Capuava, 577	Fechou. Terreno vazio há pelo menos duas décadas. Futuro empreendimento imobiliário
<b>Pollone (Dura automóveis) [autopeças]</b>	Rua dos Coqueiros, 1291	Transferiu-se. A Enhart ocupou o imóvel e posteriormente transferiu-se.
<b>Romi [Máquinas e equipamentos]</b>	Rua Américo Guazelli, 150	Transferiu-se. No local funciona o depósito do Supermercado Joanin.

Tabela 3.4 - Alterações na Indústria de Santo André

Empresa/Setor	Endereço	Ocupação do espaço da fábrica
<b>Sermar (Emhart) [autopeças]</b>	Rua dos Coqueiros, 1291	Transferiu-se. Prédios residenciais foram construídos no local.
<b>Têxtil Colbert [Têxtil]</b>	Rua onze de junho, 521	Faliu. Imóvel ocupado anos depois por colégio particular.
<b>Valisere (Rhodia Têxtil) – Vendida para o Grupo Rosset [Têxtil]</b>	Rua Henri Sannejouand, s.n.	Transferiu-se.

Fonte: Adaptado de FERREIRA, 2015

As informações apresentadas na Tabela 3.3 demonstra a realocação de capital neste momento de transição, cuja economia majoritariamente industrial cede espaço para uma economia direcionada ao comércio e setor de serviços. Deste modo, no início dos anos 1990, Santo André assistiu à chegada de imensas casas comerciais ocupando os vazios deixados pelas indústrias, redefinindo assim, o modelo produtivo da cidade.

O Mappin instalou-se onde funcionava a Casa Publicadora Brasileira, o Sam's Club no lugar da elevadores Otis, o Shopping ABC Plaza no lugar da Black & Decker, o Carrefour no lugar da Volkswagen Caminhões, entre outros [...] Em alguns casos, indústrias eram compradas só para serem fechadas, desativadas e depenadas. Como por exemplo destacamos em 1978 ao Grupo Mahle, de capital alemão adquiriu o controle da CIMA (Companhia Industrial de Material Automobilístico) e pouco tempo depois desativou a empresa adquirida. Atualmente no local existe um condomínio residencial de apartamentos (FERREIRA, 2015, p.28).

Conforme citado, a cidade de Santo André presenciou nas décadas de 1980-1990 um verdadeiro desmonte do seu setor produtivo, fato que trouxe consigo um cenário de incertezas e crises, que não limitou-se apenas ao universo da economia e trabalho. Este desarranjo de certa forma, também afetou as relações socioculturais, pois essas transformações no setor produtivo, suprimiram referências voltadas ao universo do trabalho que já faziam parte do cotidiano dos diferentes grupos sociais, gerando em alguma medida, uma crise de identidade.

Atualmente em Santo André não existe nenhum bem cultural tombado que possua ligação direta com as fábricas. Não há uma única chaminé, galpão ou antigo prédio industrial que sirva de modelo representativo ou simbólico do cotidiano social do trabalho, que foi a base do desenvolvimento econômico e social da cidade.

Em virtude do que foi apresentado neste Capítulo, a análise de alguns fatores auxiliou a compreensão em torno da parcialidade presente nos bens oficialmente protegidos em Santo André, assim como a ausências de representatividade dos elementos constitutivos da história da cidade. Deste modo, foi necessário considerar um conjunto de circunstâncias, obedecendo ao recorte temporal a partir dos anos de 1980 até meados dos anos de 1990.

Sopesando a necessidade de entender as lacunas existentes entre a história da cidade e seus patrimônios oficiais, esta apreciação apoiou-se especialmente em quatro pressupostos:

- (1) a desindustrialização, caracterizada pela evasão das grandes empresas e a redução drástica no número de empregos pode ser uma das explicações para não se ter edifícios fabris protegidos pelo poder público municipal, isto porque a velocidade em que se operava o desmonte industrial, não permitia mobilizações, seja do COMDEPHAPASA, seja da sociedade civil, no sentido de resguardar parte da história de Santo André, representadas pelas unidades fabris;
- (2) a valorização dos terrenos onde localizavam-se as indústrias, pois a grande maioria situava-se em regiões nobres ou próximas do centro, atraiu a atenção rapidamente das grandes construtoras, por conta das dimensões dos lotes e localização privilegiada;
- (3) ausência de qualificação técnica dos profissionais do CONDEPHAPASA, uma vez que no começo da década de 1990, o órgão estava iniciando seus trabalhos e limitava-se a produzir processos de estudo e tombamento apenas para os imóveis de propriedade pública municipal, no qual as exigências de estudo eram mais céleres, pois não havia neste caso resistência do por parte do proprietário;
- (4) o cenário de crise na qual a região passava (período de desindustrialização), com a retração da cobrança de impostos e a queda do número de empregos, era benéfico para a prefeitura a transição rápida de um sistema produtivo por outro, neste caso, a passagem da indústria para o setor de comércio e serviços.

Sendo assim, tendo como pano de fundo a evasão das grandes empresas, responsáveis por empregar inúmeros trabalhadores e pagar vultosos impostos, se processou a crise identitária da cidade, pois nesta ocasião diversos locais de trabalho e sociabilidade deixaram de ser símbolo de orgulho e pertença dando lugar as incertezas provocadas pela crise. Neste sentido, a descaracterização dos pontos de referência da cidade, já nos anos 1990 mostrou-se irreversível, produzindo não apenas nos habitantes, mas também no poder público uma crise de identidade.



Estas mudanças despertaram em Santo André e demais cidades do Grande ABC afetadas pela crise, a necessidade de discutir sua própria identidade. Tais discussões culminaram em relevantes ações por parte da comunidade que impulsionaram importantes atuações do poder público, como afirma Klink (2009):

“Em dezembro de 1990, presenciamos a criação do Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, que constitui um fórum de articulação intermunicipal entre os sete prefeitos das cidades com o objetivo de viabilizar mecanismos de coordenação intermunicipal suprapartidária. A princípio, definiu-se que o Consórcio trataria de diversos assuntos, desde a gestão ambiental, o gerenciamento e destino de resíduos sólidos até o desenvolvimento econômico local [...] Ao mesmo tempo, entretanto, algumas iniciativas relevantes estão sendo tomadas pela comunidade, refletindo a maturidade da identidade regional e a preocupação com problemas específicos da região. O chamado “Fórum da Cidadania do Grande ABC” representa nesse sentido, uma das iniciativas mais importantes. É composto de um grande número de instituições da sociedade civil, como associações de empresas, sindicatos de trabalhadores, movimentos ecológicos e grupos ambientais, entre outros. O Fórum surge na realidade de uma discussão inicial sobre as distorções na representatividade política institucional da região, que culmina com a campanha “Vote no Grande ABC”, em março de 1994. Em julho de 1994, no lançamento do Manifesto do Grande ABC, o Fórum começa a se manifestar como nova instância de representatividade da Região. A formalização acontece em março 1995, com a assinatura de 64 entidades da sociedade civil. O número de organizações participantes da instituição cresce para mais de 100, em 1999” (KLINK, 2009, p.220).

Dentro desta nova conjuntura econômica, na qual todo ABC estava inserido, percebe-se que, embora a crise tenha descaracterizado os espaços de trabalho e sociabilidade, eliminando de certa forma a materialidade, elemento fundamental para a manutenção das memórias coletivas, nota-se neste período de transição, uma sólida maturidade identitária em Santo André e demais cidades da região afetadas pela crise. Esta consolidação identitária foi expressa por meio de ações da sociedade civil objetivando dirimir os efeitos da crise, gerando de algum modo novos sentimento de pertença – neste momento a identidade local funde-se com a identidade regional, ampliando os sentidos e significados das memórias que se pretende preservar.

Diante de todos os desafios econômicos e sociais sofridos por Santo André e Região do ABC, que culminaram em alterações que abalaram fortemente o universo do

trabalho e todos os elementos que o circunda, a memória coletiva não permitiu que o elemento identitário vinculado as indústrias se perdessem com o tempo. As fabricas ainda resistem, o ABC continua forte, a região ainda conta com 24 mil indústrias, responsáveis por empregar 26% da população ativa, a dinâmica do trabalho fabril permanece presente no cotidiano e, – provavelmente, este seja o elemento basilar da unidade identitária de santo André e de todo o ABC.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos no Capítulo 1 apreender o conceito de Patrimônio Cultural e identificar quais eram seus espaços e limites de atuação, pois uma dúvida me inquietava: em que medida o Patrimônio Cultural de Santo André, oficialmente reconhecido pelo CONDEPHAAPASA, dialoga com a história da cidade?

Neste contexto, no início do capítulo, procuramos entender o sentido do termo patrimônio, primeiramente na Europa, apoiando-se em autores que conceituaram e problematizaram o termo e, a partir da análise destes, percebeu-se que este conceito, desde o século XVII com o processo de Formação das Monarquias Nacionais, sempre esteve coberto de ideologias e parcialidades, sendo um importante instrumento ratificador dos discursos hegemônicos – neste ponto inicial, a pesquisa amparou-se nos escritos de Pierre Nora, Dominique Pollot, Françoise Choay, Funari, Pelegrini, Hobsbawn, entre outros.

Ainda no Capítulo 1, a pesquisa demonstrou que o conceito de patrimônio adquiriu uma amplitude interpretativa que dificultava a sua compreensão, pois cada ciência entende o conceito de patrimônio de acordo com seus interesses. Esta fragmentação, de acordo com Poulot (2009), configura uma dificuldade em estabelecer o que é o Patrimônio Cultural, cada qual dentro das ciências humanas estabelece o que é Patrimônio de acordo com suas conveniências.

Após refletir sobre a fragmentação do termo, esta pesquisa seguiu as perspectivas adotadas por Choay (2014) e Peixoto (2004), que afirmam que a verdadeira identidade do patrimônio apresenta-se através de elementos da vida cotidiana. Conceito que direcionou o andamento das discussões, em contraposição à utilização dos bens culturais como ferramenta de dominação ideológica, como demonstrado no item 1 do Capítulo 1, onde se desvelou os esforços do Estado Novo, juntamente com a elite letrada, em forjar um patrimônio nacional que atendesse aos interesses políticos do governo recém-estabelecido.

Neste ponto da pesquisa, os apontamentos de Castriota (2017), Rubim (2007), Calabre (2007) e Marcia Chuva (2009a, 2009b) foram fundamentais para a compreensão de como o SPHAN agia nos primeiros anos de sua criação, assim como o papel dos intelectuais modernistas para a consolidação de uma ideia do que era patrimônio. Neste processo, as contribuições de Mario de Andrade foram esplanadas e sua importância para o patrimônio foi demonstrada, porém, permitindo que este entendimento em relação ao

seu papel fosse contraposto, pois de acordo com elementos de dentro do IPHAN, Mário de Andrade não gozava de tanto prestígio como se costuma defender quase que unanimemente – este trabalho deu voz para Ligia Martins Costa - museóloga do IPHAN na década de 1950, que afirma que a figura central e responsável maior pelo sucesso do antigo SPHAN fora Rodrigo Melo Franco de Andrade, a museóloga não atribuía tanta relevância ao anteprojeto produzido por Mario de Andrade.

Buscando-se ainda de entender a dinâmica do Instituto do Patrimônio no Brasil, no item 3 do Capítulo 1, apresentou-se um panorama do IPHAN desde sua criação até o ano de 2016. Percebendo-se que nos primeiros anos, identificados como “fase pedra e cal”, os monumentos de interesse do órgão eram os de características barrocas ou coloniais, privilegiando assim inúmeras cidades mineiras, Ouro Preto foi a representante deste período – esta tipologia construtiva foi a eleita como a representante da identidade nacional. Neste período, final da década de 1930, o conceito de patrimônio obedecia a lógica da valoração da beleza e do monumental, estava sendo usado como instrumento de legitimação do discurso do Estado Novo.

Através dos dados apresentados no item 4 do Capítulo 1, observou-se que a predileção em tombar as estruturas edificadas ainda permanecia durante todo o século XX e que havia uma discrepância considerável entre as regiões no que se refere ao número de tombamentos. As regiões Sudeste e Nordeste concentra aproximadamente 90 % de todos os bens tombados no país. Outro dado que chamou a atenção foi o baixíssimo número de bens etnográficos tombados pelo IPHAN, situação que se repete no órgão municipal responsável por oficializar os bens culturais de Santo André: o CONDEPHAAPASA.

O Capítulo 2 desta pesquisa dedicou-se em analisar o processo de criação dos órgãos de proteção do patrimônio nas esferas estadual e municipal, CONDEPHAAT e o COMDEPHAAPASA respectivamente, apontado as motivações que conduziram o poder público a criar estes conselhos. A partir de tal análise, observou-se que nos primeiros anos de criação, ambos sofreram a influência do IPHAN, no que concerne o modelo de tombamento, pois a escolha dos bens patrimonializados seguia a lógica tradicional de oficializar apenas os bens representativos da classe hegemônica, nitidamente uma preferência pelo belo, imponente - os aspectos culturais que representavam os indivíduos comuns eram desconsiderados.

No decorrer da pesquisa, revelou-se que a mudança de mentalidade em torno do patrimônio iniciou-se a partir dos anos de 1970, isto porque São Paulo visava

desenvolver o turismo cultural, movimento que coincidia com as ações da UNESCO que elevavam certos bens culturais à categoria de Patrimônio da Humanidade, ato realizado para fomentar o turismo cultural, especialmente na Europa. Portanto, foi justamente neste contexto, que ocorreu a ampliação do entendimento de Patrimônio entre os órgãos de proteção. Todavia, somente nos anos de 1990 que a visão hegemônica sobre o patrimônio foi questionada, dando espaço à discussão em torno de sua função social.

Neste ponto da pesquisa, evidenciou-se a influência do Partido dos Trabalhadores (PT), no que diz respeito à mudança de mentalidade e o novo olhar que se lançou às questões sociais na cidade de São Paulo, que serviram de modelo para outras prefeituras, que compartilhavam do mesmo viés político, como no caso de Santo André. A nova política social adotada pela Secretaria Municipal de Cultura, sob o comando de Marilena Chauí, motivou o diálogo e buscou aproximar cultura e comunidade – reconhecendo e legitimando as manifestações culturais da periferia.

O item 2 do Capítulo 2 ponderou sobre o processo de criação do COMDEPHAAPASA, ressaltando a participação da sociedade civil organizada, na figura do grupo de pesquisa GIPEM e do prefeito eleito de Santo André Celso Daniel (PT), que fora um dos fundadores deste grupo dedicado ao estudo da memória local do ABC. A junção destes dois elementos aliados às mudanças de mentalidade em torno do patrimônio, impulsionaram a criação do órgão, que foi oficializado em 1992 por meio do Decreto 12.946.

A razão da existência do COMDEPHAAPASA e de todos os órgãos de defesa do patrimônio é a proteção e valorização dos bens culturais concernentes à história local no qual o órgão está inserido. Deste modo, entender o contexto em que Santo André surgiu e sob quais bases se desenvolveu, tornou-se premissa fundamental. Logo, o item 3 do Capítulo 2 apresentou uma síntese atual do município e os precedentes históricos da cidade, objetivando embasar posteriores discussões sobre a atuação do COMDEPHAAPASA.

No que se refere a atuação do órgão, através da análise das datas de abertura de estudos de tombamento, percebeu-se que somente no primeiro ano de sua criação, o conselho havia tombado sete bens, dentre os quais, apenas um não pertenciam a municipalidade, a Sede da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Museu Militar dos Expedicionários do ABCDMRR, isto porque a iniciativa do tombamento partiu da própria associação.

O que leva à compreensão de que, como não havia resistência por parte do poder público municipal em tombar seus prédios históricos, os técnicos do órgão utilizaram esta oportunidade como uma espécie de “treinamento”, visto que os profissionais deste conselho não possuíam qualificações específicas para essa área de atuação. Tal fato é percebido quando se compara os processos de estudo de tombamento dos anos de 1992 com os processos mais recentes, atualmente os estudos são mais completos e extensos, alguns demoram anos para serem finalizados - enquanto em 1992, sete processos foram solicitados, analisados e concluídos, em apenas um ano.

O amadorismo dos primeiros anos do COMDEPHAAPA, em parte explica a reprodução do modelo tradicional de tombamentos: os edifícios tombados eram representantes de um estilo arquitetônico burguês e a posse da propriedade era da prefeitura. Neste caso, não havia resistência, muito pelo contrário, houve incentivo, pois, a razão da criação do órgão deveria ser justificada.

Para dar imagem à estes processos de tombamento, o item 4 do Capítulo 2 trouxe apresentou a relação de todos os bens tombados em Santo André. Nela aparecem os números de cada processo, datas de abertura e homologação, seguida por uma breve síntese histórica dos primeiros bens oficialmente protegidos. A opção em selecionar apenas 13 patrimônios, não comprometeu a discussão, pois a repetição das tipologias construtivas e o modo como as justificativas foram apresentadas não adicionaria importantes elementos ao estudo.

A apresentação destes bens confirmou o pressuposto de que as memórias coletivas não estão representadas no patrimônio da cidade, já que a grande maioria dos bens tombados são patrimônios arquitetônicos, que representam, quase que exclusivamente, a aristocracia andreense do início do século XX. Dos itens observados, tão somente dois puderam ser considerados mais abrangentes em suas representatividades - o Primeiro Grupo Escolar (atual Museu de Santo André) e o cinema Carlos Gomes (completamente descaracterizado), pois podem ser associados a história social da cidade.

De um modo geral, quando se analisa a história de Santo André, as informações mais abrangentes estão relacionadas à dois elementos: Estrada de Ferro e Polo Industrial. Portanto, para entender as dinâmicas sociais, políticas e econômicas desta cidade, necessariamente deve-se examinar os movimentos provenientes destes dois elementos, por essa razão, o Capítulo 3 foi dedicado à compreender o modo como as indústrias e o trem contribuíram para o desenvolvimento de Santo André.

A partir da bibliografia estudada, dados de instituições públicas, censos de diferentes períodos, dentre outros, pôde-se confirmar que a presença das fabricas estava intrinsecamente ligada a todo o processo de desenvolvimento do município. Assim, o objetivo central do Capítulo 3 foi demonstrar, através de dados e estudos de pesquisadores da Região do Grande ABC, que as bases que alicerçaram o surgimento e consolidação da cidade estavam fundamentadas no parque industrial, originando ao longo dos anos uma relação de dependência econômica.

Esta parte do estudo buscou demonstrar a importância da chegada da Estrada de Ferro São Paulo *Railway Company* na região do ABC durante os primeiros anos de 1900. De modo que ficou evidente as transformações ocorridas na localidade a partir da vinda do trem: uma estação foi construída, modestos agrupamentos foram formados, pequenos armazéns foram abertos e as primeiras fábricas foram montadas.

Nesse sentido, a pesquisa procurou demonstrar que todo equilíbrio da cidade dependia dos recursos advindos da indústria, através da abundância de empresas instaladas e números de habitantes que se ocupavam do trabalho fabril, pôde-se ter uma ideia da dinâmica que se estabelecia em Santo André desde o início do século XX. De tal forma que esta dinâmica e força atrativa das indústrias afetava inclusive o desenho urbanístico da cidade.

Inúmeros bairros foram criados em função das fabricas, especialmente na primeira metade do século XX, cujo déficit habitacional compeliu as grandes industriais a construírem inúmeras casas, nas proximidades das fabricas, destinadas à seus operários. Este movimento atraiu investidores do ramo imobiliário, que investiram pesadamente na região, loteando e construindo habitações que atendiam aos interesses, tanto dos proprietários das fabricas, quanto dos operários.

O traçado urbanístico da cidade e a formação de inúmeros bairros, inclusive os bairros burgueses (Bairro Jardins), destinado aos diretores das fábricas e aos funcionários mais especializados, obedecia a lógica da época ditada pelas indústrias, pois estes bairros não se localizavam distantes das fábricas, bem como observou-se que não havia um relevante distanciamento entre os bairros burgueses e os ditos operários. Dada a proximidade entre a casa do operário e o seu local de trabalho, atualmente os bairros destinados aos trabalhadores da época, encontram-se em locais muito valorizados, pois a maioria das empresas estavam localizadas em regiões próximas da linha do trem ou em áreas de acesso facilitado.

O item 3 do Capítulo 3 apresentou o bairro de Santa Terezinha, julgando este ser um bairro que sintetiza de forma bastante clara a abrangência do alcance das indústrias, no que se refere aos movimentos concêntricos, derivados de suas atividades. O exemplo do bairro permitiu visualizar as transformações urbanísticas e a participação de diferentes atores que agiam em função da dinâmica exercida pelas fabricas, pois a razão de seu loteamento foi exatamente a proximidade com a Indústria Rhodia e seu desenho urbanístico pensado em atender uma classe média empregada nas fabricas da região - os investimentos de melhoria como iluminação, retificação do rio Tamanduateí, construção de pontes e instalação de equipamentos públicos, visavam suprir as exigências desta classe.

Ainda neste item, chamou-se a atenção o fato de que não existe neste bairro nenhum bem patrimonializado, embora sua formação tenha sido planejada exclusivamente para atender uma dinâmica social de um período específico da cidade, cujo ordenamento urbano contou com a implementação de equipamentos públicos tão importantes quanto dos bairros centrais da cidade: cinemas, praça com coreto, teatro e igreja. Além de ter recebido durante a década de 1940 um importante projeto social voltado à construção de moradias, no qual consistia na construção de 2.000 pequenos sobrados (apenas 466 foram concluídos), algo bastante inovador para época.

Através do exemplo deste bairro foi possível concluir que direta ou indiretamente, o ordenamento urbano apoiava-se nos movimentos produzidos pelas indústrias e que não houve por parte do poder público interesse em preservar ou registrar as referencias culturais presentes nesta dinâmica.

No item 4 do Capítulo 3, foi exposta a ausência de representatividade dos patrimônios tombados em Santo André, demonstrando que com a mudança do eixo econômico - passagem da indústria para o setor de serviços, ocorreu na cidade uma espécie de crise de representatividade, e esta crise é agrada pela ausência de marcos simbólicos. As heranças materiais simbólicas que remetiam o passado e permeavam a memória dos indivíduos, não faziam parte da paisagem cotidiana.

Para finalizar, esta pesquisa concluiu que o capital proveniente das industriais tanto foi o responsável pelo desenvolvimento econômico e identitário, como foi igualmente responsável pela ausência de marcos referencias, imprescindíveis para a manutenção da memória e formação de uma identidade. A transição do modelo produtivo em Santo André se deu tão rapidamente, que não houve tempo hábil para que as



organizações sociais e poder público engendrassem movimento efetivo de resistência diante do ocorrido.

Concluindo, os sentidos e significados presentes na materialidade do Patrimônio de Santo André não dialogam com a história da cidade, tão pouco há representatividade do grupo social mais identificado com desenvolvimento local, desde a fundação da primeira fábrica ao quase completo desmantelamento do parque industrial: operário. De modo que, a identidade da região atualmente assenta-se na imaterialidade da memória coletiva - não há marcos referenciais ou simbólicos que materializem a história da cidade e dos indivíduos que a constitui.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARMELINI, Ângela Inês M. da Silva Quintino. **A preservação do patrimônio em Santo André: uma avaliação sobre a contribuição do uso cultural em imóveis tomados.** 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

BARBALHO, A. **Identidade e diversidade sem diferença.** In: RUBIN, A.; BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil.** EdUFBA, v. 2, 2007. p. 37-60.

BOTELHO, I. **A política cultural e o plano das ideias.** In: RUBIN, A.; BARBALHO, A. **Políticas Culturais no Brasil.** EdUFBA, v. 2, 2007. p. 109-132.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas.** EdUFBA, 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei Complementar nº. 14, de 08 de junho de 1973.** Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/>>. Acesso em: Maio 2021.

CANDIDO, Antônio. Prefácio. In: DUARTE, Paulo. Mário de Andrade por ele mesmo. **São Paulo: Hucitec/Secretária da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977**

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo,** 5 ed. – Campinas, SP: Unicamp. 2007.

CARTA PATRIMONIAL DE VENEZA, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: Nov. 2020.

CASTRIOTA, L. Castriota, Leonardo Barci. **De la source patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** Distributeur Annablume, 2017.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Edições 70, 2014.

CHUVA, Marcia. **Os Arquitetos da Memória: Uma sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009a.

CHUVA, Marcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** História e Política. 2009b. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA\\_Marcia\\_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf)>. Acesso em: Dez. 2020.

COMDEPHAAPASA. Bens tombados e Registrados COMDENPHAPASA. Disponível em: <<https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/bens-tombados-registrados-e-em-estudo-de-tombamento/file/532-bens-reservados-em-santo-andre>>. Acesso em: Out. 2020.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art.: 216. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_a\\_sp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_a_sp)>. Acesso em: Nov. 2020. Brasil.

CRISPIM, Felipe Bueno. **Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989)**. 2014.

DECRETO N° 3.551, de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>. Acesso em: Nov. 2020.

FERREIRA, Josué Catharino. **Aspectos históricos e geográficos da industrialização de Santo André**. In: Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, Vitória/ES. 2015.

FERREIRA, Vítor. Olhares sobre o patrimônio cultural. **Idearte-Revista de Teorias e Ciências da Arte**, v. 7, n. 7, p. 61-72, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder** (Roberto Machado, org. e trad.). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINE, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Zahar, 2006.

GAIARSA, Octaviano Armando. **Santo André ontem, hoje, amanhã**. Ed. P.M.S.A (Santo André). 1991.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Editora Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, J. R. **O Patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. Memória e Patrimônios: ensaios contemporâneos. Lamparina, 2009.

HENRIQUES, C. Turismo cultural e desenvolvimento local: uma relação criativa. In: **13º Congresso da APDR–Actas do Congresso (cd-rom). Ilha Terceira, Açores, (24).** 2007.

HOBBSAWN, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780.** Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWN, Eric. Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IBGE. **Censo 1960.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>.

Acesso em Maio 2021.

IBGE. **Cidades e Estados. 2020.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/santo-andre.html>. Acesso em: Mar. 2020.

IBGE. **Cidades e Estados. 2020.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/santo-andre.html>. Acesso em: Mar. 2020.

IPHAN. **Balanco de 80 anos de tombamentos - 1936-2016,** 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/IPHAN%20Balanco%2080%20anos%20de%20Tombamentos.pdf>. Acesso em: Nov. 2020.

IPHAN. **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural.** 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>. Acesso em: Fev. 2021

IPHAN. **Rodrigo de Melo Franco de Andrade.** 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>. Acesso em: Mar 2020.

KLINK, Jeroen. Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. **Educação,** v. 32, n. 2, p. 217-226, 2009.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material,** v. 18, p. 287-320, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico.** Zahar, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão, et al. Editora da UNICAMP, 1990.

Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968. Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/223762/lei-10247-68>. Acesso em: Dez. 2020.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico.** Brasiliense, 1987.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História, 1993. Disponível em: <<http://www.resvistas.pucsp.br>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

PASSARELLI, Silvia Helena Facciolla. **Diálogo entre o trem e a cidade: o caso de Santo André**. 1994. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

PASSARELLI, Silvia Helena Facciolla. **Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP)**. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 70, p. 183-204, 2004.

PEREIRA, Mirna Busse. O Direito à cultura como cidadania cultural (São Paulo, 1989/1992). Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 33, n. 1, 2006.

PMSA. **Santo André imagem e história**. Prefeitura Municipal de Santo André, 1991.

PMSA. **Lei Municipal nº. 9.071 de 5/9/2008 no âmbito do Plano Diretor do Município de Santo André (Lei Municipal nº. 8.696, de 17/12/2004)**. 2021a. Disponível em: <https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/faq/33-secretarias/cultura-esporte-lazer-e-turismo/642-condephaaasa>. Acesso em: Fev, 2021.

PMSA. **Cultura de A a Z**. 2021b. Disponível em: <<http://culturaz.santoandre.sp.gov.br/>>. Acesso em: Jun. 2021.

POMIAN, K.; ROMANO, R. **Enciclopédia Einaudi, v. 1, Memória: História**. Editora: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. Estação Liberdade, 2009.

REVISTA DO PATRIMÔNIO, **Histórico e Artístico Nacional, nº 31**, 2005. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf)>. Acesso em: Nov. 2020.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio: Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.195-203, 1996**.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado: A Instituição do Patrimônio em São Paulo 1969-1987**. UNESP, 1999.

RUBIM, Antônio Albino. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. EdUFBA, 2007.

RUBINO, Silvana B. **A memória de Mário**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 30, p. 138-155, 2002. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30_m.pdf)>. Acesso em: Nov. 2020.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **Nasce a academia SPHAN**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 24, p. 77-95, 1996.

TIZIO, Iberê Luiz Di. **Santo André: a causa toponímica na denominação de seus bairros**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Visitando a trajetória ou (re) produzindo o passado do Condephaat**. *Revista Cpc*, v. 13, n. 26esp, p. 45-62, 2018.

## ANEXO

## INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

<b>Localização</b>	Praça Rui Barbosa, 12 Bairro: Vila Santa Terezinha Cidade: Santo André, SP	
<b>Caracterização</b>	Nome: Teatro Conchita de Moraes Proprietário: Prefeitura de Santo André Numero de Pavimentos: Térreo mais 1 Uso atual: Escola Livre de Teatro Uso original: Auditório anexo da Escola Estadual Carlina Caçapava Período de construção: Segunda metade do século XX (1950) Característica arquitetônica: Arquitetura Moderna	
<b>Identificação</b>	Teatro Conchita de Moraes, Escola Livre de Teatro de Santo André.	
<b>Imagem</b>		
		
<b>O que é</b>	<b>Onde está</b>	
É um edifício de propriedade da Prefeitura de Santo André, e atualmente é utilizado pela Escola Livre de Teatro onde aulas e peças são apresentadas.	O Teatro localiza-se no 2º subdistrito de Santo André no bairro de Santa Terezinha, situado na Praça Rui Barbosa s/n, entre a Escola Carlina Caçapava e a Igreja Católica Santa Terezinha, a aproximadamente 200 metros do Tamanduateí e Avenida dos Estados. As principais vias de acesso são: Alameda Vieira de Carvalho e Avenida dos Estados.	
<b>Períodos Importantes</b>		

<p>Nos anos iniciais à sua Inauguração era utilizado como auditório da única escola do bairro;</p> <p>A partir de 1963 começou a abrigar o Festival de Teatro amador de Santo André;</p> <p>No início da década de 1970 (29/03/70), montagem da peça “A cidade assassinada” de Antônio Calado.</p>	
<b>História</b>	
<p>A construção do Teatro foi de responsabilidade do governo do Estado no ano de 1951, tinha como finalidade a priori servir de auditório anexo da escola. Na década de 1963 durante o rápido governo Clóvis Sidiney Thon (31/01/1963 a 23/12/1963), o teatro desvinculou-se da escola e passou o Festival de Teatro amador da cidade de Santo André (FETASA).</p> <p>O município de Santo André sob o comando do então prefeito Antônio Pezzolo (31/01/1973 a 31/01/1977) adquire o controle do espaço. Atualmente a Casa possui duzentos lugares, equipamentos de luz e som de grande sofisticação; e em suas dependências são ministradas aulas pela Escola Livre de Teatro e apresentação de peças amadoras.</p>	
<b>Significados</b>	
<p>A presença do Teatro no bairro é percebida de forma bastante heterogênea. Para os antigos moradores, o Teatro Conchita era o local onde as apresentações escolares eram realizadas nos tempos de escola, para eles este local representa as memórias dos tempos de colégios.</p> <p>Os significados para os mais jovens são inteiramente distintos, uma vez que, para eles aquele espaço não produz elementos de afetividade e senso de pertencimento. Os jovens do bairro não participam do universo cênico proporcionado pelo local, fazendo com que não seja criado um bom espaço de sociabilidade, fundamental para construção de vínculos.</p> <p>Entretanto, a existência deste espaço para as pessoas envolvidas é de grande relevância, pois a Escola de Teatro é a única do ABC e recebe um grande numero de alunos do Grande ABC e São Paulo, principalmente a Zona Leste. Sua permanência é fundamental para as artes cênicas do ABC.</p>	
<b>Pessoas Envolvidas</b>	
<b>Elementos Naturais</b>	Arvore e vegetação externa
<b>Elementos Construídos</b>	O edifício possui um palco de dimensões consideráveis, aproximadamente 10 metros; Suportes de iluminação produzidos com material metálico, dois no palco e dois no fundo da plateia
<b>Vestígios de Ocupação Anteriores</b>	<b>Medidas Aproximadas</b>
O local onde o prédio foi construído não possui ocupações anteriores, pois, era uma região com grande disponibilidade de terreno (área de várzea do rio Tamanduateí) no período que data sua edificação. Segundo antigos moradores, a primeira escola do	




<p>bairro (Torrinha) fora construída naquela mesma área, mas não sabiam precisar o verdadeiro local de construção.</p>	
<b>Avaliação</b>	
<p>Esta construção possui relevantes pontos positivos, pois continua sendo uma sólida edificação e sua localização de fácil acesso permite bom fluxo de veículos e transeuntes. Outro fator positivo são as atividades propostas pela Escola de teatro – ensaios e peças frequentemente são abertos gratuitamente ao público oferecendo assim cultura e entretenimento à população local.</p> <p>No que tange os pontos negativos, percebe-se que o poder público promove poucos eventos culturais, levando-se em consideração o potencial do espaço, e os poucos eventos que ocorrem são muito pouco divulgados.</p>	
<b>Recomendação</b>	
<p>Levando em consideração o amplo espaço a boa localização e a finalidade que se propõe o Teatro, recomenda-se que o órgão responsável pelo edifício (PMSA), promova mais eventos voltados à Arte e Educação. Não se omitindo, porém, de fazer um melhor trabalho de divulgação das atividades que ocorrem no local.</p>	

<b>Localização</b>	Rua Ribeirão Pires, 234 Bairro: Santa Terezinha Cidade: Santo André
<b>Caracterização</b>	Nome: Cine Urupema (Extra supermercado) Proprietário: Ferrari, Garcia & Cia LTDA Número de pavimentos: 1 Pavimento Térreo Uso Atual: Supermercado Extra Uso Original: Sala de Cinema Período de construção: Século XX - Década de 1948 Característica Arquitetônica: Arquitetura Moderna
<b>Identificação</b>	Antigo Cine Urupema, Supermercado Extra
<b>Imagem</b>	
	
<b>O que é</b>	<b>Onde está</b>
É uma construção do final da década de 1940, atualmente utilizada como Supermercado e estacionamento para clientes.	Localiza-se na rua Ribeirão Pires em frente ao Banco do Brasil, a aproximadamente 300 metros da Igreja de Santa Terezinha em direção ao centro de Santo André e a 150 metros do Parque Pignatari em direção ao bairro de Camilópolis.
<b>Períodos Importantes</b>	
Durante a década de 1950/60 o espaço funcionava seis dias por semana, sendo assim o principal meio de entretenimento do bairro.	

<b>História</b>	
<p>O Cine Urupema assim como tantos outros cinemas de rua era o principal local de entretenimento e sociabilidade nas décadas de 1950/60/70 em Santo André. Esta sala de cinema contava com 1222 lugares, funcionando seis dias por semana com uma média anual de 366 sessões e uma incrível média de público de 83.593 espectadores.</p> <p>O cinema fechado na década de 1980, permanecendo abandonado e sem manutenção até os anos 90, quando a rede de supermercados Extra comprou o local e instalou mais uma de suas lojas. Do antigo cinema, de acordo com alguns moradores antigos restaram apenas parcialmente a fachada, pois as bilheterias e as entradas foram modificadas para atender as exigências de sua nova função.</p>	
<b>Significados</b>	
<p>O Cine Urupema, certamente faz parte das referências culturais do bairro, pois para os mais antigos moradores era o principal local de divertimento, uma vez que nas décadas de 1950/60 o acesso à região central da cidade era mais difícil, dada as escassas vias que transpunham o Tamanduateí.</p>	
<b>Pessoas Envolvidas</b>	
<p></p>	
<b>Elementos Naturais</b>	<p>No espaço não se encontra elementos naturais, o local foi totalmente pavimentado.</p>
<b>Elementos Construídos</b>	<p>Foi construído um estacionamento, e portas laterais para acessá-lo.</p>
<b>Vestígios de Ocupação Anteriores</b>	<b>Medidas Aproximadas</b>
<p>Esta construção é datada dos primeiros loteamentos. O que havia anteriormente no local eram chácaras, não há construções anteriores.</p>	
<b>Avaliação</b>	
<p>O espaço encontra-se quase que por completo descaracterizado, apenas as paredes são as originais, a fachada vagamente lembra um cinema, pois não há bilheterias, um dos elementos mais marcantes de um cinema de rua. O telhado fora removido para a modernização do prédio. Apenas o gabarito e o recuo permanecem inalterados.</p>	
<b>Recomendação</b>	
<p>Levando em consideração a importância cultural do prédio, seria interessante a instalação de placas com imagens e textos informando o que era o local, e qual sua importância para a história e memória do bairro.</p>	

<b>Localização</b>	Avenida dos Estados, 1.171 Bairro: Santa Terezinha Cidade: Santo André, SP	
<b>Caracterização</b>	Nome: Moinho São Jorge Proprietários: Oscar Ariderte, Jorge Chammas Neto e Nilo José Sírio. Número de pavimento: 9 pavimentos com jardim suspenso na cobertura Uso atual: Moinho de trigos e fabricação de derivados Uso original: Moagem de trigo Período de construção: Século XX - (1950) Característica arquitetônica: Arquitetura industrial	
<b>Identificação</b>	Moinho São Jorge	
<b>Imagem</b>		
		
<b>O que é</b>	<b>Onde está</b>	
É um grande Moinho de Trigo, importante ícone da industrialização no ABC, atualmente ainda em funcionamento, embora com capacidade de produção reduzida.	Localiza-se no 2 subdistrito de Santo André no bairro de Santa Terezinha, situado na Avenida dos Estados, 1171, às margens do rio Tamanduateí, entre a Igreja Evangélica Bola de Neve e o Moinho Santo André. Construído ao lado da linha férrea, estando aproximadamente a 350 m da estação de trem Prefeito Saladino.	
<b>Períodos Importantes</b>		
Durante os primeiros anos de sua fundação foi o principal moinho de trigo do Brasil. Entre os anos 60/70 seu salão de festa abrigava diversas atividades, desde formaturas e bailes à reunião de negócios e política. Atualmente em decadência.		

<b>História</b>	
<p>Os fundadores do Moinho São Jorge, Adib Chammas e João Chammas durante a década de 1940 trabalhavam no ramo da importação de trigo. O Brasil neste momento, não produzia tal produto, tudo que se comercializava no país era fruto de importação.</p> <p>A grande fornecedora de trigo para o Brasil era a Argentina, entretanto, o país vizinho não estava dando conta de manter o mercado europeu e brasileiro abastecidos. Deste modo, o Brasil importava o produto e libera cotas aos moinhos através de valiosas licenças.</p> <p>Neste contexto, e com a participação econômica dos Estados Unidos, uma vez que, o Brasil foi um aliado de guerra (Segunda Guerra Mundial 1939-1945), o governo brasileiro resolveu investir na industrialização. O fundo do Trigo ajudou o BNDE a financiar usinas elétricas, fabricas e melhorias de infraestrutur.</p> <p>Foi nesta conjuntura que os irmãos Chammas iniciaram as obras do Moinho, que impressionava a todos pelas suas dimensões e capacidade produtiva.</p>	
<b>Significados</b>	
<p>O Moinho São Jorge representa um período áureo da indústria no ABC, seu importante papel no desenvolvimento da região é reconhecido através das inúmeras matérias jornalísticas e depoimentos de quem viveu aquele período.</p> <p>No que se refere a seu papel social, o Salão de Mármore foi palco para inúmeros eventos festivos, tanto para a população local, com bailes de formatura e festas, quanto para a elite diretora que faziam reuniões políticas, eventos e jantares sofisticados.</p>	
<b>Pessoas Envolvidas</b>	
Quadro societário: Oscar Ariderte, Jorge Chammas Neto e Nilo José Sírío e funcionários.	
<b>Elementos Naturais</b>	Não há presença de elementos naturais.
<b>Elementos Construídos</b>	Salão de festas e um Jardim Suspenso
<b>Vestígios de Ocupação Anteriores</b>	<b>Medidas Aproximadas</b>
Não há vestígios de ocupação anteriores.	
<b>Avaliação</b>	
<p>O Moinho São Jorge sofreu demasiadamente com a crise que assolou o Brasil nestes últimos anos. Por conta da baixa produção em consequência da perda de importantes clientes, o Moinho corre sérios riscos de falência, pois sua produção passou 13,3 toneladas mês para apenas 4 mil, outro fator que prejudica o Moinho são as inúmeras ações trabalhistas.</p>	
<b>Recomendação</b>	
<p>A utilização do Palácio de Mármore para eventos culturais, bem como seu retorno às origens, oferecendo bailes e festas ato que seria importante para a preservação da memória social da cidade. Além de se adequar a nova realidade do mercado e honrando as dívidas trabalhistas de seus funcionários.</p>	

<b>Localização</b>	Alameda São Bernardo, 110 Bairro: Santa Terezinha Município: Santo André	
<b>Caracterização</b>	Nome: Cine Santa Terezinha. Proprietário: Sociedade Assistencial Santa Terezinha. Número de pavimentos: Térrea mais 1 Uso atual: Centro Catequético “Don Jorge Marcos”. Uso Original: Sala de cinema Período de construção: Século XX (1953)	
<b>Identificação</b>	Cine Terezinha, Catequese.	
<b>Imagem</b>		
		
<b>O que é</b>	<b>Onde está</b>	
Hoje o espaço abriga o Centro de Catequético, oferecendo aulas de religião às crianças do bairro.	Localiza-se na Alameda São Bernardo, nos fundos da Igreja à 80 metros do Teatro Conchita.	
<b>Períodos Importantes</b>		
Durante um curto período, logo após sua construção o cinema obteve considerável público.		

<b>História</b>	
O local foi inaugurado em 1953 e contava com 350 lugares. De acordo com antigos frequentadores não atraía grande pública, muito provavelmente por conta da sua localização. Após seu fechamento, o espaço foi utilizado como salão de festas, uma espécie de Buffet, onde eventos da Igreja, reuniões e festas de aniversários ocorriam.	
<b>Significados</b>	
No período de sua inauguração o cinema era o principal entretenimento da região, portanto, sua importância se dá por fazer parte deste momento importante da história de Santo André. Hoje o lugar possui uma função doutrinadora a serviço da Diocese, adquirindo certa importância para os fiéis católicos.	
<b>Pessoas Envolvidas</b>	
Padres, Freiras, beatos e elementos da comunidade envolvidos em assuntos do catolicismo.	
<b>Elementos Naturais</b>	Árvores foram plantadas na calçada
<b>Elementos Construídos</b>	Com a remoção da antiga fachada, uma cobertura foi construída, uma espécie de varanda completamente fechada ou garagem
<b>Vestígios de Ocupação Anteriores</b>	<b>Medidas Aproximadas</b>
Não a presença de vestígios de um passado remoto.	300 metros quadrados
<b>Avaliação</b>	
O local encontra-se com a fachada completamente descaracterizada, conservando apenas, os recuos e o gabarito.	
<b>Recomendação</b>	
Recomenda-se que o local tenha uma identificação que conste o que era sua ocupação anterior e os novos usos dado a este lugar após seu fechamento, uma vez que, este espaço foi usado como salão de festas pelos moradores durante décadas.	

<b>Localização</b>	Bairro: Santa Terezinha Município: Santo André, SP
<b>Caracterização</b>	Nome: Conjunto habitacional Fundação Casas populares. Proprietário: Fundação Casas Populares (FCP). Uso atual: Habitação para elementos de baixa renda. Uso original: Habitação para elementos da classe média baixa. Número de pavimentos: Sobrados de um pavimento. Período de construção: Século XX (1949)
<b>Identificação</b>	Populares, Vilinha.

### Imagem



O que é	Onde está
Foi o primeiro órgão federal criado para o desenvolvimento habitacional e urbano.	Esta em Santo André, situado no bairro de Santa Terezinha 2 subdistrito.
Períodos Importantes	
Em 1949 ocorreu sua fundação. Na data de entrega muitos sobrados estavam inacabados, fazendo com que seus compradores finalizassem a obra inacabada.	



<b>História</b>	
<p>O ano de 1949 foi ano da entrega dos sobrados, entretanto os atrasos das obras obrigaram os moradores a concluírem a construção por conta própria. Moradores remanescentes deste período contam que portas janelas e telhados tiveram que ser colocados e construídos por eles.</p> <p>A mudança dos proprietários se deu antes mesmo da instalação de luz elétrica, sendo está demanda muito dificultada pelo poder publico daquela época, permanecendo sem eletricidade por aproximadamente um ano.</p> <p>A maior parte dos moradores eram operários ferroviários. Depois de estabilizados, os moradores criaram uma associação, clube de futebol e um galpão onde festas de aniversario e bailes eram realizados.</p>	
<b>Significados</b>	
<p>Do ponto de vista de políticas publicas voltada à habitação, a FCP torna-se relevante, pois demonstra como fora desenvolvido este tema pelas autoridades governamentais na segunda metade do século XX. Do ponto de vista sociocultural, apresenta importantes elementos de como determinados segmentos da sociedade organizam-se e se estabelecem dentro de seus espaços de convívio.</p>	
<b>Pessoas Envolvidas</b>	
<p>Associação Amigos da Vila, e moradores.</p>	
<b>Elementos Naturais</b>	<p>Córrego Jundiá e vegetação ciliar, árvores na Praça João Rosa.</p>
<b>Elementos Construídos</b>	<p>Praça João rosa, barracão escola de samba</p>
<b>Vestígios de Ocupação Anteriores</b>	<b>Medidas Aproximadas</b>
<p>Terras ociosas do município.</p>	<p>20.000 metros quadrados</p>
<b>Avaliação</b>	
<p>O conjunto encontra-se com as fachadas descaracterizadas, mantendo apenas os recuos e o gabarito, as varandas foram fechadas para dar mais espaço interno e janelas e portas forma substituídas por outras mais modernas.</p>	
<b>Recomendação</b>	
<p>Levando em consideração o grau de descaracterização dos sobrados, entendo que nada pode ser feito a respeito. Estes sobrados atendiam as necessidades de uma classe operária do século passado, não sendo compatível às necessidades do mundo contemporâneo.</p>	

<b>Localização</b>	Bairro: Santa Terezinha Município: Santo André
<b>Caracterização</b>	Nome: Conjunto Residencial Comendador Mansueto Sechi Proprietário: Moradores Número de pavimentos: Térreo mais pavimento superior Uso atual: Moradias Uso original: Moradias de aluguel. Período de construção: Século XX - 1951
<b>Identificação</b>	Residencial Mansueto, Vila Mansueto

### Imagem



O que é	Onde está
É uma pequena vila construída inicialmente para renda, direcionada à classe média.	Localiza-se aproximadamente a 300 metros do Moinho São Jorge, possuindo duas entradas, a principal pela rua dos Aliados e a secundária pela rua Rio Grande do Norte.
Períodos Importantes	
A princípio estes sobrados eram para renda, com a lei do inquilinato, deixou de ser um negocio lucrativo para seu proprietário, passando com isso a vendê-las através de financiamentos.	

<b>História</b>	
<p>Os sobrados da Vila Mansueto começaram a ser construídos no início dos anos de 1950 aproveitando a nova estrutura urbana que chegara no bairro.</p> <p>A estrutura e qualidade das casas eram superiores se comparadas a outros conjuntos habitacionais da mesma época. Tal empreendimento visava a classe média. De acordo com os moradores, os primeiros habitantes da vila eram funcionários públicos, professores e trabalhadores de grandes empresas como a Rhodia, o Moinho São Jorge e funcionários da Estrada de ferro.</p> <p>As Vilas Mansueto possuem um Arco na entrada com o nome do seu construtor, na Vila de Santa Teresinha há uma interessante imagem de Santo Antônio em azulejo, onde antes havia uma bica d'água.</p>	
<b>Significados</b>	
<p>A importância desta vila consiste no modo vida que se praticava nos anos 50 e que de certa forma ainda hoje os moradores locais procuram conservar. A proximidade das casas e a largura das ruas permitem aos moradores mais contato desta forma estreitando os relacionamentos, inda na contramão dos tempos atuais.</p>	
<b>Pessoas Envolvidas</b>	
<p>Não há associação de moradores, apenas os habitantes dos sobrados.</p>	
<b>Elementos Naturais</b>	<p>Somente algumas árvores próximas dos arcos.</p>
<b>Elementos Construídos</b>	
<b>Vestígios de Ocupação Anteriores</b>	<b>Medidas Aproximadas</b>
<p>Não há registros.</p>	
<b>Avaliação</b>	
<p>Os sobrados foram quase que por completo descaracterizados, restando alguns poucos com parte original da fachada. Onde antes era uma varandinha, hoje são garagens que avançam as calçadas, janelas e portas foram substituídas por mais seguras e modernas. No lugar dos pequenos muros, foram colocadas grades, descaracterizando ainda mais o local.</p>	
<b>Recomendação</b>	
<p>Entendo que o melhor a se fazer neste caso, seria as autoridades municipais realizarem um projeto de valorização da memória do bairro, mostrando através de textos e imagem a importância de se preservar um estilo de construção coletivo que não mais se aplica a nova realidade do mercado imobiliário e urbanístico.</p>	

<b>Localização</b>	Bairro: Santa Terezinha Município: Santo André, SP
<b>Caracterização</b>	Nome: Praça Rui Barbosa. Proprietário: Municipalidade. Número de pavimentos: Uso atual: Praça Pública. Uso Original: Praça Pública Período de construção: Século XX – 1950 Estilo Arquitetônico:
<b>Identificação</b>	Praça Rui Barbosa, Praça da Igreja

### Imagem



#### O que é

É a praça central, cujo bairro desenvolveu-se. Desenho arrojado para época.


#### Onde está

Esta no centro do bairro, a seu redor encontra-se os principais serviços do bairro: Igreja, cartório, escola, postos de saúde.

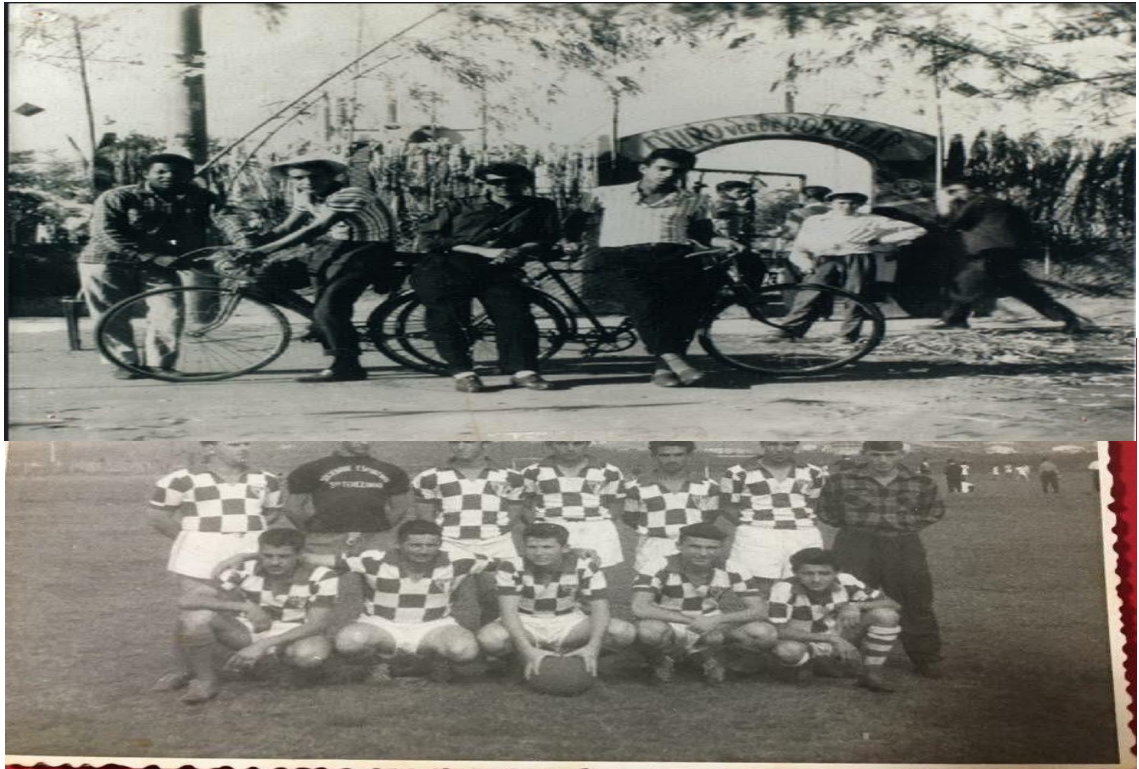
#### Períodos Importantes

Na década de 1940 inicia-se a aberturas das primeiras ruas, a partir do círculo central que correspondia à praça. A praça passou por diversas reformas e modificações: A retirada do coreto, a supressão de jardim, a retirada de calçamentos.

<b>História</b>	
<p>O marco zero do bairro é a praça Rui Barbosa, seu primeiro traçado pertence a década de 1940, ante da fundação do bairro. A partir dela deu-se o traçado do bairro, habitações e comércio surgiram por sua ocasião. Os moradores mais antigos do bairro contam que em seu centro havia um coreto onde os jovens se reuniam para conversar e ocasionalmente flertar.</p> <p>Entre os jovens existia uma prática de flerte, que consistia em dar voltas em torno da praça lançando olhares, se a jovem repetisse a volta com o mesmo comportamento, os rapazes entendiam como um sinal de simpatia, deste modo iniciavam a conversa.</p> <p>Com a instalação do Cartório de ofício de registro civil, a praça virou palco de fotografias para os recém-casados. Em 2014 a praça passou por um processo de revitalização, foram instalados equipamentos de ginástica, novas árvores foram plantadas e irregularidades do calçamento foram corrigidos.</p>	
<b>Significados</b>	
<p>Este espaço público possui grande relevância para a História de Santa Terezinha. Para os mais antigos representa as lembranças da mocidade: paqueras, missa com os pais e um familiar local de passagem, pois para quem vem do Centro da cidade passa por lá. Para os mais jovens, este lugar constitui um espaço público apenas necessário, não possuem lembranças de tempos memoráveis.</p>	
<b>Pessoas Envolvidas</b>	
<b>Elementos Naturais</b>	Árvores, palmeiras, vegetação rasteira e canteiros de flores.
<b>Elementos Construídos</b>	Bancos e equipamentos de ginástica
<b>Vestígios de Ocupação Anteriores</b>	<b>Medidas Aproximadas</b>
Não há vestígios	Mil metros quadrados.
<b>Avaliação</b>	
<p>A praça encontra-se em bom estado de conservação, todavia, completamente descaracterizada em relação à sua construção. Apenas o espaço destinado a praça permanece inalterado. Depois de 68 anos a praça ainda continua sendo um local importante de sociabilidade do bairro.</p>	
<b>Recomendação</b>	
<p>Para não permitir que este espaço perca seu importante significado, certamente a construção de um totem, juntamente com fotos antigas e recentes do local auxiliariam no trabalho de preservação e valorização da memória local.</p>	

<b>Localização</b>	Praça Rui Barbosa s/n Bairro: Santa Terezinha Município: Santo André	
<b>Caracterização</b>	Nome: Paróquia Santa Terezinha Proprietário: Diocese de Santo André Número de pavimento: térreo Uso atual: Igreja Católica Uso original: Igreja Católica	
<b>Identificação</b>	Paróquia de Santa Terezinha, Igreja de Santa Terezinha.	
<b>Imagem</b>		
		
<b>O que é</b>	<b>Onde está</b>	
É a primeira Igreja católica do bairro.	Localiza-se na praça Rui Barbosa, à 30 metros do Teatro Conchita e a aproximadamente 200m da Avenida dos Estados.	
<b>Períodos Importantes</b>		
O ano de 1925 marca o início de sua primeira construção. Em 1950 a primeira Igreja foi demolida para dar espaço a uma maior com características arquitetônicas diferentes.		

<b>História</b>	
<p>Com a fundação do bairro houve a necessidade da construção de uma Igreja. A princípio as missas eram realizadas apenas para a pequena população que existia no local. Com o grande fluxo migratório em decorrência da crise do café, inúmeros imigrantes que viviam no interior de São Paulo mudaram-se para o bairro, Santo André neste momento possui um grande número de indústrias que careciam de mão de obra.</p> <p>Por conta do expressivo número de Húngaros, uma vez por mês um padre vindo de São Paulo conduzia a missa neste idioma.</p>	
<b>Significados</b>	
<p>A paróquia representa para a comunidade, um importante ponto de referência, pois através da religião a constituição de uma identidade local pode ser sedimentada.</p>	
<b>Pessoas Envolvidas</b>	
<p>Padres, freiras, beatos e comunidade praticante do catolicismo.</p>	
<b>Elementos Naturais</b>	<p><b>Palmeiras de pequeno porte e canteiro na área externa.</b></p>
<b>Elementos Construídos</b>	
<b>Vestígios de Ocupação Anteriores</b>	<b>Medidas Aproximadas</b>
<p>Antiga Igreja de Santa Terezinha</p>	
<b>Avaliação</b>	
<p>A Igreja encontra-se em bom estado de conservação, uma vez que, se trata de uma construção relativamente nova e com ocupação cotidiana.</p>	
<b>Recomendação</b>	
<p>Recomenda-se que se exponha sua história, a partir da construção e demolição da antiga paróquia.</p>	

<b>Localização</b>	Praça João Rosa s/n Bairro: Santa Terezinha Município: Santo André	
<b>Caracterização</b>	Nome: Ouro Verde Popular Clube Proprietário: Associação de moradores Número de pavimentos: 1 Pavimento térreo Uso Atual: Sede do clube e barracão de escola de samba Uso Original: Salão de festas e sede de time de futebol.	
<b>Identificação</b>	Ouro Verde Popular Clube, Clube Ouro Verde.	
<b>Imagem</b>		
		
<b>O que é</b>	<b>Onde está</b>	
Clube de futebol amador e associação comunitária.	Está localizada na praça João Rosa, na região que compreende as casas populares.	
<b>Períodos Importantes</b>		
Durantes as décadas de 1960/70/80 possui um ótimo time, revelando jogadores para o time profissional do Santo André. Neste mesmo período, no salão do Clube ocorriam festas e práticas esportivas para os moradores.		



<b>História</b>	
<p>O Clube Ouro Verde foi criado em 1950 e existe até hoje em Santa Terezinha, na Popular, com sede na Praça João Rosa. Nessa praça havia um salão de festas em que eram realizados casamentos e festas de aniversário.</p> <p>O Ouro Verde possui um campo de futebol perto da estação Prefeito Saladino e foi campeão diversas vezes, ainda hoje disputando campeonatos.</p> <p>Inúmeros talentos foram revelados por esse time amador.</p> <p>Com a ajuda do Ouro Verde, foi construído um centro esportivo com quadra e piscina, além de possui a modalidade de futebol para cegos e bocha para os mais idosos.</p>	
<b>Significados</b>	
<p>O Ouro Verde Popular, certamente é o principal elemento de interação social na região das casas populares, pois representa os bons tempos do passado e ainda permanece presente na vida da comunidade local.</p>	
<b>Pessoas Envolvidas</b>	
<p>Presidente: José Luiz gomes, vice: Luiz Roberto Brito e moradores</p>	
<b>Elementos Naturais</b>	<p>Árvores, canteiros de flores, vegetação rasteira e palmeiras.</p>
<b>Elementos Construídos</b>	<p>Barracão com mezanino, sala de áudio e vídeos e centro esportivo</p>
<b>Vestígios de Ocupação Anteriores</b>	<b>Medidas Aproximadas</b>
<p>Antiga Praça de esportes</p>	
<b>Avaliação</b>	
<p>O espaço destinado ao clube de Ouro Verde, encontra-se em bom estado de conservação, pois os moradores frequentam o espaço com regularidade e a administração na figura do presidente dedica-se integralmente a este trabalho.</p>	
<b>Recomendação</b>	
<p>Para melhor aproveitamento do espaço, cursos de capacitação deveriam ser oferecidos aos jovens e adultos em situação de desemprego.</p>	